

# 25 ANOS APAV 1990-2015





**25 ANOS APAV  
1990-2015**

# AGRADECIMENTOS

A presente obra muito deve à colaboração de um conjunto de pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar, agradecemos a todos aqueles que, através do seu testemunho, contribuíram para o enriquecimento da mesma: Álvaro Laborinho Lúcio, Armando Leandro, Fernanda Farinha, Joana Marques Vidal, João Lázaro, José Borges Soeiro, Luís de Miranda Pereira, Manuel António Ferreira Antunes, Maria de Belém Roseira, Maria Helena Sá Pereira, Maria Raquel Ribeiro, Marisa Carvalho Achtymichuck e Marlene Rodrigues.

Um agradecimento especial é devido a João Lázaro e a José Félix Duque, pelo acompanhamento constante, pela disponibilidade e pelo apoio prestado.

Por fim, agradecemos a todos os colaboradores da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima pela sua cooperação.

Milene Alves

APAV  
Rua José Estevão, 135-A  
1150-201 Lisboa  
Portugal

Tel. +351 21 358 79 00  
Fax +351 21 887 63 51

apav.sede@apav.pt  
www.apav.pt

ISBN: 978-972-8852-67-2  
Depósito Legal: 397573/15

Editor: APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Título: 25 Anos APAV – 1990-2015

Autora: Milene Alves

Fotografia: José Sarmento Matos

História APAV – Arquivo

Design Gráfico: Speak

Impressão: Publirep

1ª edição: Lisboa, Setembro 2015

Tiragem: 200

© Fotografia: José Sarmento Matos

História APAV – Arquivo

apoio:



# ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
FUNDAÇÃO	9
COMISSÃO INSTALADORA E 1ª DIREÇÃO	27
DIREÇÕES 1998-2006	45
DIREÇÕES 2007-2015	65
FOTOS JOSÉ SARMENTO MATOS (2014)	89
NOTAS DE RODAPÉ	101



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

A ideia originária de um pequeno e empenhado grupo de cidadãos partilhada por alguns mais frutificou, consolidou-se e institucionalizou-se traduzindo, no momento oportuno, a necessidade de prestar atenção e apoio a quem é vítima de crime na construção de uma sociedade portuguesa democrática mais justa e solidária. A APAV consolidou-se igualmente como voz ativa na sociedade contribuindo para o seu equilíbrio e pacificação.

O percurso fez-se com dificuldades e muito trabalho e esforço de todos aqueles e aquelas que, como Voluntários ou Colaboradores, fizeram ao longo destes anos da APAV a sua casa e a sua causa, contribuindo para o seu sucesso.

O número de pessoas alcançadas neste 25 Anos pela ação da APAV em apoio (cerca de 270.000) e em prevenção e formação (cerca de 100.000) e o número de Voluntários e Voluntárias (cerca de 3.500) encorajam-nos a prosseguir a sua Missão, renovando quotidianamente a sua razão de existir: as pessoas vítimas de crime, incluindo os seus familiares e amigos.

A APAV continua, volvidos 25 anos, a ser um projeto inovador na sociedade portuguesa e cabe-nos a nós, nas nossas funções e contributos, a responsabilidade de assegurar que as qualidades que a distinguem das demais se mantem e se atualizam, pois muitos são os desafios que as organizações da sociedade civil enfrentam neste princípio de século novo. A APAV sempre o soube fazer, transformando-os em oportunidades e dando-lhes respostas com coragem, independência e inovação.

Celebramos também com este livro o trabalho destes 25 anos, vamos preparar o futuro.

APAV, 25 Anos a dar voz ao silêncio.



João Lázaro  
Presidente da Direção



FUNDAÇÃO



## FUNDAÇÃO

A 25 de junho de 1990 era fundada a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a primeira instituição nacional dedicada ao apoio às vítimas de crime. À constituição da mesma associaram-se 27 personalidades ligadas a diversas áreas profissionais<sup>1</sup>:

**Álvaro José Brillhante Laborinho Lúcio**

Ministro da Justiça

**Capitão Aníbal de Sousa Gonçalves**

Guarda Nacional Republicana

**Armando Acácio Gomes Leandro**

Diretor do Centro de Estudos Judiciários

**Augusto Pedro Falcão Lopes Cardoso**

Advogado

**Capitão Carlos Manuel Gervásio Branco**

Comandante da Secção de Aljustrel da 2ª Companhia do Batalhão n.º 3 da Guarda Nacional Republicana

**Superintendente Fernando Manuel Afonso de Almeida**

Diretor da Escola Superior de Polícia

**Fernando Moreira Maia** *(falecido)*

Diretor-Geral da Organização e Recursos Humanos da Segurança Social

**Jorge de Figueiredo Dias**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**Tenente-Coronel José António Luz de Almeida** *(falecido)*

Polícia Municipal

**José António Pereira da Fonseca Pestana**

Diretor de Serviços do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**José António da Rosa Dias Bravo** *(1935-2003)*

Vice-Procurador-Geral da República

**José Eduardo Lima Pinto da Costa**

Diretor do Instituto de Medicina Legal do Porto

**José Manuel Cardoso Borges Soeiro**

Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça

**Contra-Almirante Luíz Gonzaga Pinto Canedo Soares Ribeiro**

Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa

**Luís Humberto Jardim Marcos**

Presidente da Direção do Centro de Formação de Jornalistas

**Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira**

Presidente do Instituto de Reinserção Social

**Manuel António Ferreira Antunes**

Diretor da Escola de Polícia Judiciária

**Manuel da Costa Andrade**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina**

Adjunta do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

**Maria Fernanda Farinha Lopes**

Vice-Presidente do Instituto de Reinserção Social

**Maria Margarida Blasco Martins Augusto**

Magistrada Judicial e Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça

**Maria Margarida Marante Rodrigues Anjos Granadeiro** *(1959-2012)*Diretora da revista *Elle***Maria Raquel Ribeiro**

Presidente da Comissão Nacional para a Política para a Terceira Idade

**Maria Rosa Graça de Lemos Crucho de Almeida**

Assessora do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

**Odete Maria Rocha Santos de Oliveira**

Magistrada do Ministério Público e Professora do Centro de Estudos Judiciários

**Padre Victor Francisco Xavier Feytor Pinto**

Diretor da Comissão Nacional da Pastoral da Saúde, Movimento de Defesa da Vida

**Padre Vítor José Melícias Lopes**

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A formação da Associação e a reunião do grupo de associados fundadores teve como principal impulsionador Luís de Miranda Pereira, então Presidente do Instituto de Reinserção Social, onde mantinha contacto com a realidade dos autores de crimes e suas vítimas. A consciência da menor consideração da vítima na relação com o autor do crime vinha sendo desenvolvida desde os anos em que desempenhara funções no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, do qual foi Diretor entre 1976 e agosto de 1982<sup>2</sup>. Com a criação do Instituto de Reinserção Social nesse mês, através do Decreto - Lei n.º 319/82, de 11 de agosto<sup>3</sup>, foi encarregue, pelo Ministro da Justiça de então, José Manuel Menéres Sampaio Pimentel, de presidir à Comissão Instaladora. Posteriormente, com a aprovação da Lei Orgânica do referido Instituto, em maio de 1983<sup>4</sup>, assumiu a sua Presidência, função que manteve até abril de 1997<sup>5</sup>.

**Era inevitável, para se fazer um relatório sobre o delincente, o acusado de ter cometido um crime**

A esta instituição estava atribuída a tarefa de “promover a prevenção criminal, designadamente através da reinserção social de delinquentes, imputáveis e inimputáveis, que cumpram medidas criminais institucionais ou não institucionais, bem como do apoio a menores em perigo ou de difícil adaptação social”<sup>6</sup>. Na senda do cumprimento deste objetivo, o Instituto assessorava o Ministério Público e os magistrados judiciais nas decisões tomadas relativamente aos autores de crimes. Para tal, procedia à elaboração de relatórios sobre os mesmos, nos quais visava igualmente as suas vítimas. Contribuía, desta forma, para um conhecimento mais aprofundado sobre a sua realidade.

**Era inevitável, para se fazer um relatório sobre o delincente, o acusado de ter cometido um crime, (...) falar da vítima e tinha que se perceber qual, realmente, o nível de sofrimen-**

**to da pessoa que tinha sido vítima do crime, como o autor, efetivamente, via essa relação, etc., e isso constava na maior parte dos relatórios. (...) havia ali um parceiro essencial, que já começava a ser essencial para as decisões, e que os magistrados percebiam claramente assim, mas que estava ignorado. Tirando o tal reflexo na lei prisional do pagamento da indemnização através dos honorários de trabalho do recluso enquanto trabalhador na prisão (...) a vítima em si era menosprezada (...).<sup>7</sup>**  
*(Luís de Miranda Pereira)*



Assinatura da escritura de fundação da APAV

(Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa, 25 de junho de 1990)

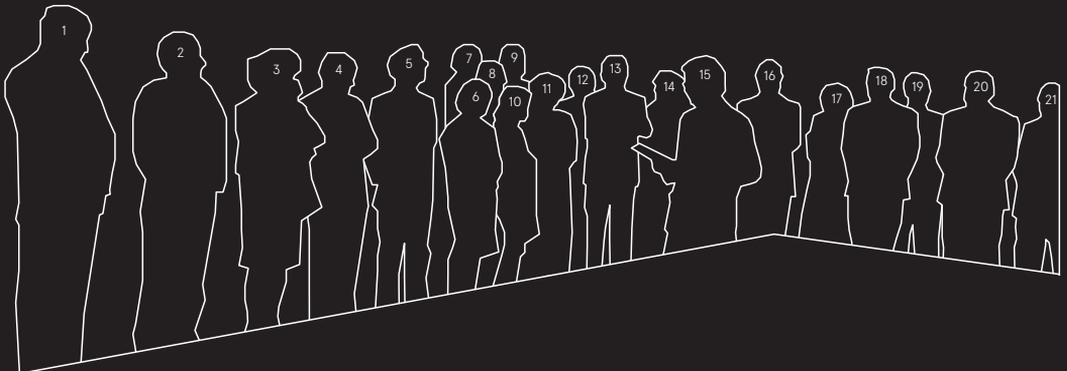
Como tal, a necessidade de estabelecimento de um serviço de apoio às vítimas de crime surgiu, de forma mais clara, do trabalho desenvolvido pelo Instituto de Reinserção Social. De tal forma que primeiramente se colocou a possibilidade desse auxílio ser assegurado pelo mesmo<sup>8</sup>.

Para a definição da solução a adotar foram igualmente determinantes as informações recolhidas sobre os vários serviços de apoio às vítimas de crime então em desenvolvimento, particularmente os europeus. A criação destas instituições foi contemporânea, e também decorrente, de um movimento de investimento na problemática da vítima de crime que começava a merecer destaque ao nível do Conselho da Europa e da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da década de 70, no Conselho da Europa foram aprovados vários do-





- 1 - Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio
- 2 - José Luís Campos Vieira de Castro  
(Secretário de Estado da Segurança Social)
- 3 - Maria de Jesus Serra Lopes  
(Bastonária da Ordem dos Advogados)
- 4 - José Manuel Cardoso Borges Soeiro
- 5 - Luíz Gonzaga Pinto Canedo Soares Ribeiro
- 6 - Zulmira da Natividade Martins Neto Lino da Silva  
(Notária)
- 7 - António Sérgio da Silva Abrantes Mendes  
(Diretor-Geral dos Serviços Judiciários)
- 8 - José António da Rosa Dias Bravos
- 9 - Armando Acácio Gomes Leandro
- 10 - Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
- 11 - Maria Helena de Figueiredo Peres Sebes de Sá Pereira
- 12 - Padre Vítor José Melícias Lopes
- 13 - Luís Humberto Jardim Marcos
- 14 - Maria Raquel Ribeiro
- 15 - Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira
- 16 - José Eduardo Lima Pinto da Costa
- 17 - Maria do Rosário Oliveira  
(Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça)
- 18 - General Amílcar Fernandes Morgado  
(Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública)
- 19 - Superintendente Fernando Manuel Afonso de Almeida
- 20 - General Francisco Alberto Cabral Couto  
(Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana)
- 21 - Capitão Aníbal de Sousa Gonçalves



cumentos tendentes a assegurar os direitos das vítimas de crime nos Estados Membros. Nestes foram abordadas, entre outras, as questões da indemnização devida às vítimas, como na Resolução (77) 27, de 28 de setembro de 1977, e na Convenção Europeia, de 24 de novembro de 1983, e a importância do conhecimento e da divulgação da problemática da vitimação, através da realização de estudos e inquéritos, como se definiu na Recomendação n.º R (87) 21, de 17 de setembro de 1987. Destaquem-se, sobretudo, os pareceres, então divulgados, relativos à importância de, nos Estados Membros, serem assegurados a informação e o apoio às vítimas de crime. Para tal, devia incentivar-se a criação de serviços a tal destinados ou assegurar auxílio aos já existentes, atuações determinadas nas Recomendações n.º R (83) 7, de 23 de junho de 1983, n.º R (85) 11, de 28 de junho de 1985, e n.º R (87) 21, de 17 de setembro de 1987<sup>9</sup>.

Como indicado, também ao nível da ONU se iniciava a abordagem às questões relativas à proteção das vítimas de crime. No 7º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, que se realizou em Milão, entre 26 de agosto e 6 de setembro de 1985, entre os vários diplomas aprovados, destaque-se a *Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça relativos às Vítimas de Crimes e de Abuso de Poder*. Através da aprovação da resolução A/RES/40/34, de 29 de novembro de 1985, a declaração foi adotada pela Assembleia Geral da ONU. Na mesma era incentivada a criação de estruturas de apoio às vítimas de crime, com o correspondente estímulo do Estado, a divulgação da sua existência e a garantia da indemnização às vítimas<sup>10</sup>.

1985

“(...) o nosso primeiro contacto com organizações de apoio à vítima, todo o processo de criação, organização, os problemas com que se debatiam, e isso, obviamente, criou algum entusiasmo da nossa parte”

Algumas das organizações de apoio à vítima então existentes foram convidadas a estarem presentes no 4º seminário realizado pela Conférence Permanente Européenne de la Probation que teve lugar em Karlsruhe, na República Federal da Alemanha, entre 30 de setembro e 4 de outubro de 1985. No encontro, dedicado ao tema “La Victime, le Délinquant et le Service de Probation”<sup>11</sup>, estiveram presentes representantes de instituições de apoio à vítima europeias e canadianas. Como membro do referido organismo, o Instituto de Reinserção Social fez-se representar por uma delegação, chefiada pelo seu Presidente. Desta forma, a reunião representou “(...) o nosso primeiro contacto com organizações de apoio à vítima, todo o processo de criação, organização, os problemas com que se debatiam, e isso, obviamente, criou algum entusiasmo da nossa parte”<sup>12</sup> (*Fernanda Farinha*). Entre os vários exemplos destacou-se o do Victim Support England and Wales e da sua Diretora Executiva, Helen Reeves, a qual, juntamente com outros técnicos em Inglaterra, havia-se dedicado anteriormente à reinserção social<sup>13</sup>. No momento, a instituição funcionava há cerca de 11 anos, tendo o primeiro grupo de apoio a vítimas de crime sido criado em Bristol, em 1974. Era a instituição europeia que há mais tempo se dedicava àquele objetivo. Além do exemplo de Inglaterra, refira-se também a existência de serviços de apoio à vítima em países como Espanha, França ou Alemanha<sup>14</sup>.

Na intervenção que realizou no seminário, Luís de Miranda Pereira informou os presentes dos desenvolvimentos realizados no Instituto de Reinserção Social.

(...) estamos a trabalhar na elaboração de um projecto de concepção e instalação de um serviço de atendimento às vítimas de infrações penais, por forma a assegurar quer a informação e o esclarecimento sobre os respectivos direitos e modo de os exercer, quer a intervenção de outras entidades com competência específica na resolução dos problemas concretos – de saúde, diminuição de capacidade para o trabalho, necessidade de reconversão profissional, carência económica, etc.<sup>15</sup>

(*Luís de Miranda Pereira*)

No seguimento deste seminário, a vontade de criar, em Portugal, um serviço de apoio às vítimas de crime tornou-se premente, tendo sido apresentados ao Ministro da Justiça, Mário Ferreira Bastos Raposo, os dados aí coligidos<sup>16</sup>. Por essa altura, já tinha sido constituída uma comissão para preparar a extinção do Instituto de Reinserção Social, cujos trabalhos decorreram no segundo semestre de 1985. A cessação de atividade do Instituto foi determinada no seguimento da reforma administrativa então empreendida pelo Governo devido à introdução de cortes orçamentais. Não tendo sido aprovada a sua extinção, em fevereiro de 1986, o referido Ministro propôs a reformulação do Instituto com a criação da Direção-Geral de Reinserção Social e de Apoio à Vítima. No Instituto de Reinserção Social foi iniciado o estudo preparatório para a implementação desta reestruturação. Reafirmava-se, desta forma, a intenção de manter o apoio à vítima ligado à reinserção social. A ideia, mais uma vez, não teve seguimento<sup>17</sup>. No entanto, manteve-se a decisão de ser o Estado a assegurar o referido auxílio.

Assim, nesse mesmo ano, iniciaram-se os contactos com o objetivo de proceder à reflexão sobre a resposta a assegurar, em Portugal, às vítimas de crime. Em junho de 1986, o Instituto de Reinserção Social apresentou ao Ministro da Justiça um memorando e uma proposta de metodologia relativos à constituição de um serviço com o referido fim. No primeiro documento discorria-se sobre a preocupação e os esforços empreendidos pelo Instituto, desde o início da sua atividade, destinados a garantir a criação da referida estrutura, a qual nunca foi possível concretizar por falta de meios humanos, financeiros e patrimoniais. Relativamente à proposta de metodologia, na mesma apresentavam-se várias questões sobre as quais se devia refletir para a concretização do projeto<sup>18</sup>.

**a sugestão de constituição de um pequeno grupo de trabalho. Este assumiria a responsabilidade pela elaboração de um guião de um inquérito, através do qual se pretendia assegurar o conhecimento mais aproximado da realidade da vitimação em Portugal**

Cerca de um mês depois, em reunião realizada em julho, foi proposta a formação de uma comissão para o estudo da questão, a qual devia assegurar igualmente a produção de textos legais. Por sugestão de Luís de Miranda Pereira, o grupo devia ser presidido por Manuel da Costa Andrade, pelos trabalhos que havia desenvolvido na área<sup>19</sup>. Contudo, consultado este Professor de Direito, Luís de Miranda Pereira apresentou ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, então José Augusto Sacadura Garcia Marques, a sugestão de constituição de um pequeno grupo de trabalho. Este assumiria a responsabilidade pela elaboração de um guião de um inquérito, através do qual se pretendia assegurar o conhecimento mais aproximado da realidade da vitimação em Portugal. Era de parecer que, só depois de conhecidos os resultados do inquérito, devia ser constituída uma comissão para proceder à sua análise e formular as devidas conclusões e propostas, apresentando esta solução como a mais adequada aos objetivos definidos<sup>20</sup>.

Para o estudo da proposta foi convocada uma reunião para o dia 22 de outubro, na qual deviam estar presentes Álvaro Laborinho Lúcio, então Diretor do Centro de Estudos Judiciários, e Luís de Miranda Pereira, que podiam comparecer acompanhados, se assim considerassem necessário. Como proposto pelo último, foi decidida, em reunião com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, a formação de um grupo de trabalho. Este devia ser constituído pelo Diretor do Centro de Estudos Judiciários, o Presidente e a Vice-Presidente do Instituto de Reinserção Social, então Fernanda

 **INSTITUTO DE REINERÇÃO SOCIAL**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Farinha, e pelo Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, cargo ocupado por José António Pereira da Fonseca Pestana. Anos mais tarde, todos integrariam o grupo dos associados fundadores da APAV.

Deste grupo pretendia-se que elaborasse sugestões, relativas a tópicos gerais sobre o tema em assunto, resultantes da análise das propostas apresentadas por cada um dos seus membros. Apesar de a reflexão estar, numa fase inicial, restrita ao referido conjunto de personalidades, previa-se que a mesma pudesse alargar-se aos representantes de outras entidades que contribuiriam igualmente para o projeto de instalação de um serviço de apoio às vítimas de crime. A primeira reunião deste grupo de trabalho realizou-se em novembro<sup>21</sup>. A sua atividade, contudo, não teve continuidade<sup>22</sup>.

Apesar da propensão do Ministro Mário Raposo para a constituição de um serviço público de apoio às vítimas de crime, os dirigentes do Instituto de Reinserção Social defendiam então uma posição contrária. Pelo contacto com as experiências europeias, entendiam que o auxílio devia ser assegurado por uma instituição particular<sup>23</sup>.

**A vítima por definição, em muitos aspetos, tem um nível de reserva relativamente às instituições oficiais que vai fazer com que nem sequer surja, nem sequer venha ter com elas.**

A vítima por definição, em muitos aspetos, tem um nível de reserva relativamente às instituições oficiais que vai fazer com que nem sequer surja, nem sequer venha ter com elas. Portanto, tem que se encontrar um tipo de organização onde a vítima se sinta à vontade, e saiba que pode ir com toda a confiança falar com as pessoas e que saiba que é ali que lhe podem dar a informação que lhe vai permitir a ela, vítima, depois decidir o que quer fazer (...).<sup>24</sup>  
(Luís de Miranda Pereira)

Esta última proposta foi a que acabou por ser implementada, acompanhando a tendência verificada nos países europeus que dispunham de serviços de apoio à vítima, com exceção do caso espanhol<sup>25</sup>. O contacto com a realidade destas instituições, iniciado em Karlsruhe, manteve-se nos anos seguintes, contribuindo para a definição das decisões tomadas em Portugal. A proximidade com aquelas organizações permitiu ao então Presidente do Instituto de Reinserção Social acompanhar o processo que culminou no desenvolvimento de uma organização destinada a congregar os diversos serviços de apoio à vítima europeus. O processo da sua formação foi, aliás, contemporâneo da constituição da APAV.

Os encontros de instituições europeias de apoio à vítima, que resultaram na criação do referido organismo, iniciaram-se em dezembro de 1987, em Eerbek, na Holanda. Esta reunião foi a única, até ao presente, em que Portugal não esteve representado. No ano seguinte, Luís de Miranda Pereira participou no segundo encontro europeu, realizado entre 11 e 13 de abril em Windsor, Inglaterra. Nessa ocasião, foi sugerida pelo Institut National d'Aide aux Victimes et de Médiation, criado em 1986 de forma a congregar as associações francesas de apoio às vítimas de crime<sup>26</sup>, a constituição de uma organização europeia que associasse os diversos serviços de apoio à vítima nacionais. Teria como objetivos a circulação de informação entre as diversas instituições que a constituíssem assim como a elaboração, em conjunto, de recomendações e projetos de reforma<sup>27</sup>. As informações recolhidas neste encontro, assim como a constatação de que os serviços públicos existentes em Portugal, nomeadamente a Segurança Social, não estavam preparados para assegurar um apoio eficaz às vítimas de crime, confirmavam que o auxílio às mesmas devia passar por uma instituição particular<sup>28</sup>.



**No decorrer da reunião, onde estiveram representados 13 países, foi determinada a formação do European Forum for Victim Services**

**—  
dia 22 de fevereiro como Dia Europeu da Vítima de Crime**

A ideia de constituição de uma organização europeia foi recuperada no encontro seguinte, realizado em Montpellier, França, de 20 a 22 de abril de 1989, onde o Presidente do Instituto de Reinserção Social esteve novamente presente. No decorrer da reunião, onde estiveram representados 13 países, foi determinada a formação do European Forum for Victim Services, hoje designado Victim Support Europe. Os propósitos da sua constituição foram a troca de informação entre os países membros, a promoção da criação de serviços de apoio à vítima de crime na Europa e a tentativa de assegurar uma indemnização justa e igual para todas as vítimas de crime na Europa, independentemente da sua nacionalidade. Björn Lagerback, então Presidente do Victim Support Sweden, sugeriu ainda a consagração do dia 22 de fevereiro como Dia Europeu da Vítima de Crime. A comemoração do mesmo foi iniciada por alguns países logo no ano seguinte, mantendo-se até ao presente<sup>29</sup>.

Ainda em 1989, teve lugar um outro encontro que reuniu os mesmos representantes que tinham estado presentes em Montpellier. Este decorreu em Valência, Espanha, entre 9 e 11 de novembro. Ao mesmo assistiram Luís de Miranda Pereira e Odete Maria de Oliveira, futuros associados fundadores da APAV, assim como Maria Helena Sá Pereira, primeira Secretária-Geral da Associação<sup>30</sup>. Por essa altura, já tinham sido iniciados os contactos para a criação de uma associação particular de apoio à vítima em Portugal.

*Numa altura em que, de facto, houve uma alteração profunda na política criminal e na forma de encarar a vítima. (...) [O Código Penal<sup>31</sup>] considerou a posição da vítima como*

*elemento fundamental para a justiça penal, para a própria (...) construção da decisão. Mas esse sinal, que foi um sinal de progresso e de criatividade, precisava de ter (...) expressões na vida prática e na sociedade, designadamente, no apoio às pessoas que sofriam vitimação.<sup>32</sup>*

*(Armando Leandro)*

A constituição da referida associação, decorrente da preocupação em garantir o auxílio às vítimas de crime, não se tratou, contudo, de um ato isolado. Logo em 1986, ano em que, como referido, se iniciaram, no âmbito do Ministério da Justiça, contactos regulares de forma a assegurar uma resposta adequada à problemática das vítimas de crime, o Partido Comunista Português (PCP) apresentou um projeto de lei que visava reforçar a proteção legal das vítimas de crimes. O Projeto de Lei n.º 292/IV foi apresentado pelos deputados do grupo parlamentar do PCP Maria Odete dos Santos, José Magalhães, José Manuel Mendes, Jorge Lemos e Carlos Brito, em 6 de novembro de 1986<sup>33</sup>. Neste determinava-se a constituição de gabinetes SOS para atendimento telefónico a vítimas de crimes, assim como a criação, junto dos órgãos de polícia criminal, de secções para atendimento direto às vítimas de crime. Ambas as estruturas funcionariam na dependência do Ministério Público<sup>34</sup>. Propunha-se ainda a definição do regime de incentivo à formação e funcionamento de associações com fins de defesa e proteção das vítimas de crime e de um sistema de garantia pública de indemnizações a elas devidas<sup>35</sup>.

**Ainda em 1986, além do diploma elaborado pelo PCP, iniciaram-se, no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, os trabalhos preliminares relativos à elaboração de um inquérito de vitimação**

Ainda em 1986, além do diploma elaborado pelo PCP, iniciaram-se, no Gabinete de Estudos e

Planeamento do Ministério da Justiça, os trabalhos preliminares relativos à elaboração de um inquérito de vitimação. A sua realização tinha como objetivos conhecer a incidência e as circunstâncias de certos crimes e caracterizar as suas vítimas<sup>36</sup>. Seguiu-se, desta forma, a tendência de aplicação de inquéritos de vitimação verificada na América do Norte e na Europa desde finais dos anos 60<sup>37</sup>. O questionário desenvolvido foi aplicado no decorrer do mês de outubro e da primeira semana de novembro de 1989, na Área Metropolitana de Lisboa. A autoria do relatório elaborado pela análise dos dados recolhidos coube à assessora do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, Maria Rosa Crucho de Almeida, futura associada fundadora da APAV<sup>38</sup>. A este primeiro inquérito seguiram-se outros dois, tendo sido alargada a área geográfica considerada<sup>39</sup>.

Também o Centro de Estudos Judiciários contribuiu para o estímulo à reflexão sobre a problemática das vítimas de crime. Na instituição, a abordagem à Vitimologia era já uma realidade, sendo incentivada pelo seu Diretor, Álvaro Laborinho Lúcio<sup>40</sup>. Além da promoção do estudo desta ciência, o Centro foi responsável pela organização de um encontro onde, entre outras questões, foram apresentadas experiências de apoio às vítimas de crime. Dedicado ao tema "Desadaptações Sociais e Criminalidade. O Papel da Comunidade na sua Prevenção", o mesmo decorreu na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, entre os dias 26 e 28 de janeiro de 1989. Tendo em conta que o seu objetivo era promover a análise sobre o papel da comunidade na prevenção das desadaptações sociais e da criminalidade, com especial realce para as autarquias, várias foram as que estiveram presentes. A participação no encontro saldou-se em mais de 120 câmaras representadas e cerca de 2000 participantes<sup>41</sup>. Com a abordagem ao apoio às vítimas de crime pretendia-se sensibilizar a sociedade para o facto de que "o fenómeno da criminalidade tem de ser perspectivado como um todo em que coexistem e se entrelaçam o crime, aquele que o pratica, a vítima que o sofre, a comunidade em que se integram"<sup>42</sup> (Odete Maria de Oliveira). Uma vez que, em Portugal, ainda não existia uma estrutura que se dedicasse ao apoio a estas vítimas, estiveram presentes técnicos

que deram a conhecer as experiências espanhola e francesa. Tratou-se, assim, "da primeira acção de sensibilização da comunidade em geral para a problemática dos direitos e interesses das vítimas de crimes e o seu despertar para a possibilidade de criação, em Portugal, de serviços de apoio às vítimas de crimes"<sup>43</sup> (Odete Maria de Oliveira).

Foi neste contexto que se desenvolveram as atividades para a criação de uma instituição particular de apoio a estas vítimas. Para a sua concretização foi essencial o apoio manifestado pelo Ministério da Justiça.

O Ministério, (...), estava muito sensibilizado para o tema da Vitimologia e seguia de perto os passos que iam sendo dados no país e no estrangeiro. Tinha consciência que a vítima de crimes não poderia nunca ser subalternizada, face ao delinquente (...).<sup>44</sup>  
(José Borges Soeiro)

**O primeiro passo para a constituição da nova associação foi garantir uma base de apoio, através da reunião de um conjunto de personalidades.**

anlaVip

**Associação Nacional de Informação e Apoio à Vítima de Infracções Penais**

O primeiro passo para a constituição da nova associação foi garantir uma base de apoio, através da reunião de um conjunto de personalidades. Ligadas a diversas áreas da sociedade, partilhavam a consciência da necessidade de disponibilização de auxílio às vítimas de crime<sup>45</sup>. Algumas estavam já ligadas à problemática em questão, tendo desenvolvido ou participado em iniciativas relativas às

vítimas de crime. Contudo, tão importante quanto o conhecimento adquirido por estas, era a possibilidade que todas tinham de fazer a ligação entre a Associação e as instituições a que se encontravam ligadas, auxiliando-a nos seus objetivos. A adesão ao projeto, contudo, foi realizada a nível pessoal<sup>46</sup>.

Não existindo ainda uma ideia totalmente estabelecida quanto ao funcionamento da Associação, já que a nível europeu apresentavam-se diferentes exemplos, o grupo que se constituiu tinha já definido o seu propósito.

*(...) tentar fazer com que a preocupação de proteger a sociedade dos criminosos não fizesse esconder a verdadeira preocupação com quem tinha sido a vítima mais direta do crime, uma vez que a preocupação com os criminosos tem que ver com uma justiça reparativa à sociedade, mas essa justiça reparativa sem rosto escondia a vítima imediata.*<sup>47</sup>  
*(Maria de Belém Roseira)*

A criação da nova organização resultava de uma necessidade:

*Aprofundar cada vez mais a conceção da vítima como elemento fundamental num sistema penal e social mais justo. (...) Foi um aspeto cultural, ético, cívico, democrático que levou a essa constituição de uma instituição que, de facto, no terreno e na intervenção (...), tivesse uma palavra da comunidade e uma mensagem clara da essencialidade do apoio à vítima e da sua conceção do ponto de vista dos Direitos Humanos.*<sup>48</sup>  
*(Armando Leandro)*

Um primeiro encontro dos associados fundadores do futuro serviço de apoio às vítimas de crime, que então se pensava designar Associação Nacional de Informação e Apoio à Vítima de Infrações Penais, foi realizado em 13 de julho de 1989, em Lisboa.

Aí estiveram presentes Augusto Lopes Cardoso, Armando Leandro, Tenente Carlos Manuel Gervásio Branco, Superintendente Fernando Manuel Afonso de Almeida, Tenente-Coronel José António Luz de Almeida (falecido), José Manuel Borges Soeiro, Luís Humberto Jardim Marcos, Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira, Manuel António Ferreira Antunes, Maria de Belém Roseira, Maria Fernanda Farinha Lopes, Margarida Blasco Augusto, Odete Maria de Oliveira e Padre Vítor José Melícias Lopes. Apesar de ausentes, já faziam parte do grupo dos associados fundadores Álvaro Brillhante Laborinho Lúcio, Jorge de Figueiredo Dias, José António Pereira da Fonseca Pestana, José António da Rosa Dias Bravo (1935–2003), Manuel da Costa Andrade, Maria Rosa Crucho de Almeida, Margarida Marante Rodrigues Anjos Granadeiro (1959–2012), Maria Raquel Ribeiro e Padre Victor Feytor Pinto<sup>49</sup>.

No encontro foi reafirmado, por José Borges Soeiro, o apoio do Ministério da Justiça, então liderado por Joaquim Fernando Nogueira<sup>50</sup>, à criação da Associação. Aquele, ocupando o cargo de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça desde 1987, tinha acompanhado os atos preparatórios para a criação de um serviço particular dedicado ao apoio às vítimas de crime<sup>51</sup>.

Aos presentes, Luís de Miranda Pereira relembrou as motivações que assistiam à constituição da Associação, destacando a importância das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Reinserção Social para a constatação da importância do apoio às vítimas de crime.

*O IRS, desde cedo, foi-se apercebendo de que um lado essencial do campo em que começava a desenvolver a sua acção era, senão ignorado, pelo menos mantido em limbo de que só, aqui e acolá, se conheciam os contornos. Esse lado essencial era o da VÍTIMA das infracções penais, sem a análise do qual se fica aquém da percepção de fenómeno criminal e se perde muito na definição do enquadramento e metodologias a desenvolver relativamente ao delinquente.*<sup>52</sup>  
*(Luís de Miranda Pereira)*

Recordou ainda as motivações para a escolha da constituição de uma organização privada.

**Porquê uma associação privada?  
Porque quer a experiência interna-  
cional quer a realidade nacional a tal  
aconselham**

De facto, a questão da vítima é fundamentalmente, do ponto de vista de intervenção social, a questão de tentar restaurar, em quem sofreu os resultados de uma acção criminosa, a confiança na natureza humana, no seu semelhante, confiança natural e necessariamente abalada pelo acto sofrido. Trata-se, pois, de acção que, sem evitar o rigor e as metodologias das técnicas de intervenção, se caracteriza como uma acção eminentemente solidária, assente na capacidade de ouvir e aconselhar, na capacidade de inspirar confiança e de esclarecer e encaminhar.<sup>53</sup>  
*(Luís de Miranda Pereira)*

A indefinição quanto à forma de funcionamento da Associação e a novidade, em Portugal, da função destinada à mesma ficaram igualmente patentes<sup>54</sup>. Apesar disto, existia já um anteprojecto de Estatutos da Associação Nacional de Informação e Apoio à Vítima de Infrações Penais, o qual mereceu discussão pelos presentes<sup>55</sup>.

**A segunda reunião dos associados fundadores foi realizada no dia 11 de dezembro de 1989, no Salão Nobre do Ministério da Justiça, em Lisboa.**

A segunda reunião dos associados fundadores foi realizada no dia 11 de dezembro de 1989, no Salão Nobre do Ministério da Justiça,



Segunda reunião dos associados fundadores da APAV  
(Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa, 11 de dezembro de 1989)

em Lisboa. Para a sua preparação foi enviado, antecipadamente, o projeto de Estatutos, uma vez que a principal finalidade do encontro era a sua análise e a apresentação de propostas de alterações. O mesmo tinha já sido reformulado de acordo com as alterações sugeridas no primeiro encontro, assim como com as apresentadas numa reunião posterior, realizada na Escola de Polícia Judiciária, em Loures, onde estiveram presentes Manuel António Ferreira Antunes, Diretor da instituição, Odete Maria de Oliveira, Luís de Miranda Pereira e Fernanda Farinha<sup>56</sup>.

No Salão Nobre do Ministério da Justiça estiveram presentes Álvaro Laborinho Lúcio, Armando Leandro, Augusto Lopes Cardoso, Tenente Carlos Manuel Gervásio Branco, Superintendente Fernando Afonso de Almeida, José António Dias Bravo (1935-2003), José Manuel Borges Soeiro, Luís Humberto Marcos, Luís de Miranda Pereira, Margarida Blasco, Maria de Belém Roseira, Maria Fernanda Farinha Lopes, Maria Raquel Ribeiro, Odete Maria de Oliveira e Padre Victor Feytor Pinto. Do encontro estiveram ausentes Jorge de Figueiredo Dias, Tenente-Coronel José Luz de Almeida (falecido), José Fonseca Pestana, Manuel António Ferreira Antunes, Manuel da Costa Andrade, Margarida Marante (1959-2012), Maria Rosa Crucho de Almeida e Padre Vítor Melícias Lopes. Além destes, haviam-se associado entretanto à nova instituição Fernando Moreira Maia

(falecido), ausente, e Aníbal de Sousa Gonçalves, Capitão da Guarda Nacional Republicana (GNR), que assistiu ao encontro.

José Borges Soeiro reafirmou, novamente, o apoio do Governo à criação da nova instituição, o qual se inseria numa perspetiva mais ampla de abordagem à problemática das vítimas de crime<sup>57</sup>.



Associação Portuguesa de Informação e Apoio à Vítima de Infrações Penais

Na mesma ocasião, foi apresentada aos presentes Maria Helena de Figueiredo Peres Sebes de Sá Pereira. A mesma tinha sido requisitada pelo Instituto de Reinserção Social à Direção-Geral da Administração Pública, integrada no Ministério das Finanças, onde desempenhava funções de assessora. A requisição, com efeitos a partir de 1 de novembro de 1989, tinha como objetivo a sua participação no projeto de instalação da Associação. No referido encontro, foi nomeada para ocupar a função de Secretária-Geral<sup>58</sup>. Através do contacto com o grupo de associados fundadores, inteirou-se das motivações para a fundação da nova instituição.

(...) a criação da Associação constituía um empolgante “sonho” no qual todos estavam empenhados em tornar numa realidade de relevante intervenção social e para a realização da qual era precisa muita coragem, firmeza, persistência, sabedoria e grande dedicação à “causa pública”.<sup>59</sup>  
(*Maria Helena Sá Pereira*)



*associação portuguesa de apoio à vítima*

**Quanto ao símbolo a utilizar, foi adotada a letra V com a cor verde.**

Na reunião foi ainda abordada a questão relativa à designação e logótipo da Associação. A sua denominação tinha, entretanto, sido alterada. Era então designada Associação Portuguesa de Informação e Apoio à Vítima de Infrações Penais, nome considerado demasiado extenso. Decidiu-se alterá-lo para Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), o qual foi definitivamente adotado. Quanto ao símbolo a utilizar, foi adotada a letra V com a cor verde.

O tema principal do encontro, contudo, foi o conteúdo do projeto de Estatutos. A sua redação coube, sobretudo, a Fernanda Farinha, uma vez que já tinha estado envolvida na elaboração de outros estatutos, inclusive de instituições particulares<sup>60</sup>. Na tarefa colaborou também Maria Helena Sá Pereira<sup>61</sup>. Como já referido, contaram igualmente com as sugestões dos associados fundadores<sup>62</sup>. Na reunião em assunto, os participantes sugeriram algumas alterações ao texto apresentado, relativas tanto a aspetos formais do funcionamento da instituição como à definição do conceito de vítima, determinando-se que o mesmo devia abranger igualmente os familiares de quem sofria um crime. Quanto à colaboração que se pretendia estabelecer com outras entidades, decidiu-se que a cooperação com as forças policiais devia ficar expressa nos Estatutos da APAV<sup>63</sup>. Aproveitando a abordagem do tema, o Superintendente Fernando Afonso de Almeida deu a conhecer o trabalho de sensibilização dos novos chefes de esquadra relativamente às vítimas de crime, considerando que estavam preparados para encaminhá-las para as instituições específicas de apoio. Este era um esforço que vinha desenvolvendo, como Diretor da Escola Superior de Polícia, desde que se tinha associado à ideia de criação de um serviço de apoio às vítimas de crime<sup>64</sup>. Com o mesmo empenho, também Manuel António Ferreira Antunes, então Diretor da Escola de Polícia Judiciária,

procurava, havia já alguns anos, introduzir na formação dos agentes da Polícia Judiciária (PJ) temáticas relativas às necessidades das vítimas de crime. Pretendia consciencializá-los de que a vítima “não se trata apenas de uma testemunha ou de alguém que pode dar informação, mas trata-se de uma pessoa que foi vítima e que, portanto, tem particulares exigências e direitos que devem ser respeitados”<sup>65</sup> (Manuel António Ferreira Antunes).

Apesar de, na sequência desta reunião, ter sido transmitida aos órgãos de comunicação social a informação de que, possivelmente, a Associação seria formalmente criada ainda no decorrer do mês de dezembro ou no início do ano de 1990<sup>66</sup>, tal só veio a ocorrer no dia 25 de junho de 1990. O período de tempo decorrido permitiu a prossecução de diversas iniciativas entre as quais o alargamento do grupo de associados fundadores, ao qual se juntaram José Pinto da Costa e Luíz Gonzaga Ribeiro. Possibilitou igualmente a criação de uma rede de parcerias formais com outras instituições. Para tal, foram estabelecidos contactos com diversas organizações, para que também elas se aliassem à criação da APAV, alargando a sua base de apoio. Foram então encaminhados textos que deviam servir de base às declarações que, no dia da assinatura da escritura pública da Associação, seriam subscritas. Formalizava-se, desta forma, a ligação a diversas instituições públicas e privadas.

... aderindo aos princípios e finalidade da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), expressa o seu interesse e disponibilidade em com ela cooperar em projectos e acções de intervenção, nos domínios de apoio técnico, científico, financeiro, ou outros, nos termos que vierem a ser acordados, no âmbito das respectivas atribuições e competências.<sup>67</sup>

Uniram-se à APAV a PJ, através do seu Diretor-Geral, José Marques Vidal, o Comandante-Geral da Polícia de Segurança Pública (PSP), pelo Comandante-Geral, General Amílcar Fernandes

Morgado, e a GNR, através do Comandante-Geral, General Francisco Alberto Cabral Couto. A estas organizações juntaram-se ainda o Instituto de Reinserção Social, através do seu Presidente, Luís de Miranda Pereira, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pelo seu Provedor, Padre Vítor Melícias, o Centro de Estudos Judiciários, pelo Diretor, Armando Acácio Gomes Leandro, o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, pela sua Subdirectora-Geral, Ana Maria Pereira Vaz, a Cruz Vermelha Portuguesa, através do Presidente Nacional da instituição, Luíz Gonzaga Ribeiro, e o Banco Totta & Açores, por meio do Presidente do Conselho de Administração, Alípio Pereira Dias. Esta última instituição concedeu ainda um subsídio à APAV<sup>68</sup>.



Assinatura da escritura de fundação da APAV

(Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa 25 de junho de 1990)

**A 25 de junho de 1990, foi formalmente criada a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.**

A 25 de junho de 1990, foi formalmente criada a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Tratou-se de um ato solene realizado no Salão Nobre do Ministério da Justiça uma vez que tanto o Ministro da Justiça, cargo ocupado desde março por Álvaro Laborinho Lúcio<sup>69</sup>, como o Secretário de Estado Adjunto do Ministro, José

Borges Soeiro, integravam o grupo de associados fundadores. Era, assim, uma forma de demonstrar o apoio do Ministério à criação da APAV. A realização da cerimónia foi amplamente divulgada junto da imprensa<sup>70</sup>.

À escritura de fundação da APAV foram anexados os seus Estatutos<sup>71</sup>. A Associação era criada com a finalidade de “promover e contribuir para a informação, protecção e apoio à vítima de infracções penais”<sup>72</sup>. O apoio a prestar seria de natureza moral, social, jurídica, psicológica e económica. Os seus serviços seriam dispensados de forma gratuita, prevendo-se a possibilidade do seu reembolso, dependendo da situação sócio-económica dos utentes. Para a prossecução do seu objetivo, devia colaborar com entidades da administração da Justiça, polícias, Segurança Social, Saúde, autarquias locais, entre outras. Visando o estudo e divulgação das problemáticas relacionadas com as vítimas de crime, devia incentivar a investigação na área e participaria em ações de informação e sensibilização da opinião pública<sup>73</sup>. A APAV devia ainda “contribuir para a adopção de medidas legislativas, regulamentares e administrativas, facilitadoras da defesa, protecção e apoio à vítima de infracções penais, com vista à prevenção dos riscos de vitimação e atenuação dos seus efeitos”<sup>74</sup>.

Os objetivos da Associação e os meios para os alcançar ficaram, desta forma, claramente definidos.



**COMISSÃO  
INSTALADORA  
E 1ª DIREÇÃO**



## COMISSÃO INSTALADORA E 1ª DIREÇÃO

Para assegurar o início da ação da APAV foi determinada a constituição de uma Comissão Instaladora, a qual devia exercer funções pelo período mínimo de três anos, até se proceder à escolha dos primeiros Órgãos Sociais. A mesma era responsável por “representar e dirigir a Associação, nomeadamente adoptar todas as providências necessárias à estruturação, funcionamento e defesa dos interesses da APAV, assumindo todas as competências cometidas aos Órgãos Sociais nos termos estatutários”<sup>75</sup> (*Estatutos da APAV*). A aprovação dos documentos de gestão produzidos durante o período de funcionamento inicial, como o plano de atividades, o orçamento, entre outros, era da responsabilidade dos associados fundadores<sup>76</sup>.

Por determinação estatutária, a Comissão Instaladora devia ser constituída por sete dos associados fundadores, competindo a um deles a função de Presidente, responsável por distribuir as funções pelos restantes membros<sup>77</sup>. Para ocupar o cargo foi designado, por unanimidade, Luís de Miranda Pereira. A escolha, realizada sob proposta de José Borges Soeiro, ocorreu durante o encontro realizado em 11 de dezembro de 1989. Como Presidente do referido órgão, devia efetuar os contactos necessários de forma a garantir a formação do mesmo<sup>78</sup>. Da disponibilidade demonstrada pelos membros fundadores da APAV, já que se tratava de uma função voluntária, resultou a composição da Comissão Instaladora e as funções atribuídas a cada um dos seus elementos<sup>79</sup>.

**Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira**

Presidente

**Manuel António Ferreira Antunes**

Vice-Presidente

**Luís Humberto Jardim Marcos**

Secretário

**Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina**

Tesoureiro

**José António Pereira da Fonseca Pestana**

Vogal

**Maria Margarida Blasco Martins Augusto**

Vogal

**Odete Maria Rocha Santos de Oliveira**

Vogal

**Apesar da constituição oficial da APAV ter ocorrido no dia 25 de junho de 1990, a atividade da Comissão Instaladora já tinha sido iniciada no mês de abril anterior.**

Apesar da constituição oficial da APAV ter ocorrido no dia 25 de junho de 1990, a atividade da Comissão Instaladora já tinha sido iniciada no mês de abril anterior. A sua primeira reunião decorreu na sede do Instituto de Reinserção Social, localizada na antiga Cadeia do Aljube, uma vez que a Associação não tinha ainda disponível um local onde pudesse funcionar. Esta foi uma das razões que justificaram a realização da sua escritura apenas no mês de junho desse ano<sup>80</sup>, contribuindo igualmente o moroso processo burocrático que era necessário assegurar<sup>81</sup>.

Uma vez que a APAV não dispunha de capital para o pagamento de rendas de imóveis, foram realizadas diligências de forma a garantir a cedência de um local para a sua instalação<sup>82</sup>. Os contactos decorriam desde, pelo menos, novembro de 1989. Com a abordagem, realizada junto do gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, pretendia-se a concessão de um andar devoluto num imóvel então afeto ao Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, situado na Avenida João Crisóstomo<sup>83</sup>. Não tendo sido possível ocupar o referido espaço, e após vários contactos com diversas instituições públicas e privadas, entre as quais a Câmara Municipal de Lisboa<sup>84</sup>, acabaram por se colocar apenas duas possibilidades, resultantes de pedidos realizados ao Ministério da Justiça e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Relativamente a esta última instituição, foi colocada a hipótese de ser cedido um apartamento na Rua Augusta que, contudo, necessitava de significativas melhorias. Assim, colocava-se como solução mais provável a ocupação de parte de um andar num edifício do Ministério da Justiça, situado na Rua do Comércio. A escolha justificava-se pelo facto de

a instalação da APAV neste último poder ocorrer num espaço de tempo mais curto, apesar das obras que foi necessário realizar<sup>85</sup>. A permissão para o usufruto do espaço decorria do apoio do Ministério, manifestado por diversos meios.

*(...) facilitação, numa primeira fase, de instalação da Associação, da possibilidade de haver disponibilidade por parte de elementos do gabinete do Ministro para dar alguns apoios pontuais que fossem necessários à instalação inicial, e depois, no fundo, era o mais tradicional então, e que era os apoios em matéria de subsídios que eram dados às associações.<sup>86</sup>*

*(Álvaro Laborinho Lúcio)*



Rua do Comércio, 56, Lisboa

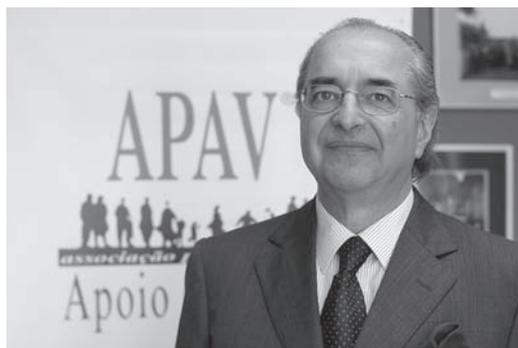
Desta forma, foi na Rua do Comércio, nº 56, 5º andar esquerdo que se instalou a APAV. Manteve-se no local até 2006, ano em que, por determinação do mesmo Ministério, foi necessário encontrar um novo espaço.

Além do cuidado em garantir um lugar para o funcionamento da Associação, a constituição oficial da mesma apenas em junho de 1990 permitiu definir, de uma forma mais consistente, as características da sua ação. Possibilitou ainda a realização de contactos tendo como objetivo garantir a disponibilização de outros meios necessários ao início da atividade. Além do mais, foi possível assegurar a sensibilização de vários setores do Estado e de instituições particulares para a problemática das vítimas de crime<sup>87</sup>.

Quanto à atividade da Associação, os recursos financeiros e humanos estavam dependentes, fundamentalmente, dos meios disponibilizados pelo Instituto de Reinserção Social. Apesar disso, tentou-se sempre manter a separação e distinção no exercício de funções das duas entidades<sup>88</sup>.

Logo após a constituição da APAV, o referido Instituto concedeu um subsídio, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 204/83, de 20 de maio. Aí determinava-se, como uma das funções do Instituto de Reinserção Social, "Estabelecer e implementar, em conformidade com a política definida, as estratégias, planos e programas e demais acções necessárias à promoção da reinserção social dos delinquentes e à prevenção criminal"<sup>89</sup>. O mesmo, usufruindo de autonomia administrativa e financeira<sup>90</sup>, atribuiu, em diversas ocasiões, subsídios à APAV. Apesar de ter sido colocada a possibilidade de efetuar um protocolo com o Instituto de Reinserção Social, o qual formalizaria o apoio concedido, tal nunca veio a ocorrer<sup>91</sup>.

**Desde o início da atividade da Associação compreendeu-se, contudo, que o apoio do Instituto era destinado a auxiliar a sua instalação e, portanto, era de carácter temporário.**



Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira

(Presidente da Comissão Instaladora (1990-1994) e Presidente da Direção da APAV (1994-1998))

Desde o início da atividade da Associação compreendeu-se, contudo, que o apoio do Instituto era destinado a auxiliar a sua instalação e, portanto, era de carácter temporário<sup>92</sup>. Desta forma, desde cedo se iniciaram diligências com o objetivo de garantir outros meios de financiamento. Além das quotas dos associados, tanto singulares como pessoas coletivas, cuja angariação foi uma preocupação desde o princípio, foi possível assegurar, junto de outras instituições, apoios pontuais. Refiram-se, como exemplos, os subsídios concedidos por instituições bancárias<sup>93</sup>, Governos Cívicos<sup>94</sup> e pela Fundação Calouste Gulbenkian<sup>95</sup>. A APAV usufruiu ainda de donativos<sup>96</sup>.

Relativamente ao atendimento às vítimas e à disponibilização de recursos humanos para o assegurar, a contribuição do Instituto de Reinserção Social foi igualmente indispensável. Foi decidido que o mesmo podia, numa primeira fase, destacar funcionários para a Associação. Mantendo a ligação laboral àquela instituição, assegurariam a atividade inicial da APAV<sup>97</sup>. Assim, a equipa técnica inicial foi constituído por Maria de Fátima Alves de Aguiar Lopes, socióloga proveniente da equipa de Setúbal do Instituto, Luís Fernando Sequeira da Silva Nogueira, jurista destacado de Évora, e Rosa Maria Bastos Busse, psicóloga que então desempenhava funções no Estabelecimento Prisional de Lisboa. A estes, técnicos do Instituto de Reinserção Social,

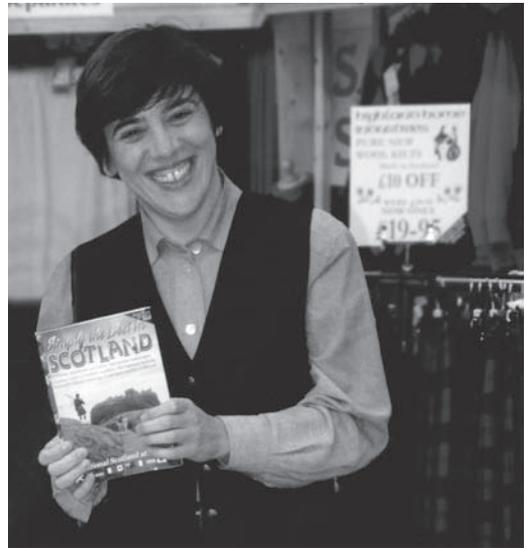
juntou-se ainda Marisa Monteiro de Carvalho, criminóloga formada no Canadá<sup>98</sup>. Além da sua formação em Criminologia, Marisa Carvalho tinha já desempenhado funções no apoio a vítimas de crime. No Canadá, tinha sido voluntária, durante três anos, numa associação que prestava apoio a vítimas de abusos sexuais. Tal como os restantes técnicos da APAV, tinha também exercido funções na área da reinserção social<sup>99</sup>. A partir de outubro de 1990 a equipa técnica passou a usufruir do apoio administrativo de uma secretária, Helena Maria de Campos Guerreiro, atualmente Coordenadora Pedagógica do Centro de Formação da APAV. A coordenação destes elementos era responsabilidade da Secretária-Geral, Maria Helena Sá Pereira<sup>100</sup>. A esta, segundo os Estatutos da Associação, competia-lhe igualmente assistir às reuniões da Direção, assegurar a preparação de documentos de gestão, assim como estudos, informações e propostas necessários às deliberações daquele órgão executivo<sup>101</sup>.

**pretendeu-se criar uma equipa multidisciplinar, em que os técnicos, tendo um conhecimento aprofundado no seu campo de formação, estivessem igualmente preparados para intervir nas várias áreas de ação da APAV**

Na Associação, pretendeu-se criar uma equipa multidisciplinar, em que os técnicos, tendo um conhecimento aprofundado no seu campo de formação, estivessem igualmente preparados para intervir nas várias áreas de ação da APAV. Com a equipa assim constituída, o atendimento às vítimas de crime foi iniciado no decorrer do mês de setembro<sup>102</sup>. Até lá, a missão dos técnicos passou por outras tarefas, “no início (...) não era tanto apoio à vítima, mas sim como começar a Associação, era mais fazer estudos, buscar dados e pesquisar”<sup>103</sup> (Marisa Carvalho *Achtymichuck*).

Logo no ano seguinte à criação da APAV, a

equipa técnica descrita sofreu algumas alterações. Entre as mudanças efetuadas destaque-se o início de funções da psicóloga Maria Teresa Seabra Rosmaninho (1955–2011), mais uma vez destacada pelo Instituto de Reinserção Social. À mesma foi atribuída a função de coordenadora de projetos, ficando encarregue da direção dos técnicos. Esta tarefa tinha sido assumida, até então, pela Secretária-Geral da Associação, a qual, em novembro de 1991, deixou de prestar serviço na APAV. Devido a este facto, Teresa Rosmaninho assumiu igualmente as funções de gestão corrente que, de acordo com os Estatutos, competiam ao Secretário-Geral. Porém, não foi nomeada para o cargo, o qual deixou, temporariamente, de existir<sup>104</sup>.



Maria Teresa Seabra Rosmaninho (1955–2011)

(Coordenadora 1991–1995)

Sendo a equipa da Associação constituída por técnicos de reinserção social, cujas atividades desenvolvidas os sensibilizava para a problemática das vítimas de crime, foi determinada a necessidade de assegurar a sua formação específica no atendimento àquelas vítimas. Os conhecimentos a adquirir deviam ser relativos não só a questões teóricas e às diferentes formas de atuação das diversas organizações europeias existentes

mas entendeu-se que o contacto direto com estas seria igualmente importante. Como tal, foi proporcionada a deslocação de alguns técnicos a instituições congéneres em França, na Alemanha e em Inglaterra<sup>105</sup>. Participaram igualmente em diversas ações de formação realizadas em Portugal. Além de ser proporcionada uma formação especializada aos técnicos da Associação, destaca-se igualmente a importância da publicitação do trabalho realizado pela nova organização. Para tal, a APAV esteve representada em vários eventos relacionados com as vítimas de crime<sup>106</sup>.

Refira-se ainda a cooperação com as forças policiais. Esta permitiu não só a divulgação das atividades da APAV junto daqueles que desempenhavam um importante papel no contacto com as vítimas, como também o conhecimento mais próximo da realidade das mesmas. Destaque-se a cooperação estabelecida com a PJ, mais especificamente com a Escola de Polícia Judiciária. Sugerida pelo então Diretor da instituição e Vice-Presidente da Comissão Instaladora da APAV, Manuel António Ferreira Antunes, teve como finalidade a realização de um questionário. Com o mesmo visava-se caracterizar as vítimas de crime que se dirigiam à PJ, o que pretendiam e analisar o tipo de atendimento realizado<sup>107</sup>. O questionário foi aplicado por agentes estagiários finais nos piquetes da PJ em Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro entre agosto e setembro de 1990. Através da análise dos dados recolhidos comprovou-se, mais uma vez, a importância da criação da APAV já que, das vítimas abrangidas, cerca de 90% manifestaram agrado num atendimento especial, pretendendo apoio moral<sup>108</sup>.

De entre as forças policiais, contudo, o contacto mais próximo e constante decorreu com a PSP. Na área de Lisboa, onde a APAV iniciou a sua atividade, constatou-se, através do primeiro inquérito de vitimação realizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, que a maioria dos inquiridos que denunciaram os crimes de que foram vítimas fê-lo junto da PSP, totalizando 62%<sup>109</sup>. Desta forma, com o então Comandante Distrital de Lisboa, acordou-se a forma de colaboração para assegurar a formação

dos técnicos da APAV. Esta baseou-se na realização de uma sessão assegurada pela PSP onde foi apresentada informação relativa à instituição e à sua organização, com especial enfoque na realidade do distrito de Lisboa. Foram ainda efetuados estágios de contacto e observação, em esquadras da PSP em Lisboa, de forma a que os técnicos se inteirassem do trabalho realizado quotidianamente numa esquadra assim como, através do contacto com as vítimas, tomar conhecimento das necessidades manifestadas pelas mesmas<sup>110</sup>.

**A cooperação estabelecida com a PSP resultou no facto de, na fase inicial da atividade da APAV, a mesma surgir como a principal entidade a encaminhar vítimas para a Associação.**

**-**  
**a angariação de voluntários foi uma preocupação constante, sendo ainda mais premente devido à noção de que não existia, em Portugal, uma tradição de voluntariado**

A cooperação estabelecida com a PSP resultou no facto de, na fase inicial da atividade da APAV, a mesma surgir como a principal entidade a encaminhar vítimas para a Associação. Desta forma, constatou-se igualmente que a grande maioria das pessoas que se dirigiam à APAV tinha denunciado os crimes sofridos<sup>111</sup>.

A colaboração com a PSP permitiu ainda que durante algum tempo fosse assegurado, por uma psicóloga voluntária da APAV, o apoio a vítimas de crime na 20ª esquadra em Benfica. A disponibilização deste auxílio teve início em julho de 1992<sup>112</sup>.

Além dos técnicos destacados pelo Instituto de Reinserção Social, ambicionou-se, desde o início, que os recursos humanos da Associação fossem igualmente constituídos por voluntários.

Pretendia-se, aliás, que estes constituíssem a base da sua atividade. Entendia-se como essencial uma intervenção baseada na generosidade de quem se dispunha a apoiar as vítimas de crime<sup>113</sup>. Como tal, a angariação de voluntários foi uma preocupação constante, sendo ainda mais premente devido à noção de que não existia, em Portugal, uma tradição de voluntariado<sup>114</sup>.

Desde o início se optou pelo voluntariado técnico, apesar de entre os serviços de apoio à vítima europeus se encontrarem exemplos da colaboração de voluntários sem formação específica, como em Inglaterra ou na Alemanha, especificamente na organização Weisser Ring<sup>115</sup>. Tentou-se atrair pessoas com formação universitária já que se considerava que a intervenção a realizar junto das vítimas assim o exigia. Visaram-se sobretudo as áreas da Psicologia, do Direito e do Serviço Social, aquelas em que, fundamentalmente, a Associação atuava. A transmissão dos conhecimentos específicos quanto ao apoio a prestar às vítimas de crime era da responsabilidade dos técnicos do Instituto de Reinserção Social, assim como a supervisão das atividades desempenhadas pelos voluntários. Entre estes, o primeiro a associar-se à APAV foi José Mário Correia de Almeida, jurista<sup>116</sup>.

Além dos voluntários, que prestavam serviço na APAV, foi igualmente possível assegurar a colaboração de profissionais. Estes, no seu local de trabalho e de forma gratuita, garantiam o apoio a vítimas encaminhadas pela Associação<sup>117</sup>.

Tanto a angariação de voluntários como o apoio a vítimas implicavam a divulgação da existência da APAV, não apenas junto dos órgãos de polícia, mas também da comunidade e da comunicação social. Apesar de esta promoção ter sido empreendida ao longo da sua atividade, foi essencial, sobretudo, no período inicial da Associação, precisamente por se tratar de uma instituição recente que atuava numa área que, até ao momento, não tinha tido respostas específicas e adequadas. Pretendia-se, desta forma, ultrapassar o desconhecimento das vítimas de crime quanto à constituição da nova organização criada para as apoiar.

Como tal, teve extrema importância a divulgação da APAV junto de outras associações, de Juntas de Freguesia e de estabelecimentos de ensino superior. Quanto à colaboração com estes últimos, destaque-se a sua importância no recrutamento de voluntários uma vez que, apesar de se ter tentado atrair, igualmente, colaboradores mais velhos, a significativa maioria dos voluntários da APAV eram jovens licenciados ou finalistas<sup>118</sup>. Refira-se igualmente a oportunidade da concretização de protocolos de colaboração com estas instituições, os quais, entre outras questões abordadas, como a formação tanto de técnicos da APAV como de elementos desses estabelecimentos de ensino, incluíam a possibilidade da realização de estágios na Associação<sup>119</sup>.

A publicitação da criação da APAV junto dos órgãos de poder local era igualmente de grande importância, uma vez que foram sempre os principais parceiros na sua fixação nas diversas cidades onde constituiu gabinetes para apoiar as vítimas de crime. A ideia de que a Associação devia ter uma implantação extensa foi desenvolvida desde o início, estando estatutariamente prevista a possibilidade de criação da estrutura desconcentrada que se revelasse mais adequada à realização dos seus objetivos<sup>120</sup>. Foi considerado que representaria uma mais-valia, uma vez mais, a colaboração próxima com o Instituto de Reinserção Social, já que o mesmo, além dos serviços centrais, localizados em Lisboa, incluía igualmente serviços descentralizados. Pensou-se que a Associação podia usufruir dessa rede como ponto de partida para a sua disseminação<sup>121</sup>. Porém, foram as parcerias estabelecidas com as autarquias e a disponibilidade destas para apoiar a APAV que se revelaram essenciais para o crescimento da Associação.

**Porto, em março de 1992**

-

**Ainda durante o período de direção da Comissão Instaladora foi possível assegurar a abertura de mais dois gabinetes.**



Rua Antero de Quental, 166, Porto

Assim, após o início da sua atividade em Lisboa, o primeiro gabinete foi criado no Porto, em março de 1992<sup>122</sup>. Desde o princípio, esta cidade foi pensada como o local onde, a curto prazo, se implantaria um segundo serviço de apoio à vítima da APAV<sup>123</sup>. A sua constituição foi possibilitada pela cedência de um andar num edifício localizado à Viela do Buraco, na Freguesia de São Nicolau, assegurada pela Câmara Municipal do Porto<sup>124</sup>. Relativamente aos recursos humanos, a afetação de técnicos do Instituto de Reinserção Social foi, novamente, essencial para o início da atividade do gabinete<sup>125</sup>. Menos de dois anos depois da criação oficial da APAV, a Associação concretizava aquele que seria o primeiro passo da sua disseminação pelo país, representando o reconhecimento do seu trabalho. Ainda no Porto, cerca de um ano depois da abertura deste serviço, foi cedido um novo local, mais amplo, situado na Rua Antero de Quental. A inauguração das novas instalações,

disponibilizadas pela Assembleia Distrital do Porto, foi realizada em março de 1996<sup>126</sup>.

Além destes espaços, na cidade a APAV ocupou ainda o rés-do-chão de um imóvel situado na Rua Alferes Malheiro cedido, em 1994, pela Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas do Norte<sup>127</sup>. Segundo Ana Paula de Jesus Anjos Castro Sousa, responsável pelo gabinete do Porto desde 1998, a concessão do local visou fazer face à falta de espaço do gabinete situado à Viela do Buraco. O rés-do-chão na Rua Alferes Malheiro foi ocupado pela coordenadora da equipa do Instituto de Reinserção Social afeta à APAV, Teresa Rosmaninho (1955-2011), pela assessora de imprensa da Associação, Maria da Conceição Domingues da Rocha, e por Ana Castro Sousa, que auxiliava a coordenadora. O local foi desocupado após Teresa Rosmaninho cessar funções na APAV, no início de 1995, apesar de ter sido planeado aí instalar um outro gabinete destinado ao atendimento a vítimas de crime<sup>128</sup>.

Ainda durante o período de direção da Comissão Instaladora foi possível assegurar a abertura de mais dois gabinetes. Assim, em janeiro de 1993 e abril de 1994, iniciaram atividade os serviços criados nas cidades de Braga e Coimbra, respetivamente<sup>129</sup>. De novo, foi indispensável o apoio do poder local, com a ocupação de espaço assegurada pelas Juntas de Freguesia de São Vítor e de Santo António dos Olivais<sup>130</sup>.

Além dos referidos gabinetes, os quais se mantêm em exercício até ao presente, foram ainda empreendidos outros projetos de serviços de apoio à vítima cuja duração foi mais limitada. Além do atendimento disponibilizado na 20ª esquadra da PSP em Benfica, que permitiu aumentar a presença da APAV na cidade de Lisboa, também a partir de novembro de 1992 foi possível assegurar o alargamento do apoio a vítimas à Junta de Freguesia de São João de Brito<sup>131</sup>. Cerca de dois anos depois da constituição da APAV já se fazia sentir, em determinadas ocasiões, a falta de espaço das instalações situadas na Rua do Comércio<sup>132</sup>. Desta forma, desde pelo menos abril de 1992, tentava-

se, junto da Câmara Municipal de Lisboa, a cedência de um local para ampliar o apoio dispensado às vítimas na cidade. O espaço acabou por ser cedido pela referida Junta de Freguesia<sup>133</sup>.

No ano seguinte, aumentaram igualmente os locais de atendimento no Porto. Por acordo com as Juntas de Freguesia de Cedofeita e Bonfim foram disponibilizados novos espaços para a prestação de apoio às vítimas<sup>134</sup>.

Ainda em 1993, estabeleceu-se uma parceria com uma organização da área da Saúde visando a instalação de um serviço da APAV num hospital. Assim, por protocolo realizado com o Centro Hospitalar do Vale do Sousa, foi possível assegurar a cedência de um espaço para o atendimento de vítimas de crime que recorressem à urgência do Hospital de Penafiel<sup>135</sup>. Tratava-se de um projeto-piloto o qual, dependendo do sucesso que demonstrasse, perspetivava-se poder alargar a outros hospitais<sup>136</sup>. Esta hipótese acabou por ser abandonada já que, devido ao diminuto número de vítimas que acorreram a este gabinete nos anos de 1995 e 1996, foi decidido o seu encerramento no final do ano de 1996<sup>137</sup>.

Um outro serviço foi disponibilizado junto do Instituto de Medicina Legal do Porto, cujo Diretor era então José Pinto da Costa, associado fundador da APAV<sup>138</sup>. Nesta instituição o apoio iniciou-se em fevereiro de 1994<sup>139</sup>.

A abertura destes espaços representava igualmente uma ocasião para a divulgação da atividade da Associação junto dos órgãos de polícia existentes nas respetivas cidades<sup>140</sup>. Assim, o esforço na publicitação da APAV e a sua dispersão geográfica resultaram num contínuo aumento do número de processos de apoio, entendendo-se pelo conceito o conjunto de diligências efetuadas em prol da vítima, onde se incluem os vários atendimentos, contactos com outras instituições, entre outras<sup>141</sup>. Em 1990, o número de processos de apoio desenvolvidos desde outubro correspondeu a 37. No ano seguinte o seu número cresceu para 151, tendência que se manteve

nos anos posteriores, aumentando para 443 em 1992 e 860 no subsequente<sup>142</sup>.

**esforço realizado para dar a conhecer a Associação ao grande público, e não apenas junto dos órgãos de polícia**

A importância que a promoção da instituição representava é desde logo notória pela contratação de uma jornalista, Conceição Rocha, para ocupar o cargo de assessora de imprensa, função que exerceu até ao início de 1995<sup>143</sup>. O esforço realizado para dar a conhecer a Associação ao grande público, e não apenas junto dos órgãos de polícia, revelava-se de considerável monta pela constatação de que apenas uma pequena parte das vítimas de crime apresentava queixa. Apesar do papel essencial das forças policiais no encaminhamento de vítimas para a APAV, pelo primeiro inquérito de vitimação realizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça apurou-se que apenas 22,4% das vítimas abordadas denunciaram os crimes sofridos às autoridades. Nos questionários seguintes, a percentagem de denúncias apurada foi de 26% e 28%, respetivamente<sup>144</sup>. Assim, verificava-se que um número significativo de vítimas, pelo facto de não recorrer às forças policiais, não teria conhecimento dos serviços de apoio disponíveis, já que essa informação era transmitida, na maior parte dos casos, através daquelas<sup>145</sup>. Daí a importância da divulgação dos serviços prestados pela APAV não só junto dos órgãos de polícia mas também junto do grande público. Note-se que, além dos casos encaminhados pelas forças de segurança, uma percentagem das vítimas referia ter-se dirigido à Associação pela promoção da mesma nos órgãos de comunicação social<sup>146</sup>.

A abertura de novos gabinetes assim como as datas comemorativas da APAV surgiam igualmente como ocasião para o estabelecimento de parcerias com artistas, cooperação que a Associação mantém até ao presente. Das várias colaborações

então empreendidas destaque-se o evento ocorrido no Pátio Alfacinha, em Lisboa, em 12 de maio de 1993, no qual foi apresentada a nova imagem da APAV. Na ocasião foi exibido o seu novo logótipo, sendo abandonada a letra V e adotado um grupo de pessoas. Esta imagem serviu de base ao logótipo atualmente utilizado pela Associação, o qual foi adotado por ocasião do seu 15º aniversário<sup>147</sup>.



Proseguiu-se a política de proximidade com as organizações de apoio à vítima europeias que tinha sido iniciada por alguns dos seus associados fundadores ainda antes da constituição da APAV. Desta forma, manteve-se a participação da Associação nas Assembleias e conferências anuais do European Forum for Victim Services<sup>148</sup>.

Além destes contactos efetuados no estrangeiro, poucos anos após a constituição da APAV, apesar da sua curta atividade, foram igualmente estabelecidas ligações com o objetivo de incentivar a criação de serviços semelhantes noutros locais. Refiram-se os contactos efetuados em Macau e em Moçambique<sup>149</sup>.

Em dezembro de 1993, tendo já decorrido o período mínimo consignado para a atividade da Comissão Instaladora e sendo este o mês previsto para a escolha da constituição dos Órgãos Sociais da APAV, foi decidido que o seu mandato seria prolongado até ao dia 25 de junho de 1994, data prevista para a realização de eleições<sup>150</sup>.

Nos estatutos estavam definidos como Órgãos Sociais da APAV a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Direção. A duração do seu mandato foi

fixada em três anos e os cargos desempenhados nos mesmos como não remunerados<sup>151</sup>.

A Assembleia Geral, constituída por todos os associados admitidos há, pelo menos, três meses, com o pagamento das quotas regularizado e que não se encontrem suspensos, é dirigida por uma Mesa, constituída por um Presidente e dois Secretários, incumbidos de dirigir e coordenar os seus trabalhos. Entre as competências atribuídas à Assembleia Geral refira-se a eleição e a destituição dos membros dos Órgãos Sociais e a definição das linhas fundamentais de atuação da APAV<sup>152</sup>.

Relativamente à composição do Conselho Fiscal definiu-se que o mesmo seria integrado por três membros, ocupando as funções de Presidente e Vogais. Determinou-se ainda que um dos seus elementos devia ser, obrigatoriamente, um revisor oficial de contas designado pelo Ministro da Justiça. A este órgão compete a fiscalização interna da Associação. Assegura o cumprimento da lei e dos Estatutos pronunciando-se, nomeadamente, sobre o orçamento, relatório e conta de gerência assim como relativamente à celebração de contratos e de acordos de cooperação, entre outras competências que lhe são atribuídas<sup>153</sup>.

A Direção é o órgão executivo da APAV. Determinou-se que a mesma devia ser constituída por sete membros distribuídos pelas funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogais, em número de três<sup>154</sup>. Tem competências na gestão e representação da Associação, sendo igualmente responsável por elaborar, anualmente, o plano de atividades, o orçamento, o relatório e conta de gerência. Incumbe-lhe ainda celebrar contratos e acordos com outras entidades assim como zelar pelo cumprimento da lei, dos Estatutos, dos regulamentos e das deliberações dos Órgãos Sociais<sup>155</sup>.

Ao contrário do inicialmente previsto, apenas em 4 de julho de 1994 se procedeu à eleição dos primeiros Órgãos Sociais da APAV, sendo designados os elementos das únicas listas apresentadas<sup>156</sup>.

**DIREÇÃO****Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira**Presidente

(Presidente do Instituto de Reinserção Social e Diretor-Geral dos Serviços Tutelares de Menores)

**Manuel António Ferreira Antunes**Vice-Presidente

(Diretor do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais, anterior Escola de Polícia Judiciária)

**José António Melo Correia Carvalho**Secretário

(Delegado do Ministério Público)

**João Carlos de Jesus Lázaro**Tesoureiro

(Advogado)

**Rosa Maria Bastos Busse**Vogal

(Técnica de Reinserção Social do Instituto de Reinserção Social)

**Vítor Manuel Sarmiento e Silva**Vogal

(Pintor e professor do ensino do secundário)

**Diogo Paulo Lobo Machado Pinto da Costa**Vogal

(Jurista do Instituto de Medicina Legal do Porto)

**CONSELHO FISCAL****Fernando Ilídio da Rocha Moreira**Presidente

(Gestor da Mecatron)

**Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina**Vogal

(Administradora-Delegada do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia)

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Armando Acácio Gomes Leandro**Presidente

(Diretor do Centro de Estudos Judiciários)

**Maria Margarida Blasco Martins Augusto Telles de Abreu**1º Secretário

(Vice-Presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa)

**Maria Manuela Guedes Ferreira da Silva**2º Secretário

(Técnica de Reinserção Social do Instituto de Reinserção Social)

Os membros eleitos tomaram posse a 27 de julho, tendo a Direção reunido pela primeira vez em 7 de setembro seguinte. Neste mês, foi ainda possível completar a constituição do Conselho Fiscal. Tal como previsto nos Estatutos, o Ministro da Justiça, Álvaro Laborinho Lúcio, designou Luís Eduardo Ribeiro Kaizeler, revisor oficial de contas, para o integrar<sup>157</sup>.

Durante o período de mandato dos primeiros Órgãos Sociais eleitos, os meios de financiamento da Associação foram diversificando-se, dando continuidade à prática seguida desde o início da sua atividade. Além das quotas dos associados, que no caso dos coletivos eram muitas vezes asseguradas através da prestação de serviços ou em bens, a APAV pôde contar com outras formas de angariação de apoios. Destaque-se a continuação da colaboração do setor bancário<sup>158</sup>. Também a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu novamente uma subvenção à APAV, tal como a Fundação Oriente<sup>159</sup>. Refira-se ainda que, em 1995, foi igualmente possível contar com o auxílio monetário de instituições públicas. Nesse ano, foram recebidas verbas do Instituto Português da Juventude e do gabinete do Ministro da Justiça<sup>160</sup>. A APAV também recebeu contribuições financeiras de Governos Cívicos<sup>161</sup>, da Segurança Social<sup>162</sup> e de vários tribunais. Estes prestavam apoio através da entrega de determinadas quantias decorrentes da suspensão de execução de penas, contribuição que se mantém até ao presente<sup>163</sup>.

Em 1997, a APAV, tal como outras organizações, aderiu ainda ao sistema de publicidade denominado “Plano Publiútil” desenvolvido pela PUBLIÚTIL – Empresa de Publicidade, Lda. A sua criação teve como fim auxiliar diversas instituições de solidariedade social através das receitas geradas pela colocação de publicidade em automóveis privados<sup>164</sup>.

**A colaboração com o Instituto de Reinserção Social manteve-se, tanto em termos de afetação de técnicos como de apoio financeiro.**

A colaboração com o Instituto de Reinserção Social manteve-se, tanto em termos de afetação de técnicos como de apoio financeiro. Os meios disponibilizados pelo Instituto representavam mesmo a principal fonte de receitas da APAV<sup>165</sup>. A cooperação entre as duas instituições ficou desde logo patente no conteúdo da nova Lei Orgânica do Instituto, publicada em 1995. Aí, entre as suas competências, previa-se a intervenção, entre outras áreas, no apoio a vítimas de crime<sup>166</sup>. Para a articulação e colaboração com entidades particulares determinou-se que “o Instituto pode conceder apoio técnico ou financeiro e celebrar acordos de cooperação, contratos-programa ou outros”<sup>167</sup>. Desta forma, apesar de não existir um acordo formal entre o Instituto de Reinserção Social e a APAV relativamente ao apoio que o primeiro prestava à Associação, discriminou-se de que forma podia interceder na ação da mesma.

Manteve-se igualmente a ligação às forças policiais. Incluído nesta cooperação, destaque-se o protocolo celebrado, em 1995, entre a APAV, o Governo Civil de Coimbra, o Comando Distrital de Coimbra da PSP e a Associação de Jovens Advogados de Coimbra. Previa-se, entre outras questões, o encaminhamento de vítimas de crime para a APAV, promovido pelas restantes entidades, e o apoio jurídico a vítimas prestado pela Associação de Jovens Advogados de Coimbra<sup>168</sup>.

Mencione-se igualmente a colaboração das esquadras da PSP dos concelhos de Cascais e Oeiras na obtenção de dados relativos às queixas aí apresentadas. A contribuição destinou-se a preparar um projeto relativo à criação de um gabinete da APAV em Cascais, cuja autoria coube a Maria do Rosário Figueiredo, futura gestora do gabinete<sup>169</sup>. O serviço foi disponibilizado a partir de setembro de 1994, através da cedência de um local pela Câmara Municipal de Cascais<sup>170</sup>. Cerca de dois anos depois, o atendimento no concelho foi alargado, a pedido do executivo da Junta de Freguesia da Parede, a um espaço cedido pela mesma<sup>171</sup>.

Refira-se ainda a cooperação estabelecida com a PJ, o que permitiu a disponibilização de

um novo espaço de atendimento a vítimas em Lisboa, inaugurado em 22 de fevereiro de 1996, Dia Europeu da Vítima de Crime<sup>172</sup>. A abordagem à PJ, visando a abertura de um gabinete nas instalações da Diretoria de Lisboa, vinha decorrendo desde pelo menos setembro de 1994<sup>173</sup>. Após um período experimental no decorrer de 1995, ano em que o apoio às vítimas foi iniciado em maio<sup>174</sup>, o gabinete da APAV junto da Diretoria de Lisboa da PJ foi reaberto em fevereiro de 1996<sup>175</sup>.

Entretanto, em outubro de 1995, foi igualmente criado o gabinete de Vila do Conde<sup>176</sup>. O seu local de funcionamento foi cedido pela Junta de Freguesia de Vila do Conde<sup>177</sup>. Também aqui, antes do início de atividade, foi realizado um levantamento das queixas apresentadas na PSP e na GNR locais<sup>178</sup>. Contudo, três anos mais tarde, foi determinado o encerramento deste gabinete.

No decorrer do mês de outubro de 1996 foram ainda criados os gabinetes de Setúbal e de Vila Real. Na primeira cidade, o serviço foi instalado no Tribunal de Família, em espaço cedido pelo Ministério da Justiça<sup>179</sup>. O seu funcionamento foi iniciado no mês de novembro seguinte<sup>180</sup>. Quanto ao gabinete de Vila Real, o mesmo foi estabelecido no Governo Civil<sup>181</sup> que, para auxiliar a sua instalação, concedeu ainda uma subvenção<sup>182</sup>. Ao contrário do que se vinha verificando, o protocolo realizado com o Governo Civil de Vila Real previa igualmente a atribuição de um subsídio semestral para auxiliar a manutenção do gabinete. Até então, o apoio concedido à APAV para a abertura de novos serviços baseara-se apenas na cedência gratuita de um espaço e, por vezes, dos recursos materiais necessários ao seu funcionamento. A partir de então, o auxílio financeiro aos gabinetes tornou-se habitual, sendo assegurado pelas Câmaras Municipais dos locais onde se encontram implantados.

Em Loures foi igualmente possível disponibilizar um espaço de apoio às vítimas de crime com a colaboração da Câmara Municipal da cidade, que disponibilizou o espaço<sup>183</sup>. A inauguração ocorreu em fevereiro de 1997<sup>184</sup>.



Marisa Carvalho

(Pontinha, Loures, 4 de fevereiro de 1997)

Os serviços criados são dirigidos pelos gestores de gabinete, responsáveis por coordenar a equipa dos mesmos e pela sua divulgação, tendo autonomia em relação às atividades aí desenvolvidas<sup>185</sup>. A exceção era, então, representada pelos gabinetes de Lisboa e do Porto. Para estes tinham sido deslocados técnicos do Instituto de Reinserção Social, os quais assumiam as responsabilidades acima indicadas, sem contudo assumirem o cargo de gestor, que apenas seria criado mais tarde.

Como anteriormente, o número total de processos de apoio registou um aumento contínuo. Em 1994 foram desenvolvidos 1100 processos, em 1995 o valor cresceu para 1236, em 1996 para 2269 processos e em 1997 foram contabilizados 3127 processos<sup>186</sup>. Quanto às vítimas apoiadas, verificou-se que a maioria tomou conhecimento da existência da APAV através da publicidade e dos órgãos

de comunicação social, ao contrário do que se verificara no início de atividade da Associação<sup>187</sup>.

No ano de 1995, devido ao término, em fevereiro, da colaboração da coordenadora da equipa técnica, Teresa Rosmaninho (1955-2011), foram introduzidas diversas alterações na estrutura da Associação. Para assegurar a direção dos técnicos foi nomeada Rosa Busse, que se manteve como vogal da Direção<sup>188</sup>. Tendo em conta que Teresa Rosmaninho vinha assumindo, igualmente, as tarefas atribuídas pelos Estatutos ao Secretário-Geral, foi decidido recuperar o cargo, já que Rosa Busse foi designada apenas para coordenar os técnicos da Associação. Após a realização de algumas diligências, no final do mês de novembro de 1995 foi finalmente escolhido para ocupar o cargo de Secretário-Geral o até então Tesoureiro da Direção e anteriormente voluntário jurista, João Lázaro. As suas novas funções foram iniciadas no mês seguinte. Na mesma altura um dos Vogais da Direção, Vítor Silva, apresentou a demissão devido à sua saída do país. Desta forma, o técnico jurista José Adriano Tropa Salgueiro Alves assumiu o cargo de Tesoureiro sendo o lugar de Vogal ocupado pela técnica jurista Sónia Maria Pereira Pinto de Carvalho. Ambos tinham sido afetos à APAV pelo Instituto de Reinserção Social<sup>189</sup>.

**A participação neste projeto representou a primeira colaboração estabelecida pela APAV no desenvolvimento de projetos internacionais.**

A equipa técnica, alargada à medida que a Associação se foi expandindo, continuou a participar em ações de formação, seminários, congressos e outras reuniões científicas, para divulgação da APAV e da problemática das vítimas de crime. Destes destaque-se a presença no 9º Simpósio da World Society of Victimology que se realizou entre 26 e 30 de agosto de 1997, em Amesterdão, na Holanda. A representação da APAV foi

assegurada pela técnica Marisa Carvalho, a qual estabeleceu contactos com o serviço de apoio à vítima de Northumbria, do Reino Unido, e com a polícia de Utreque, da Holanda. Na sequência da ligação criada, a APAV estabeleceu uma parceria com as referidas organizações para o desenvolvimento de um projeto relacionado com a violência doméstica, Victims in Europe Surviving Through Assistance. Além da APAV, que foi representada por João Lázaro, então seu Secretário-Geral, e pela técnica Marisa Carvalho, participaram no seu desenvolvimento o Victim Support Northumbria, que o liderou, e o Northumbria Community Safety Strategy, do Reino Unido, o Politie Regio Utrecht, da Holanda, e o Hansestadt Lübeck, da Alemanha. O objetivo da parceria foi o estabelecimento de abordagens interinstitucionais de forma a enfrentar as causas e consequências da violência doméstica, promovendo uma maior divulgação da temática. A participação neste projeto representou a primeira colaboração estabelecida pela APAV no desenvolvimento de projetos internacionais<sup>190</sup>. No seguimento da parceria estabelecida, a APAV apresentou uma candidatura para a concretização de um projeto na área da violência doméstica, Alcipe - Formação e informação no combate à violência exercida contra as mulheres. Esta representou a primeira de várias iniciativas do género desenvolvidas sob a coordenação da Associação, as quais permitem melhorar e tornar mais eficaz o apoio prestado às vítimas.

Relativamente aos recursos humanos a colaboração com o Instituto de Reinserção Social continuou a ser essencial, assim como o voluntariado, constituído, sobretudo, por jovens com formação nas áreas do Direito, da Psicologia e do Serviço Social<sup>191</sup>. Contudo, a Associação pôde contar igualmente com o apoio de outras entidades. Refira-se a colaboração com o Instituto de Medicina Legal, desta vez de Lisboa, o qual cedeu a técnica de Serviço Social Marlene Braz Rodrigues Lourenço, que iniciou funções na APAV em setembro de 1996<sup>192</sup>.

Em termos de relações internacionais, destaque-se mais uma vez os contactos realizados tendo como objetivo o incentivo e apoio à constituição de serviços semelhantes noutros países. No

ano de 1994, além dos contactos efetuados com Moçambique, a APAV foi ainda contactada por um cidadão cabo-verdiano, que desejava que fosse avaliada a possibilidade de ser implantado um gabinete da APAV em Cabo Verde ou de ser constituída uma associação congénere<sup>193</sup>. Em 1997, foi de Angola que veio o pedido de auxílio para a criação de uma associação de apoio à vítima, tendo a APAV assegurado a contribuição solicitada<sup>194</sup>.

Manteve-se igualmente a participação nas Assembleias Gerais e conferências anuais do European Forum for Victim Services, entre as quais, a que teve lugar em 1995. Nesse ano, pela primeira vez, os encontros foram realizados em Portugal, tendo decorrido em Lisboa, entre 8 e 10 de junho, no Hotel Real Parque, na Avenida Luís Bivar. No encontro, cuja organização ficou a cargo da APAV, participaram representantes de organizações de apoio à vítima originárias de 16 países<sup>195</sup>. A realização do evento foi possível graças ao patrocínio da Fundação Bial<sup>196</sup>.

Na sessão de abertura estiveram presentes a Primeira-Dama, Maria Barroso (1925-2015), o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, e o Ministro da Justiça, Álvaro Laborinho Lúcio<sup>197</sup>. Este último presidiu à sessão de abertura, no decorrer da qual afirmou, referindo-se à APAV, "o reconhecimento do trabalho já feito e a aposta do Governo na capacidade de acção de uma Associação que, com o seu trabalho, logrou mobilizar energias sociais para começar a responder a uma necessidade até aí menos considerada e que era essencial não ignorar"<sup>198</sup> (Álvaro Laborinho Lúcio).

O objetivo principal da reunião foi o estabelecimento de uma carta dos direitos das vítimas. O documento então aprovado determinou seis direitos fundamentais: respeito e reconhecimento, direito de receber informação, direito de fornecer informação, proteção jurídica, proteção e indemnização. Estes deviam abranger, indistintamente, todas as vítimas de crime e as respetivas famílias, quando aplicável<sup>199</sup>.

### **Maria de Jesus Barroso Soares (1925-2015) tornou-se, desta forma, a primeira Associada Honorária da APAV**



Maria de Jesus Barroso Soares (1925-2015)  
(Associada Honorária da APAV)

Para o acolhimento do evento em Portugal foi igualmente importante a intervenção de Maria Barroso, que como referido esteve presente na sessão de abertura. Devido ao apoio que vinha prestando à APAV, foi proposto, em Assembleia Geral realizada em março de 1996, atribuir-lhe a qualidade de Associada Honorária. A sugestão foi aprovada unanimemente<sup>200</sup>. Maria de Jesus Barroso Soares (1925-2015) tornou-se, desta forma, a primeira Associada Honorária da APAV, título que estava reservado às "pessoas que se distingam pelo seu mérito social ou pelos relevantes serviços ou donativos prestados à Associação"<sup>201</sup> (Estatutos da APAV). A cerimónia oficial de atribuição do título teve lugar no dia 30 de janeiro de 1997, tendo sido realizada no Colégio Moderno, em Lisboa, o qual se encontrava sob a sua direção<sup>202</sup>.

A fase de instalação da Associação e de definição do modelo base de expansão dos seus serviços ficava desta forma concluída. O período seguinte foi marcado, sobretudo, pela adoção de um novo modelo organizativo, consentâneo com as exigências impostas por uma nova conjuntura e que permitiu a adoção de uma cultura de constante adaptação às novas realidades e necessidades das vítimas de crime.

# DIREÇÕES 1998-2006



## DIREÇÕES 1998-2006

Tal como previsto nos Estatutos da APAV, a segunda eleição dos Órgãos Sociais decorreu em dezembro de 1997. No dia 10 desse mês, foram eleitas as únicas listas que se candidataram a cada um dos Órgãos Sociais<sup>203</sup>.

**DIREÇÃO****Manuel António Ferreira Antunes**Presidente

(Procurador-Geral Adjunto e Diretor do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais)

**Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira**Vice-Presidente

(Assessor Principal do Instituto de Reinserção Social)

**Luís Nuno da Silva Coelho Boavida Águas**Secretário

(Advogado)

**Maria Teresa Fernandes Correia de Sequeira Franco (1938-2009)**Tesoureiro

(Técnica do Instituto de Reinserção Social aposentada)

**José António Melo Correia Carvalho**Vogal

(Delegado do Ministério Público)

**Maria Fernanda Farinha Lopes**Vogal

(Secretária-Geral Adjunta do Ministério da Justiça)

**Maria da Conceição Lopes Pereira**Vogal

(Antropóloga e Docente Universitária)

**CONSELHO FISCAL****Diogo Paulo Lobo Machado Pinto da Costa**Presidente

(Secretário do Conselho Superior de Medicina Legal)

**Sónia Maria Pereira Pinto de Carvalho**Vogal

(Técnica de Reinserção Social do Instituto de Reinserção Social)

**Luís Eduardo Ribeiro Kaizeler**Vogal

(Revisor Oficial de Contas)

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Armando Acácio Gomes Leandro**Presidente

(Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça e Diretor do Centro de Estudos Judiciários)

**Maria Manuela Guedes Ferreira da Silva**1º Secretário

(Técnica de Reinserção Social do Instituto de Reinserção Social)

**Maria Manuela Mateus Lima Santos**2º Secretário

(Funcionária da EDP – Eletricidade de Portugal, S.A.)

A Presidência da Direção da APAV era assim assumida pelo até então Vice-Presidente. Antes de ocupar o cargo de Diretor do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais já a carreira de Manuel António Ferreira Antunes se encontrava ligada, havia vários anos, à PJ. O seu percurso profissional na instituição iniciou-se quando, em setembro de 1975, foi nomeado inspetor, desempenhando funções na Inspeção do Funchal, a qual instalou. Posteriormente, ocupou o cargo de Diretor-Adjunto nas Diretorias de Coimbra e do Porto. Em 1981, passou a Diretor Adjunto na Diretoria Geral da PJ. Finalmente, em maio de 1983, foi nomeado Diretor da então designada Escola de Polícia Judiciária, criada em 1978. Assegurou a direção da mesma até 2002, já como Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais<sup>204</sup>.

Tendo tomado posse em 9 de janeiro de 1998, o período de exercício dos Órgãos Sociais iniciou-se com a concretização de um projeto há muito ambicionado, a realização de um protocolo com o Governo. Desta forma, formalizava-se o apoio concedido por entidades públicas, assegurando um financiamento estável e plurianual à APAV. O acordo permitiu ainda definir com exatidão as obrigações das entidades envolvidas, o que correspondia aos objetivos estratégicos da Associação.

*(...) como o Estado não é a entidade melhor colocada para fazer isso [apoiar as vítimas], deve ser a sociedade civil através das suas organizações. A APAV, por conseguinte, espelha esta conceção. Era a organização da sociedade civil para suprir a ausência do Estado na proteção da vítima e na garantia dos seus direitos. Constatando isto, (...) a relação da Associação, como organização da sociedade civil, com o Estado, não pode ser uma relação de subsidiação. (...) Porque a APAV no fundo se substitui e complementa as funções do Estado, deve ser uma relação contratualizada.*<sup>205</sup>

*(Manuel António Ferreira Antunes)*

Os contactos efetuados com o objetivo de materializar um acordo vinham sendo estabelecidos desde

pelo menos 1996, tendo então existido algumas reuniões com membros do Governo<sup>206</sup>. Da realização destes encontros resultou a garantia da realização de um protocolo com os ministérios da Solidariedade e Segurança Social, da Justiça, da Administração Interna e da Saúde, assegurando o estabelecimento de uma base de suporte financeiro e humano à APAV<sup>207</sup>.



Manuel António Ferreira Antunes  
(Presidente da Direção da APAV (1998-2007))

DIREÇÕES 1998-2006

Apesar da disponibilidade demonstrada, o protocolo concretizou-se apenas no início de 1998, tendo sido firmado em 10 de março.

*(...) um dos elementos centrais que é preciso perceber historicamente no processo evolutivo da APAV é que o problema da vítima não era um problema assumido, digamos, politicamente e muito menos legislativamente. (...) Tudo isso gera dificuldades de diálogo, porque as perspetivas normais na época eram perspetivas assistencialistas (...). A perspetiva que nós tínhamos aqui na APAV era diferente. Nós estávamos no domínio de direitos fundamentais e portanto toda a construção do modelo e do relacionamento com o Estado tinha que partir disto, desta constatação, (...) a vítima é um sujeito de direitos e não um sujeito de ajudas.*<sup>208</sup>

*(Manuel António Ferreira Antunes)*

Ao contrário do que se tinha ambicionado, o Ministério da Saúde não aderiu ao acordo efetuado<sup>209</sup>. Assim, o protocolo foi concretizado apenas com os ministérios da Administração Interna, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade, representados pelos respetivos ministros, Jorge Almeida Coelho, José Eduardo Vera Cruz Jardim e Eduardo Ferro Rodrigues. Pelos mesmos foi reconhecida a importante intervenção da Associação.

**A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), instituição particular de solidariedade social de reconhecido interesse público tem, entre nós, vindo a desenvolver acção pioneira que importa estimular a fim de que possa estender-se a todo o território nacional. Os Ministérios da Administração Interna, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade tutelam áreas de intervenção em que a acção da APAV se revela complementar da que o Estado vem desenvolvendo, e de grande interesse para este (...).<sup>210</sup>**  
*(Protocolo de 1998)*

Tendo a duração de cinco anos, de 1998 a 2002, o acordo estabelecia a concessão de um subsídio anual à Associação. Através deste financiamento pretendeu-se auxiliar a APAV na manutenção da estrutura já instalada, Sede e gabinetes, assim como alargar a sua atividade a regiões onde ainda não estivesse implantada<sup>211</sup>.

Na cerimónia de assinatura do Protocolo, o Presidente da Direção da APAV, Manuel António Ferreira Antunes, afirmou o papel indispensável do Estado para a prossecução do objetivo da Associação.

**A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é uma instituição que proporciona uma ajuda prática, um auxílio moral, enfim, uma ajuda solidária. Para isso ela depende apenas daquilo que cada um quiser no local onde partilha a cidade com os seus vizinhos. Mas depende fundamentalmente do entendimento que o Estado adopte quanto ao papel que a APAV garante e desenvolve, enquanto expres-**

**são participativa e dinâmica da sociedade e das comunidades locais na resolução dos seus problemas, também por força das sinergias que a Associação promove e estimula.<sup>212</sup>**

*(Manuel António Ferreira Antunes)*

A subvenção acordada representou um apoio essencial para ultrapassar a difícil situação financeira na qual a Associação se encontrava<sup>213</sup>. No entanto, o esforço de diversificação dos meios de financiamento da Associação foi contínuo, como se vinha verificando desde a sua criação<sup>214</sup>.

O auxílio garantido pelo Governo implicava o acompanhamento e avaliação da colaboração estabelecida. Para tal, cada uma das entidades envolvidas devia incluir nos seus relatórios de atividades os dados relativos a essa cooperação. A avaliação das atividades concretizadas ao abrigo do protocolo ficou a cargo de uma comissão interministerial constituída por um representante de cada um dos ministérios incluídos no protocolo<sup>215</sup>.

**A nova realidade da Associação, imposta pela realização do protocolo, implicou uma reorganização de modo a corresponder às obrigações que daí advinham.**

A nova realidade da Associação, imposta pela realização do protocolo, implicou uma reorganização de modo a corresponder às obrigações que daí advinham. Percebeu-se que a estrutura da APAV não era adequada para corresponder aos novos desafios. Sobretudo, não era considerada suficientemente flexível para suportar todas as alterações necessárias. Era essencial, por isso, a sua reestruturação visando "dotar a APAV do modelo que correspondesse (...) a um modelo mais de base privada não-governamental (...) em vez do modelo do instituto público"<sup>216</sup> (João Lázaro), o qual a Associação vinha adotando desde a sua constituição devido à estreita ligação com o Instituto de Reinserção Social.

Além de se pretender transformar o sistema organizativo da APAV, ambicionou-se ainda garantir, entre outros, o estabelecimento de indicadores de desempenho, de qualidade e de controlo para responder às imposições do protocolo. Visou-se igualmente assegurar a satisfação da colaboração prevista no documento, especificamente com as forças de segurança.

Tendo sido ultrapassada a fase inicial de instalação da APAV, ambicionou-se garantir o seu crescimento de forma planeada e refletida. Entendeu-se, por isso, que a análise à forma de funcionamento da Associação tinha de ser uma tarefa constante, para corresponder aos desafios que a cada momento se apresentariam.

Acima de tudo, o propósito central de todo o processo de mudança então idealizado foi a adoção de uma estrutura organizacional que garantisse, da melhor forma possível, a prossecução do objetivo essencial da APAV, o apoio às vítimas de crime, seus familiares e amigos. Quanto a este, visava-se garantir a qualidade, padronização e profissionalismo. Intentava-se, assim, assegurar também uma identidade nacional à Associação, mantendo a autonomia dos vários gabinetes.

A reestruturação e a definição dos pressupostos a atingir com a implementação da mesma foram concebidos pelo Presidente da Direção, Manuel António Ferreira Antunes. As alterações que então idealizou servem ainda de base à organização atual da APAV.

Desejando promover, desde logo, uma maior participação dos recursos humanos nos processos decisórios, as propostas que elaborou foram postas a discussão, visando a sua apreciação não só pela Direção, como pelos responsáveis dos gabinetes, voluntários e restantes colaboradores.

**Foi determinado que a APAV funcionaria em rede, facilitando a circulação de informação e aproximando a estrutura central das suas unidades desconcentradas, os gabinetes.**

Foi determinado que a APAV funcionaria em rede, facilitando a circulação de informação e aproximando a estrutura central das suas unidades desconcentradas, os gabinetes. Ambicionou-se assim que a tomada de decisões fosse uma tarefa de equipa, criando-se uma estrutura não hierárquica. Para tal, definiu-se a criação de várias estruturas destinadas a auxiliar a Direção. Além do Secretário-Geral, função ocupada por João Lázaro, foram criados, para apoiar as deliberações daquele órgão, equipas de projeto, de funcionamento temporário, o secretariado administrativo/executivo e a assessoria técnica, encarregada da definição e concretização das diferentes atividades e projetos relacionados com formação, propostas legislativas, estudos e investigações, entre outros. A estes juntava-se



I Encontro Nacional de Gestores e Voluntários  
(Quinta do Bom Sucesso, Loures, 12 e 13 de dezembro de 1998)

ainda o Conselho Consultivo de Gestores de Gabinetes, com reuniões semestrais<sup>217</sup>. Os encontros deste conselho mantêm-se até ao presente, indo já na sua 33ª edição. Representa uma ocasião para a troca de informação e de experiências assim como para a discussão e avaliação de projetos da Associação<sup>218</sup>. Além das reuniões dos gestores de gabinete, os encontros de voluntários da APAV foram realizando-se igualmente com alguma regularidade, tendo o último ocorrido em novembro de 2009<sup>219</sup>.



**o primeiro plano estratégico da  
APAV, o Plano Estratégico de Desen-  
volvimento 1998 – 2002**

No âmbito da reestruturação empreendida, considerou-se ainda essencial garantir a capacidade de planear estratégias para atingir os objetivos propostos, sobretudo no quadro do protocolo com o Governo. Desta forma, foi elaborado o

primeiro plano estratégico da APAV, o Plano Estratégico de Desenvolvimento 1998 – 2002: Estratégia 2002. No documento propunham-se as metas a atingir no final do ano de 2002, coincidindo com o fim do período de vigência do acordo com os ministérios da Justiça, da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade. Visava assegurar a profissionalização, a comunicação e a qualidade, entre outros objetivos. O esforço de contínua concretização do mesmo refletia-se no conteúdo dos planos de atividades anuais<sup>220</sup>.

Projetou-se igualmente a definição do gabinete do Porto, sendo então criado o cargo de gestor de gabinete, ocupado pela colaboradora da APAV Ana Castro Sousa. Também em Lisboa foi criado o cargo de gestor de gabinete, ocupado por Helena Guerreiro, uma das primeiras funcionárias da APAV<sup>221</sup>. Além destas alterações, as estruturas descentradas da APAV passaram a adotar a designação de gabinete de apoio à vítima, ilustrando o seu objetivo.

Quanto aos recursos humanos, a atividade da Associação continuou a assentar na participação de voluntários com formação, sobretudo, nas áreas da Psicologia, do Direito e do Serviço Social. Tendo em conta a importância do voluntariado na sua ação, em 2004, a APAV associou-se a uma organização ligada à área, a International Association for Volunteer Effort. Fundada em 1970, esta organização tem como objetivo a promoção do voluntariado a nível internacional<sup>222</sup>.

Relativamente aos funcionários apesar de, no protocolo efetuado com o Governo, ter ficado acordado com o Ministério da Justiça a manutenção de técnicos do Instituto de Reinserção Social na APAV, logo em março de 1999 regressou ao Instituto a última técnica que ainda se encontrava na Associação. Rosa Busse tinha estado presente desde o início de atividade da APAV, tendo desempenhado diversas funções. Por altura da sua saída integrava a assessoria técnica da Direção<sup>223</sup>.

Dando continuidade a uma colaboração que se vinha estendendo desde a formação da APAV,

**DIREÇÃO****Manuel António Ferreira Antunes**Presidente

(Procurador-Geral Adjunto Jubilado e

Diretor do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, anterior Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais)

**Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira**Vice-Presidente

(Diretor-Geral dos Serviços Prisionais)

**Luís Nuno da Silva Coelho Boavida Águas**Secretário

(Advogado)

**Maria Teresa Fernandes Correia de Sequeira Franco (1938-2009)**Tesoureiro

(Técnica do Instituto de Reinserção Social aposentada)

**Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina**Vogal

(Assessora Principal da Função Pública e Deputada)

**Maria Fernanda Farinha Lopes**Vogal

(Subdiretora-geral dos Serviços Prisionais)

**Maria Manuela Cantante Carvalho**Vogal

(Jurista e Gestora de Empresas)

**CONSELHO FISCAL****José Manuel Cardoso Borges Soeiro**Presidente

(Juiz Desembargador)

**António Rosa Zózimo**Vogal

(Revisor Oficial de Contas designado pelo Ministro da Justiça)

**Marlene Braz Rodrigues Lourenço**Vogal

(Docente Universitária)

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Armando Acácio Gomes Leandro**Presidente

(Juiz Conselheiro Jubilado)

**Isabel João Dias Lourenço**1º Secretário

(Advogada)

**Sofia dos Santos Vasconcelos de Macedo**2º Secretário

(Jurista)

o acordo estabelecido com o Governo previa um estreitamento nas relações entre a Associação, a PSP, a GNR e a PJ, definindo formas concretas de colaboração. A APAV deu igualmente sequência ao seu trabalho de formação e sensibilização para a problemática das vítimas de crime junto destas organizações<sup>224</sup>.

Apesar do precedente representado pelo protocolo efetuado em 1998 com os ministérios da Justiça, da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade, foi difícil concretizar um novo acordo que garantisse a continuidade do financiamento até então concedido. Isto apesar de, em relatório elaborado pela comissão interministerial de avaliação do protocolo, se informar que a Associação tinha cumprido os objetivos propostos no mesmo<sup>225</sup>.

As conversações para a elaboração de um novo protocolo foram assumidas pela Direção eleita em 18 de dezembro de 2000, cuja constituição, fundamentalmente, se manteve semelhante à anterior. Para os Órgãos Sociais, foram eleitos os elementos das únicas listas que se apresentaram a eleições, tomando posse em 28 de março de 2001<sup>226</sup>.

As dificuldades relativas à negociação de um novo protocolo resultaram, desde logo, da mudança de Governo, não prevista, ocorrida em abril de 2002. Apesar dos contactos realizados pela Associação, que se prolongaram desde o início de funções do novo Governo, os anos de 2003 e 2004 foram marcados pela ausência de apoio financeiro, devido à indefinição do Governo quanto à posição a adotar no apoio às vítimas.

O Estado ainda não tinha interiorizado efetivamente a noção de que a vítima constitui um problema central do sistema de justiça (...). Ainda na época não havia a perfeita consciência de que a problemática da vítima é um problema central de política criminal e portanto compete ao Estado defini-lo (...).<sup>227</sup>  
(Manuel António Ferreira Antunes)

A situação causou constrangimentos à atividade da APAV, apesar das diligências sempre desenvolvidas tendo como objetivo a diversificação das fontes de financiamento. Decorrente deste esforço refra-se, como exemplo, a parceria estabelecida em 2003 com uma outra Instituição Particular de Solidariedade Social, a Ajuda de Berço, e com a empresa Promosocial – Gestão e Representações, Lda., para o desenvolvimento de material de *merchandising*<sup>228</sup>. No âmbito desta colaboração, foi criada a mascote solidária DOM, com uma parte das receitas da sua venda a reverterem para as duas associações<sup>229</sup>.

Em 2004, a falta de apoio traduziu-se num decréscimo de 20% nas receitas<sup>230</sup>. As despesas da Associação, contudo, aumentavam devido ao crescimento das estruturas que a compunham e à reestruturação empreendida, que implicou uma maior presença de profissionais. Merece ainda referência o apoio económico prestado às vítimas, tal como definido nos seus Estatutos<sup>231</sup>.

À dificuldade em assegurar a realização de um novo protocolo com o Governo juntou-se ainda o facto de a APAV ter cessado, no final de setembro de 2003, a sua colaboração com a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres no âmbito do Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica. A mesma terminou após a ausência de pagamento durante cerca de 14 meses<sup>232</sup>.



Assinatura do Protocolo referente ao Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica  
(Sede da APAV na Rua do Comércio, Lisboa, 3 de maio de 2000)

A cooperação entre as duas instituições vinha sendo assegurada desde 3 de maio de 2000 por acordo realizado entre a Associação, o Ministro da Justiça, António Costa, e a Ministra para a Igualdade, Maria de Belém Roseira<sup>233</sup>. A colaboração que então se iniciou determinava a cooperação da APAV no serviço mencionado, cujo funcionamento tinha sido, até então, assegurado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, hoje Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. O serviço, que funcionava desde novembro de 1998, era um número verde de âmbito nacional, disponível entre as 9h e as 17h30m. Tinha sido criado no seguimento de deliberação incluída no Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 6 de março<sup>234</sup>.

No ano seguinte ao início do seu funcionamento foi decidido alargar a atividade da linha, pondo em prática o proposto naquele que seria o I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de junho<sup>235</sup>. A decisão acompanhava igualmente o disposto nas Resoluções da Assembleia da República n.º 31/99, de 14 de abril<sup>236</sup>, e n.º 7/2000, de 13 de janeiro<sup>237</sup>. Para assegurar o alargamento do horário de funcionamento foram contactadas três instituições. Entre as três, a escolha recaiu sobre a APAV, uma vez que “foi a única que correspondeu às especiais necessidades requeridas pelos serviços”<sup>238</sup>. Relembre-se que a Associação, além de disponibilizar os seus serviços nos vários gabinetes de apoio à vítima, fazia-o igualmente através de um serviço telefónico, o número único da APAV, 707 20 00 77<sup>239</sup>.

O acordo realizado garantiu a cooperação da APAV com a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, assegurando o funcionamento do serviço telefónico em permanência. Desta forma, a Associação foi responsável pela atividade desenvolvida no horário entre as 17h30m e as 9h dos dias úteis, e nas 24h de fins-de-semana e feriados. Determinou-se que a colaboração teria a duração de nove meses, prevendo-se a possibilidade da sua renovação.

A mesma ocorreu por novo acordo realizado, em fevereiro de 2001, com o Ministro da Presidência, Guilherme d’Oliveira Martins, o Secretário de Estado da Justiça, Diogo Lacerda Machado, e o Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom SGPS, SA, Francisco Murteira Nabo. À Portugal Telecom competiu assegurar a infraestrutura tecnológica de comunicações, o que vinha já ocorrendo. As condições de prestação do serviço mantiveram-se. No novo protocolo, determinou-se que a colaboração se prolongaria por 12 meses, correspondendo ao ano de 2001. Mais uma vez, previa-se a possibilidade de renovação do acordo<sup>240</sup>.

A atividade da APAV no referido serviço telefónico foi acompanhada não apenas pela Ministra da Igualdade ou pelo Gabinete do Ministro da Presidência, respetivamente, através da entrega periódica de relatórios, mas igualmente através de um especialista do meio universitário<sup>241</sup>.

O surgimento da Linha Nacional de Emergência Social (LNES – 144), no final de setembro de 2001, acabou por ditar a indefinição por parte dos responsáveis governamentais quanto ao futuro do Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica. O novo serviço, criado no âmbito do Plano Nacional de Ação para a Inclusão, surgiu como meio de apoio a casos de emergência social. Abrangia, tal como o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica, o auxílio e informação a vítimas de violência doméstica ao longo de 24 horas/dia<sup>242</sup>. Apesar disso, foi possível, durante algum tempo, garantir a coexistência dos dois serviços através da sua articulação<sup>243</sup>. Contudo, decorrente da falta de pagamento pelos serviços prestados, a colaboração da APAV com a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres no Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica terminou em 30 de setembro de 2003. A regularização do montante em falta foi garantida apenas no âmbito do protocolo que, anos mais tarde, a Associação efetuou com o Governo.

Todas estas situações obrigaram a APAV a uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis de forma a cumprir todos os compromissos assumidos e a assegurar a manutenção da qualidade no apoio às vítimas. As dificuldades financeiras, contudo, resultaram na diminuição da sua atividade, com a redução de horários de funcionamento e o encerramento, no decorrer de 2004, do gabinete de apoio à vítima de Odivelas/Loures, devido à falta de condições de segurança e de apoio das autarquias em causa<sup>244</sup>.

**Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o trabalho desenvolvido pela Associação junto das vítimas de crime foi reconhecido, em 2002, através da entrega de dois prémios. Nesse ano foi atribuído à APAV o prémio Pantene e, a 10 de dezembro, o Prémio Direitos Humanos da Assembleia da República**

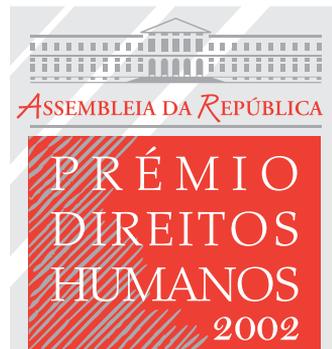


Cerimónia promovida pela Revista ACTIVA para a entrega dos prémios Mulher Activa 2001 e prémio Pantene (Convento da Trindade, Lisboa, 2002)

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o trabalho desenvolvido pela Associação junto das vítimas de crime foi reconhecido, em 2002, através da entrega de dois prémios. Nesse ano foi atribuído à APAV o prémio Pantene<sup>245</sup> e, a 10 de dezembro, o Prémio Direitos Humanos da Assembleia da República. Este havia sido criado em dezembro de 1998 por altura do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ocasião em que foi definido, igualmente, o dia 10 de dezembro como Dia Nacional dos Direitos Humanos. A sua instituição teve como objetivo distinguir o mérito da atividade de organizações não-governamentais ou de trabalhos de natureza diversa, na área dos Direitos Humanos<sup>246</sup>. Em 2002, a escolha recaiu na APAV “pelo seu activismo no apoio e protecção às vítimas de crime, com o contributo das comunidades locais em que se insere, numa base de voluntariado prestar serviços de apoio especializado, confidencial e gratuito”<sup>247</sup> (Assunção Esteves).



Entrega do Prémio Direitos Humanos da Assembleia da República à APAV (Assembleia da República, Lisboa, 10 de dezembro de 2002)



Apesar do reconhecimento de que usufruía, em fevereiro de 2005, perante todas as dificuldades financeiras, anunciou-se o possível encerramento da Associação. Cerca de um mês antes, já a difícil situação da APAV havia sido exposta à então Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Maria José Nogueira Pinto<sup>248</sup> (1952-2011). Perante o apelo realizado, esta concedeu-lhe um subsídio que permitiu manter a atividade da Associação até à concretização de um novo protocolo com o Governo<sup>249</sup>. O reconhecimento da importância da sua intervenção para a manutenção da atividade da APAV levou a que lhe fosse atribuída a qualidade de Associada Honorária<sup>250</sup>. Pelo apoio prestado à Associação, o mesmo título foi concedido à empresa MacCann Erickson Portugal - Publicidade, Lda., ao grupo Impala<sup>251</sup> e ao Hotel Avenida Palace-Lisboa<sup>252</sup>. Em 2006, foi ainda conferido, a título póstumo, a Faye Andrade Farr, Assessora do Secretariado Executivo e para as Relações Internacionais da APAV, que havia falecido a 7 de agosto desse ano<sup>253</sup>.

**Em dezembro de 2005, após meses de contactos, foi finalmente concretizado um novo acordo com o Governo**

Em dezembro de 2005, após meses de contactos, foi finalmente concretizado um novo acordo com o Governo. Este foi efetuado pela Direção da APAV que tomou posse a 12 de janeiro de 2004, resultante das eleições dos Órgãos Sociais realizadas um mês antes. A sua constituição manteve-se inalterada, com exceção do vogal do Conselho Fiscal correspondente ao revisor oficial de contas, lugar que foi ocupado por José Vieira dos Reis<sup>254</sup>.

No dia 19 de dezembro de 2005 foi finalmente assinado o novo protocolo, sendo signatários os mesmos ministérios que tinham participado no acordo que vigorara entre 1998 e 2002. Foram representados por António Costa, Ministro de

Estado e da Administração Interna, Alberto Costa, Ministro da Justiça, e José Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

A demora na definição da posição quanto ao trabalho desenvolvido pela APAV refletia a ausência de uma orientação conjunta quanto à vítima de crime, como relembrou Manuel António Ferreira Antunes na cerimónia de assinatura do protocolo.

**Portugal ainda está a dar os primeiros passos de uma política articulada e abrangente, nomeadamente no quadro dos sistemas de polícia, de justiça criminal e de saúde e de segurança social e de educação que reconheça à vítima o seu estatuto enquanto tal.**<sup>255</sup>  
(Manuel António Ferreira Antunes)

O novo protocolo determinava uma diminuição do período de financiamento relativamente ao anterior, vigorando apenas durante três anos. Pelo exarado no acordo, o Ministério da Justiça devia ainda efetuar o pagamento do valor em falta referente à prestação de serviços da APAV no Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica.

No documento definiam-se de forma mais pormenorizada que anteriormente os deveres de cada uma das entidades. A avaliação da ação desenvolvida ao abrigo do protocolo seria realizada através da análise, efetuada pelos três ministérios, do relatório de atividades e gestão que em cada ano a Associação devia apresentar<sup>256</sup>.

A realização deste acordo permitiu ainda definir a situação das instalações do gabinete de apoio à vítima de Lisboa e da Sede da APAV. No mesmo determinou-se que o Ministério da Administração Interna cederia um imóvel, pelo período de vigência do protocolo, para a instalação da Sede da Associação<sup>257</sup>. Assim, em março de 2006, foi assinado um acordo com a Comissão de Assistência e Habitação Social do Governo Civil de Lisboa. Através do mesmo foi cedido o edifício nº 135-A da Rua José Estêvão, em Lisboa, onde a Associação instalou a Sede e o

gabinete de apoio à vítima de Lisboa, permanecendo aí até ao presente<sup>258</sup>.

A mudança da localização da Sede levou a que, no mesmo ano de 2006, fosse proposta pela Direção, e aprovada pela Assembleia Geral, a realização da primeira alteração aos Estatutos. A ocasião foi igualmente aproveitada para introduzir alterações pontuais tendo como objetivo clarificar e atualizar questões já abordadas<sup>259</sup>. A alteração mais significativa, contudo, foi a introdução de um novo artigo, onde se esclarecia a natureza da APAV.

**A Associação é uma organização independente, apolítica, não confessional e promotora do voluntariado, que se rege pelos princípios da igualdade de oportunidades e de tratamento e da participação equilibrada entre homens e mulheres e da não discriminação em função do género, raça ou etnia, religião, orientação sexual, idade, condição sócio-económica, nível de escolaridade, ideologia ou outro.**<sup>260</sup>

*(Estatutos da APAV)*

Mesmo em período de dificuldades financeiras, a APAV não deixou de desenvolver estruturas que visavam melhorar o apoio prestado às vítimas. Assim, concretizando um projeto que havia alguns anos se tentava implementar, foi possível assegurar o início do funcionamento de duas Casas de Abrigo destinadas ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos<sup>261</sup>. Esta representava, aliás, a principal população a recorrer ao apoio da Associação, realidade que se mantém até ao presente.

**A APAV fazia uma intervenção (...) ao nível das vítimas de crime mas os seus pedidos, a maior incidência, era a nível das vítimas de violência doméstica, nomeadamente, violência conjugal. A década de 90 foi uma década em que houve uma sensibilidade política para um problema social que surge com grande relevância, que é as vítimas de violência do-**

**méstica na tipologia violência conjugal (...) com maior necessidade que os poderes políticos tomassem uma atitude com vista à resolução deste problema social. Nessa medida, a APAV era uma instituição, e é, de significado social e de renome para este tipo de vítimas.**<sup>262</sup>

*(Marlene Rodrigues)*

**Para fazer face às necessidades das vítimas que a ela recorriam, a APAV assegurou a implantação de duas Casas de Abrigo.**

Até então o apoio prestado a vítimas de violência doméstica que solicitassem acolhimento obrigava à cooperação com outras organizações com equipamentos disponíveis para o efeito, contando com a colaboração, sobretudo, de instituições religiosas. Para fazer face às necessidades das vítimas que a ela recorriam, a APAV assegurou a implantação de duas Casas de Abrigo. Através da sua constituição, procurou-se colmatar não só a dificuldade por vezes sentida em assegurar o acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica que recorriam à Associação mas igualmente garantir uma intervenção de acordo com os padrões considerados adequados.



Casa de Abrigo Alcipe



Casa de Abrigo Sophia



Casa de Abrigo Sophia

(...) nos poucos [equipamentos de acolhimento] que havia, a filosofia e o modelo de intervenção não se coadunavam muito com o modelo de intervenção da APAV, não assistencialista, muito ligado ao compromisso, a uma multidisciplinaridade e não tanto a uma visão assistencialista do que seria acolher vítimas, tendo em vista (...) todo o trabalho de empoderamento e ir para um projeto alternativo de vida sem violência.<sup>263</sup>

(João Lázaro)

Desta forma, em junho de 2000, foi assinado, com a Câmara Municipal do local onde se encontra implantada, um protocolo tendo em vista a abertura da primeira Casa de Abrigo gerida pela APAV. Através do mesmo foi cedido um espaço destinado a instalar o equipamento, sendo igualmente assegurado o financiamento para a realização das obras necessárias<sup>264</sup>.

O outro equipamento destinado ao acolhimento de mulheres vítimas de violência domés-

tica e seus filhos foi criado através da concessão de um espaço por parte da Santa Casa da Misericórdia do local onde se situa. O acordo foi assinado em junho de 2001<sup>265</sup>. Na mesma ocasião foi realizado um protocolo com a respetiva Câmara Municipal, pelo qual a mesma se comprometia a conceder à APAV um subsídio destinado à conservação e à substituição de bens do espaço cedido pela Misericórdia<sup>266</sup>.

Esta foi a Casa de Abrigo que primeiramente foi inaugurada, iniciando a sua atividade em 2003<sup>267</sup>. Recebeu a designação de Casa de Abrigo Sophia e foi criada com capacidade para receber cinco mulheres/crianças<sup>268</sup>. De forma a assegurar o apoio financeiro à ação aí desenvolvida, foi celebrado, em agosto de 2003, um protocolo com o respetivo Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social.

A outra Casa de Abrigo começou a funcionar apenas em setembro de 2006, devido às dificuldades financeiras da Associação que atrasaram o equipamento do imóvel. Foi denominada Casa de Abrigo Alcipe, tendo sido criada com capacidade para acolher 20 utentes. No final do mês seguinte ao início da sua atividade, mais de metade das vagas estava já preenchida<sup>269</sup>. O início do acolhimento de utentes, contudo, antecedeu a realização do acordo com o respetivo Centro Distrital de Segurança Social, que asseguraria o apoio financeiro<sup>270</sup>. Apenas no mês de novembro seguinte foi possível concretizá-lo. As determinações incluídas no mesmo, contudo, tinham efeitos retroativos a 1 de setembro anterior<sup>271</sup>.

A coordenação das atividades desenvolvidas nestes equipamentos é assegurada pelas diretoras técnicas, auxiliadas pelas equipas técnica e auxiliar.

A denominação escolhida para estes equipamentos decorreu dos dois primeiros projetos cofinanciados pela Comissão Europeia que a APAV desenvolveu. O projeto Alcipe – Formação e informação no combate à violência exercida contra as mulheres, foi desenvolvido entre novembro de 1998 e novembro de 1999, tendo como objetivo definir procedimentos padroni-

zados no atendimento e encaminhamento daquelas vítimas assim como promover a difusão de informação e sensibilizar a opinião pública para o tema.



Lançamento da campanha do projecto Alcipe  
(Sede da APAV na Rua do Comércio, Lisboa, 1998)

No seguimento do desenvolvimento deste projeto, a APAV publicou, em 1998, o *Manual Alcipe – Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*. Este representou o primeiro manual de procedimentos sobre este tipo de apoio editado em Portugal. O projeto Sophia – Formação em atendimento às mulheres, crianças e jovens vítimas de violência, novamente cofinanciado pela Comissão Europeia, foi desenvolvido entre dezembro de 1999 e dezembro de 2000. Com a sua concretização pretendeu-se desenvolver várias ações de formação internas destinadas aos voluntários e funcionários da Associação, definindo procedimentos padronizados e específicos a implementar no atendimento às referidas vítimas<sup>272</sup>.

**Ainda no âmbito da violência doméstica refira-se a participação do Presidente da Direção da APAV, Manuel António Ferreira Antunes, na comissão de peritos criada para acompanhar e avaliar o cumprimento do I Plano Nacional contra a Violência Doméstica**

Ainda no âmbito da violência doméstica refira-se a participação do Presidente da Direção da APAV, Manuel António Ferreira Antunes, na comissão de peritos criada para acompanhar e avaliar o cumprimento do I Plano Nacional contra a Violência Doméstica<sup>273</sup>. A colaboração da APAV manteve-se relativamente aos diplomas aprovados posteriormente<sup>274</sup>.

A Associação foi convidada a intervir, igualmente, em audições públicas da Assembleia da República referentes a diversas áreas relacionadas com a sua atividade, como o tráfico de seres humanos, a formação de órgãos de polícia criminal e a introdução de alterações ao Código Penal<sup>275</sup>. A intervenção da APAV no processo legislativo tem sido mantida ao longo da sua atividade, visando contribuir para a implementação dos direitos das vítimas de crime.

Além das Casas de Abrigo destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores, foi ainda criada uma outra resposta específica, desta vez destinada a apoiar imigrantes vítimas de crime e vítimas de discriminação racial ou étnica. Tendo como objetivo assegurar um apoio adequado a estas vítimas, começou a funcionar, em maio de 2005, a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, atualmente denominada Unidade de Apoio à Vítima Migrante. O auxílio financeiro ao novo serviço foi assegurado através da realização de um protocolo de colaboração, em novembro de 2004, com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, hoje designado Alto Comissariado para as Migrações, I.P.<sup>276</sup>.

Porém, a APAV já vinha desenvolvendo atividade na área, tendo-se como exemplo a sua participação no European Wide Action Against Racism<sup>277</sup>. Posteriormente, em 2006, já após a constituição da Unidade de Apoio à Vítima Migrante, estabeleceu uma parceria com a UNITED for Intercultural Action, uma rede de instituições cuja finalidade é a luta contra o nacionalismo, o racismo, o fascismo e o apoio aos migrantes e refugiados<sup>278</sup>.

Outra área em que a APAV interveio foi a das crianças e jovens. Aqui destaca-se a presença da Associação nas comissões alargadas das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. A participação decorria em diversos municípios onde se encontravam implantados gabinetes de apoio à vítima da APAV, prestando ainda serviços de assessoria técnica no âmbito das mesmas<sup>279</sup>. A Associação foi ainda uma das instituições fundadoras da ABRIGO – Associação Portuguesa de Apoio à Criança<sup>280</sup>. Cooperou igualmente com a Casa Pia, no seguimento dos casos de abusos sexuais denunciados. Para tal, colaborou no grupo de trabalho e apoio psicológico coordenado pelo pedopsiquiatra Pedro Strecth. No âmbito desta colaboração, desenvolveu também um curso de formação em atendimento a crianças vítimas de violência sexual destinado aos terapeutas e psicólogos de vários colégios da referida instituição<sup>281</sup>. A APAV transmitia assim os conhecimentos que haviam sido sistematizados no decorrer do projeto Core – Crianças vítimas de violência sexual, implementado entre dezembro de 2001 e novembro de 2002. Com a sua promoção visou-se auxiliar os profissionais na deteção, encaminhamento e acompanhamento das crianças vítimas de violência sexual através do desenvolvimento de um manual de procedimentos, contribuindo para a padronização da atuação nesta área<sup>282</sup>.

**Dando continuidade à disseminação dos serviços da APAV, além dos novos serviços representados pelas Casas de Abrigo e a Unidade de Apoio à Vítima Migrante, foram ainda criados sete novos gabinetes de apoio à vítima.**

Dando continuidade à disseminação dos serviços da APAV, além dos novos serviços representados pelas Casas de Abrigo e a Unidade de Apoio à Vítima Migrante, foram ainda criados sete

novos gabinetes de apoio à vítima. Em fevereiro de 1998 iniciou atividade o primeiro gabinete da região do Algarve, localizado em Faro<sup>283</sup>. A abertura do mesmo foi possibilitada por cedência de um local pela Diretoria de Faro da PJ<sup>284</sup>.



Inauguração do Gabinete da APAV em Faro  
(22 de fevereiro de 1998)

À criação deste primeiro gabinete no Algarve seguiram-se outros quatro, nas cidades de Tavira, Portimão, Albufeira e Loulé. Para tal foi essencial a colaboração com as forças de segurança, já que todos estes serviços foram instalados em espaços da PSP ou da GNR. O gabinete de apoio à vítima de Tavira, inaugurado em fevereiro de 2000<sup>285</sup>, e o de Portimão, que funciona desde novembro de 2000<sup>286</sup>, foram acolhidos nas esquadras da PSP das respetivas cidades. Usufruíram ainda do financiamento por parte dos municípios, a que se juntou, no último caso, o apoio do Centro Regional de Segurança Social do Algarve. Relativamente ao gabinete de Tavira, a Câmara Municipal cedeu ainda uma funcionária para exercer as funções de gestora<sup>287</sup>.

O gabinete de Albufeira, que funciona desde outubro de 2001, tendo sido inaugurado em dezembro seguinte<sup>288</sup>, foi estabelecido no posto da GNR local<sup>289</sup>. Quanto ao gabinete de apoio à vítima de Loulé, aberto desde dezembro de 2002<sup>290</sup>, foi acolhido no Destacamento Territorial de Loulé da GNR. Contaram igualmente com apoio financeiro das respetivas Câmaras Municipais<sup>291</sup>.

Após a abertura dos vários serviços situados

na região do Algarve, foi inaugurado o primeiro e único gabinete de apoio à vítima numa das Regiões Autónomas. A sua inauguração ocorreu em fevereiro de 2004<sup>292</sup>, sendo possibilitada pela colaboração estabelecida com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, que cedeu as instalações e assegurou o apoio financeiro ao seu funcionamento<sup>293</sup>.

Foi ainda reaberto o gabinete de Odivelas, anteriormente designado Odivelas/Loures, que tinha sido encerrado em maio de 2004. A sua inauguração, em julho de 2005<sup>294</sup>, foi possibilitada pela Câmara Municipal de Odivelas, que cedeu as instalações e um técnico para garantir a sua gestão<sup>295</sup>.

O aumento contínuo da estrutura da APAV, assim como a aposta na divulgação da Associação e dos serviços prestados, teve como resultado o aumento dos processos de apoio desenvolvidos. Em 1998, o total de processos de apoio foi de 4038, aumentando no ano seguinte para 4653 e diminuindo, em 2000, para 4577. Em 2001 o número de processos aumentou significativamente atingindo os 5448, crescimento que se manteve nos dois anos seguintes, com o desenvolvimento de 6279 e 7871 processos, respetivamente. Em 2004 e 2005 verificou-se uma ligeira diminuição, tendo sido concretizados 7515 processos no primeiro ano e 7377 no seguinte. Em 2006 o seu número voltou a aumentar, registando-se 7935 processos de apoio<sup>296</sup>.

No ano 2003, de forma a coordenar de forma mais eficaz a oferta formativa disponibilizada pela Associação, tanto aos seus técnicos como a formação externa, foi criado o Centro de Formação da APAV. A coordenação do Centro está instalada na Sede da Associação<sup>297</sup>. Atualmente é formado pelos pólos de formação de Lisboa, Porto, Algarve e Açores. A sua criação reflete a importância que a formação tem na atividade da APAV, que presta formação aos seus funcionários, voluntários, estagiários, mas igualmente a profissionais externos, visando difundir boas práticas a adotar no contacto com as vítimas de crime. Traduz igualmente as crescentes solicitações formativas a que a Associação procu-

ra responder. Além da formação externa que disponibiliza, a APAV participa regularmente em diversos encontros científicos, ocasião para promover a sensibilização relativamente às áreas em que atua<sup>298</sup>.

A ligação a instituições internacionais manteve-se. Refira-se a continuação da presença da APAV nas conferências e Assembleias Gerais anuais do European Forum for Victim Services. Em 2004, no decorrer da Assembleia Geral realizada em Tuusula, na Finlândia, foi decidida a integração da APAV no Comité Executivo da organização<sup>299</sup>. A representação da Associação no órgão ficou a cargo de Faye Farr (1975-2006).

A colaboração com instituições internacionais de apoio à vítima foi alargada com a adesão, em 2002, à World Society of Victimology. Formada em 1979, tem como objetivo promover a realização de pesquisas na área das vítimas e do apoio às mesmas, assegurar os interesses destas em todo o mundo e impulsionar a cooperação entre organizações, grupos e indivíduos no âmbito do apoio às vítimas de crime<sup>300</sup>.



European Forum for Restorative Justice  
Victims, offenders, community

**European Forum for Restorative Justice. A APAV representou a única instituição de apoio à vítima entre os membros fundadores**

Numa outra vertente do apoio às vítimas de crime, a Associação acompanhou os trabalhos preparatórios que resultaram na criação do então designado European Forum for Victim-Offender Mediation and Restorative Justice, atualmente denominado European Forum for Restorative

Justice. A APAV representou a única instituição de apoio à vítima entre os membros fundadores<sup>301</sup>. A organização foi criada em dezembro de 2000, em Lovaina, na Bélgica, tendo como objetivo a troca de experiências e informação e a promoção e desenvolvimento das práticas de justiça restaurativa<sup>302</sup>. Surgida em meados dos anos 70, a justiça restaurativa “centra-se na activa participação das vítimas, agressores e comunidades, muitas vezes concretizadas através de encontros entre estes, num esforço para identificar a injustiça praticada, o dano resultante, os passos necessários para a sua reparação e as acções futuras que possam reduzir a possibilidade de ocorrência de novos crimes”<sup>303</sup> (*Frederico Moyano Marques*). Tendo sido uma das instituições fundadoras, logo em 2002 a APAV foi eleita, na Assembleia Geral realizada em outubro, para integrar a Direção do Fórum, assumindo um mandato de seis anos<sup>304</sup>. A representação neste órgão foi assegurada pelo Secretário-Geral da APAV, João Lázaro. No ano seguinte a esta eleição foi realizada em Portugal, pela primeira vez, a Assembleia Geral da organização<sup>305</sup>.

Relativamente aos direitos garantidos às vítimas destaque-se a elaboração da Decisão-Quadro do Conselho relativa ao estatuto da vítima em processo penal. A mesma foi preparada durante a presidência portuguesa da União Europeia, no primeiro semestre de 2000. Posteriormente, foi revista no decorrer da presidência francesa, no segundo semestre de 2000, e aprovada em 15 de março de 2001, já durante a presidência sueca<sup>306</sup>. Na equipa de missão constituída junto do Gabinete do Ministro da Justiça tendo como tarefa planear e acompanhar os assuntos da Presidência Portuguesa da União Europeia nas questões relativas à Justiça participou Luís de Miranda Pereira, então Vice-Presidente da Direção da APAV<sup>307</sup>.

**Para avaliar a sua implementação nos 27 Estados Membros da União Europeia, a APAV liderou, em representação do Victim Support Europe, o projeto Victims in Europe**

A Decisão-Quadro foi desenvolvida pelo reconhecimento da premência em assegurar a conformidade dos direitos das vítimas de crime<sup>308</sup>. O documento definiu normas relativas ao estatuto da vítima e direitos fundamentais da mesma que, pela primeira vez, foram vinculativas relativamente à ordem jurídica interna dos Estados Membros<sup>309</sup>. Para avaliar a sua implementação nos 27 Estados Membros da União Europeia, a APAV liderou, em representação do Victim Support Europe, o projeto Victims in Europe – Report on the Framework Decision regarding standing of victims in criminal proceedings. Co-financiado pela Comissão Europeia, foi desenvolvido entre dezembro de 2007 e dezembro de 2009, contando com a parceria de 18 parceiros europeus de 14 países<sup>310</sup>.

A referida Decisão-Quadro foi, posteriormente, substituída pela Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro<sup>311</sup>.

Como forma de divulgar as atividades desenvolvidas pela APAV, cujo número e complexidade aumentava, foi decidida a criação do primeiro periódico da Associação, *APAV notícias*. O mesmo foi publicado pela primeira vez em novembro de 1998<sup>312</sup>. Devido às dificuldades financeiras que a Associação enfrentou nos anos de 2003 e 2004, a edição da *APAV notícias* foi interrompida neste último ano<sup>313</sup>, sendo retomada, em 2011, em formato digital.

Relativamente aos meios de financiamento da APAV, destaque-se, como resultado da contínua colaboração com a PSP, o início da realização de uma corrida de solidariedade organizada pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e

Segurança Interna. A sua primeira edição teve lugar em maio de 2004, em Lisboa. A corrida decorre até ao presente com uma periodicidade anual. Em 2015 foi realizada a sua 12ª edição, em simultâneo com a Marcha das Famílias, organizada desde 2009<sup>314</sup>. As receitas, provenientes das inscrições, revertem a favor da APAV. A colaboração com a PSP saldou-se ainda, em 2015, na realização da 1ª Caminhada Solidária PSP/APAV, organizada pelo Comando Distrital da PSP de Vila Real por ocasião das comemorações do seu 132º aniversário. O evento teve como principal objetivo a angariação de alimentos para uma das casas de abrigo da APAV.

**foi criado, em 2006, o espaço APAV & Cultura**

A Associação manteve igualmente a cooperação com artistas. Em Lisboa, aproveitando o alargamento do espaço ocupado pelos seus serviços após a mudança de instalações, foi criado, em 2006, o espaço APAV & Cultura. As suas atividades iniciaram-se com uma exposição temporária dos materiais publicitários da APAV<sup>315</sup>. O espaço permanece ativo até ao presente, contando com a participação regular de artistas de diversas áreas.



Autoria: Sara Carvalho, 2012

# DIREÇÕES 2007-2015



## DIREÇÕES 2007-2015

Em 14 de dezembro de 2006 foram realizadas eleições para a escolha dos membros dos Órgãos Sociais da APAV. No seguimento das mesmas foram confirmadas as únicas listas apresentadas<sup>316</sup>.

**DIREÇÃO****Maria Joana Raposo Marques Vidal**Presidente

(Procuradora-Geral Adjunta)

**João Carlos de Jesus Lázaro**Vice-Presidente

(Jurista)

**Nuno Alexandre Pinto Coelho Torres de Faria**Secretário

(Advogado)

**Maria Teresa Fernandes Correia de Sequeira Franco (1938-2009)**Tesoureiro

(Técnica do Instituto de Reinserção Social aposentada)

**Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina**Vogal

(Assessora Principal da Função Pública e Deputada)

**Maria Luísa Alves da Silva Neto**Vogal

(Professora universitária)

**António Manuel Teixeira da Rocha Marcelo dos Reis**Vogal

(Juiz de Direito)

**CONSELHO FISCAL****José Manuel Cardoso Borges Soeiro**Presidente

(Juiz Desembargador)

**José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues**Vogal

(Revisor Oficial de Contas designado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas)

**Maria Manuela Cantante Carvalho**Vogal

(Jurista e Gestora de Empresas)

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Luís Manuel Oliveira de Miranda Pereira**Presidente

(Diretor-Geral do Ministério da Justiça aposentado)

**Maria Fernanda Farinha Lopes**1º Secretário

(Secretária-Adjunta da Procuradoria Geral da República)

**Sofia de Oliveira Dias**2º Secretário

(Administradora hospitalar)

**Pela primeira vez desde a constituição da APAV, a Presidência daquele órgão foi assumida por um elemento que não fazia parte do grupo de associados fundadores, apesar de Joana Marques Vidal já acompanhar a atividade da APAV como sua associada**

Os novos Órgãos Sociais, que tomaram posse a 10 de janeiro de 2007<sup>317</sup>, representavam uma renovação, sobretudo relativamente à Direção. Pela primeira vez desde a constituição da APAV, a Presidência daquele órgão foi assumida por um elemento que não fazia parte do grupo de associados fundadores, apesar de Joana Marques Vidal já acompanhar a atividade da APAV como sua associada. Formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, começou a sua carreira profissional no Ministério Público como representante do mesmo, não magistrada, em Penela. Após iniciar o estágio para a Magistratura do Ministério Público, em outubro de 1980, ocupou o cargo de Delegada do Procurador da República em várias comarcas. Tendo sido designada Procuradora da República, em janeiro de 1994, exerceu funções em diversos tribunais. Em outubro de 2002, foi nomeada, em comissão de serviço, Diretora-Adjunta do Centro de Estudos Judiciários. Cerca de dois anos depois, em julho de 2004, foi promovida a Procuradora-Geral Adjunta. Em novembro desse ano foi nomeada, novamente em comissão de serviço, Auditora Jurídica junto do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e representante do Ministério Público na Seção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Manteve estes cargos até 2012, ano em que foi designada Procuradora-Geral da República<sup>318</sup>.

Apesar da renovação dos Órgãos Sociais, a presença de associados fundadores manteve-se, desde logo na Presidência do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral. Além de que a

referida mudança representou uma continuidade da intervenção desenvolvida pelos anteriores órgãos<sup>319</sup>. Sob a Presidência de Joana Marques Vidal iniciou-se um novo período na história da APAV. Caracterizado pela consolidação da obra anteriormente realizada, é igualmente marcado pelo contínuo investimento no alargamento e diversificação dos serviços disponibilizados às vítimas de crime e na sua constante melhoria.



Maria Joana Raposo Marques Vidal  
(Presidente da Direção da APAV (2007-2012))

Também a Vice-Presidência da Direção, ocupada desde a criação da APAV por um associado fundador, foi assumida por um novo elemento, João Lázaro, até então seu Secretário-Geral. Não tendo integrado o grupo inicial que constituiu a Associação, vinha intervindo, desde há largos anos, na sua evolução. Tinha já integrado, aliás,

a primeira Direção da APAV, como seu Tesoureiro, após ter colaborado como voluntário jurista. Além de assumir a Vice-Presidência daquele órgão, ocupou ainda o cargo de Diretor Executivo. A função foi criada devido à necessidade da atividade prolongada de um dos membros da Direção, em virtude da complexidade da gestão da APAV<sup>320</sup>. Enquanto Diretor Executivo, foram-lhe delegadas diversas competências de forma a garantir a administração da Associação<sup>321</sup>.

Foi a esta Direção que competiu a realização de um novo protocolo com o Governo, o qual veio a ser concretizado em 2009. Pretendeu-se alargar os intervenientes à Presidência do Conselho de Ministros e ao Ministério da Saúde, este último já abordado aquando da realização do primeiro acordo com o Governo, em março de 1998, mas cuja participação não se logrou assegurar.

Pretendia-se garantir a assinatura do documento até ao final do ano de 2008, assegurando a sua retroatividade a 1 de julho desse ano<sup>322</sup>. Contudo, devido ao atraso nas negociações, a assinatura do protocolo ocorreu apenas em julho de 2009. Deu-se assim continuidade à colaboração já existente e às determinações e recomendações emanadas da União Europeia, concretamente as que constavam na Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI do Conselho da União Europeia, de 15 de março, e na Recomendação 8 do Conselho da Europa, de 14 de junho de 2006, relativa à assistência às vítimas de crime. Estas preconizavam o apoio financeiro às organizações não-governamentais de apoio à vítima pelos Estados Membros, facto relembrado, na ocasião da assinatura do protocolo, pela Presidente da Direção da APAV.

**Mas a missão do apoio à vítima de crime não é, não pode ser, uma responsabilidade exclusiva da Comunidade, dos cidadãos e das associações e ONGs que lhes dão voz. Um Estado de Direito Democrático, tributário dos direitos fundamentais dos cidadãos, constitucionalmente garantidos, tem uma especial e inalienável obrigação no assegurar de um sistema abrangente, legal e estrutural, de apoio**

**efectivo à vítima de crime, a desenvolver-se mediante a assunção de uma intervenção estatal directa ou através do apoio directo a associações que desempenhem essas funções.**<sup>323</sup>

*(Joana Marques Vidal)*

O acordo, tal como pretendido, foi alargado ao Ministério da Saúde, representado pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ventura Ramos, e à Presidência do Conselho de Ministros, através do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lação. A estes juntaram-se os ministérios que tinham colaborado com a APAV no âmbito dos dois protocolos anteriores. O Ministério da Administração Interna foi representado pelo Secretário de Estado da Administração Interna, Rui Sá Gomes, o Ministério da Justiça pelo Secretário de Estado da Justiça, João Tiago da Silveira, e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social esteve presente a Secretária de Estado Adjunta da Reabilitação, Idália Moniz<sup>324</sup>.

O mesmo teria a duração de um ano, prorrogável por igual período de tempo até ao máximo de três anos. Desta forma, correspondia aos anos de 2009, 2010 e 2011. O prolongamento do acordo ficava dependente da apresentação dos orçamentos anuais da APAV e da aprovação dos seus planos de atividades<sup>325</sup>.

Os vários objetivos a alcançar com a colaboração ficaram definidos de forma pormenorizada, abrangendo áreas diversificadas como a formação, a definição de procedimentos ou a recolha e análise de informação tendo como finalidade o seu tratamento estatístico. A concretização desta cooperação permitiu ainda a manutenção das instalações onde a Associação tinha instalado a sua Sede e o gabinete de apoio à vítima de Lisboa<sup>326</sup>.

Tendo em conta as novas exigências colocadas pelo acordo, na APAV foi determinada a criação de uma nova estrutura de forma a assegurar um eficaz acompanhamento da concretização dos objetivos definidos no documento, a Unidade de Monitorização do Protocolo com o Governo<sup>327</sup>.

A vigência do acordo coincidiu, em parte, com a do segundo documento elaborado pela APAV para a definição de metas a concretizar a médio prazo, o Plano Estratégico 2008-2012. Dando continuidade a uma política que vinha sendo desenvolvida sobretudo desde a sua reestruturação, para a definição do Plano Estratégico foi possível contar com a contribuição dos recursos humanos da Associação<sup>328</sup>.

A 14 de dezembro de 2009 foram realizadas novas eleições para os Órgãos Sociais, pelas quais se confirmou a continuidade dos membros eleitos para o mandato anterior<sup>329</sup>. As alterações ocorreram apenas na Direção. Relativamente à anterior, na então eleita o cargo de Secretário foi assumido por Maria Luísa Alves da Silva Neto, professora universitária. Também um dos lugares de Vogal foi ocupado por um novo membro, Nuno Malheiro da Silva, arquiteto e gestor de empresas<sup>330</sup>.

**A importância da atividade desempenhada por Teresa Sequeira Franco (1938-2009) na APAV foi reconhecida pela atribuição à mesma, a título póstumo, da qualidade de Associada Honorária, em 2010.**

Ainda antes da tomada de posse destes Órgãos Sociais, a qual teve lugar a 5 de janeiro de 2010, a constituição da Direção sofreu novas modificações. Teresa Sequeira Franco, eleita como Tesoureira, faleceu em 21 de dezembro de 2009<sup>331</sup>. Desta forma, o cargo foi assumido pelo até então Vogal, Nuno Malheiro da Silva, cuja função foi ocupada por Maria Clara Albino, primeira colocada na lista de suplentes da Direção<sup>332</sup>. A importância da atividade desempenhada por Teresa Sequeira Franco na APAV foi reconhecida pela atribuição à mesma, a título póstumo, da qualidade de Associada Honorária, em 2010<sup>333</sup>. No ano seguinte, foi igualmente instituído o prémio Teresa Sequeira Franco - Voluntariado APAV.

Criado pelos seus herdeiros e pela APAV, tem como objetivo fomentar o voluntariado na Associação. A sua primeira edição teve lugar em 2014. Através da atribuição deste prémio pretende-se reconhecer, anualmente, o mérito de um dos voluntários ou estagiários da Associação e perpetuar a memória de Teresa Sequeira Franco, voluntária nos primeiros anos de atividade da Associação e Tesoureira da Direção, desde 1998 até ao seu falecimento<sup>334</sup>.

A composição deste órgão foi de novo alterada, perto da data prevista para a realização de novas eleições, devido à designação da então Presidente da Direção, Joana Marques Vidal, como Procuradora-Geral da República. Por ocasião da sua nomeação, a função que desempenhava na APAV foi largamente destacada nos órgãos de comunicação social. O trabalho desenvolvido junto das vítimas de crime mereceu destaque também no discurso proferido pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, na cerimónia de tomada de posse, realizada em 12 de outubro de 2012<sup>335</sup>. Devido à sua nomeação, Joana Marques Vidal renunciou ao seu cargo como Presidente da Direção da APAV.

No seguimento da sua resignação, foi aplicado o procedimento definido nos Estatutos da Associação quanto à vacatura do cargo de Presidente da Direção, sendo a função assegurada pelo então Vice-Presidente<sup>336</sup>. Desta forma, João Lázaro assumiu a Presidência do órgão até à realização das eleições seguintes, mantendo as funções que lhe foram atribuídas como Diretor Executivo. O cargo de Vice-Presidente, como determinado estatutariamente, foi assumido por um suplente da Direção, Paulo Jorge Saragoça da Matta, advogado<sup>337</sup>.

A gestão da Associação foi assim garantida até à tomada de posse dos novos Órgãos Sociais, eleitos em 14 de dezembro de 2012. Nestas eleições, a única lista candidata à Direção, encabeçada por João Lázaro, foi confirmada para assumir o mandato nos anos 2013-2015<sup>338</sup>.

**DIREÇÃO**

**João Carlos de Jesus Lázaro**  
Presidente  
 (Jurista)



**Catarina de Lonet Delgado Truninger de Albuquerque Santos Lima**  
Vice-Presidente  
 (Jurista)



**Teresa Paula Silva Reis Cópio**  
Secretário  
 (Gestora de Recursos Humanos)



**Nuno Luís Marques Malheiro da Silva**  
Tesoureiro  
 (Arquiteto e Gestor de Empresas)



**Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina**  
Vogal  
 (Jurista e Deputada)



**Carlos Alberto Ribeiro Pinto de Abreu**  
Vogal  
 (Advogado)



**Maria João Rebelo Quintela**  
Vogal  
 (Médica)

**CONSELHO FISCAL****Manuel António Ferreira Antunes**Presidente

(Procurador-Geral Adjunto Jubilado)

**Vítor Batista de Almeida**Vogal

(Revisor Oficial de Contas designado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas)

**Maria Manuela Cantante Carvalho**Vogal

(Jurista e Gestora de Empresas)

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio**Presidente

(Juiz Conselheiro Jubilado)

**João Gabriel Rucha Pereira**1.º Secretário

(Criminalista)

**Sofia dos Santos Vasconcelos de Macedo**2.º Secretário

(Jurista)



João Carlos de Jesus Lázaro

(Tesoureiro da Direção da APAV (1994-1995), Secretário-Geral (1995-2007), Vice-Presidente (2007-2012) e Presidente da Direção desde 2012)

Os Órgãos Sociais assim constituídos tomaram posse em 14 de janeiro de 2013<sup>339</sup>. Na mesma ocasião, foi deliberado recuperar a figura do Secretário-Geral, tendo sido nomeada para ocupar o cargo Carmen Sofia Rasquete Correia<sup>340</sup>. Formada em Sociologia, tinha iniciado funções na APAV em 2001, como voluntária. À data da sua designação desempenhava as funções de Assessora do Secretariado Executivo e para as Relações Internacionais.

**Ainda antes da realização destas eleições foi possível assegurar a concretização de um novo protocolo de colaboração com o Governo, assinado a 27 de novembro de 2012.**

Ainda antes da realização destas eleições foi possível assegurar a concretização de um novo

protocolo de colaboração com o Governo, assinado a 27 de novembro de 2012<sup>341</sup>. As cláusulas definidas no mesmo, contudo, produziram efeito desde 1 de janeiro de 2012<sup>342</sup>.

O acordo foi efetuado com os ministérios signatários do protocolo anterior, sendo assinado por Teresa Morais, Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Juvenal da Silva Peneda, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Paula Teixeira da Cruz, Ministra da Justiça, Fernando Leal da Costa, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, e Marco António Costa, Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social<sup>343</sup>.

Mais uma vez, o mesmo devia vigorar por um ano, renovável por igual período até ao limite máximo de três anos. O prolongamento dependia da aprovação do plano de atividades e da apresentação do orçamento, como já anteriormente previsto.

Os compromissos assumidos pela Associação junto de cada uma das outras entidades foram, com algumas alterações pontuais, semelhantes ao definido no protocolo antecedente<sup>344</sup>. Contudo, ao contrário do que se tinha verificado no documento anterior, no acordo assinado em 2012 não constava qualquer referência ao espaço ocupado pela APAV em Lisboa, o qual tinha sido cedido pelo respetivo Governo Civil. No início de 2012, a Associação tinha sido confrontada com a eventual necessidade de abandonar as referidas instalações até ao final do primeiro trimestre de 2013<sup>345</sup>. Quanto ao protocolo, previa-se que ao montante relativo ao financiamento da responsabilidade do Ministério da Justiça fosse subtraído o valor referente à disponibilização de um novo local. Foram igualmente iniciados contactos com a Câmara Municipal de Lisboa, tendo em vista a possibilidade de cedência de um local pelo município<sup>346</sup>. A necessidade de mudança de instalações acabou por não se verificar, mantendo-se a Sede e o Gabinete de Apoio à Vítima de Lisboa em funcionamento na Rua José Estêvão 135-A.

Além da questão colocada quanto à localiza-

ção dos Serviços Centrais de Sede e do gabinete de apoio à vítima de Lisboa, a APAV foi igualmente confrontada com o problema da continuidade da presença dos gabinetes de apoio à vítima de Vila Real e Faro, que funcionavam nas instalações dos respetivos Governos Cívicos. A extinção destes órgãos foi determinada no Decreto-Lei n.º 114/2011, aprovado em Conselho de Ministros de 8 de setembro de 2011. Aí determinava-se igualmente a liquidação do património afeto aos mesmos<sup>347</sup>.

O gabinete de apoio à vítima de Faro, que iniciou atividade em fevereiro de 1998 em local cedido pela Diretoria de Faro da PJ, tinha sido transferido, em 2005, para instalações do Governo Cívico, por acordo entre esta entidade e a PJ. Funcionava desde então nas mesmas. Devido à extinção dos Governos Cívicos e à liquidação do seu património imobiliário, as referidas instalações foram ocupadas pela Direção Regional do Algarve do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Por protocolo realizado com esta entidade, a 5 de novembro de 2013, foi possível a manutenção do funcionamento do gabinete no mesmo local<sup>348</sup>. Também o gabinete de Vila Real se manteve nas instalações que já ocupava.

O mais recente gabinete de apoio à vítima da APAV foi aberto em Santarém, em fevereiro de 2007, resultando de uma parceria com a Câmara Municipal da cidade<sup>349</sup>. Por protocolo realizado a 1 de julho de 2006, o município cedeu um espaço para acolhimento do gabinete nas suas instalações, garantindo igualmente apoio financeiro<sup>350</sup>.

**Além do reconhecimento do interesse da presença da APAV nos vários municípios onde se encontra implantada através, sobretudo, do apoio prestado à manutenção dos gabinetes de apoio à vítima, as atividades desenvolvidas pela Associação foram sendo distinguidas pela sua importância junto das populações.**

Além do reconhecimento do interesse da presença da APAV nos vários municípios onde se encontra implantada através, sobretudo, do apoio prestado à manutenção dos gabinetes de apoio à vítima, as atividades desenvolvidas pela Associação foram sendo distinguidas pela sua importância junto das populações. Destaque-se o exemplo do município de Odivelas. Em 2013, por ocasião da comemoração do seu 15.º aniversário, entre as várias personalidades e organizações homenageadas, foi atribuída à APAV a Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata<sup>351</sup>. Já em 1999 a Associação tinha sido agraciada com a Medalha de Honra da Junta de Freguesia da Pontinha, onde se situava o gabinete de apoio à vítima de Odivelas/Loures, pelo trabalho aí efetuado<sup>352</sup>.

Relativamente aos serviços disponibilizados pela Associação, mencione-se o aumento das vagas disponíveis nos equipamentos destinados ao acolhimento de vítimas de violência doméstica. O desenvolvimento, entre janeiro de 2006 e setembro de 2008, do projeto Violência Doméstica – Prevenção, encaminhamento e acolhimento de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, no âmbito do programa INTERREG III A – Cooperação fronteiriça Portugal - Espanha, subprograma Norte/Castela e Leão, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, teve como finalidade assegurar a cooperação entre a sub-região norte de Portugal / Castela e Leão no âmbito da violência doméstica. Para a prossecução deste objetivo a APAV colaborou com o Ayuntamiento de Zamora. Entre as atividades programadas encontrava-se a mudança da Casa de Abrigo Sophia para novas instalações de forma a garantir o aumento do número de vagas para acolhimento de vítimas de violência doméstica e seus filhos<sup>353</sup>. Tendo em conta este propósito, foi aprovada, a aquisição de um imóvel, para o qual seria transferida a Casa de Abrigo Sophia<sup>354</sup>. As obras realizadas no novo equipamento terminaram no final do ano de 2008, tendo sido ainda realizadas algumas intervenções no decorrer de 2009<sup>355</sup>. No final, para o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, foram criadas mais 14 vagas, totalizando o número de

19. Contudo, a disponibilização das mesmas estava dependente da revisão do acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, de forma a assegurar o financiamento para permitir o aumento da lotação do equipamento. Não obstante os esforços da Associação, não foi possível, até ao presente, assegurar a sua assinatura<sup>356</sup>. Apesar da impossibilidade de garantir o acesso ao total de vagas da Casa de Abrigo Sophia, a mudança para as novas instalações foi realizada em 2012<sup>357</sup>.

No âmbito do acolhimento de vítimas de violência doméstica, o auxílio às mulheres que, por motivos económicos não têm possibilidade de suportar os custos associados à sua autonomização, foi assegurado através da assinatura de uma Carta de Compromisso com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, em dezembro de 2012. Através da mesma foi atribuído à APAV um subsídio para que, durante o ano de 2013, apoiasse financeiramente a autonomização das vítimas de violência doméstica acolhidas nas suas duas Casas de Abrigo. A verba era proveniente dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa<sup>358</sup>. A dificuldade na autonomização das utentes das Casas de Abrigo era uma realidade que se vinha constatando face à crise económica verificada no País, tendo como consequência o aumento do seu tempo de permanência nos equipamentos disponibilizados pela Associação<sup>359</sup>.

Ainda de forma a garantir a melhoria no acolhimento a estas vítimas, a APAV assinou, em janeiro de 2013, uma nova Carta de Compromisso com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade. Através da mesma foram criadas três vagas para o acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica na Casa de Abrigo Alcipe, para funcionarem em 2013<sup>360</sup>. O compromisso então assumido foi renovado, com as mesmas condições, em dezembro de 2013, prevendo-se a sua aplicação no decorrer do ano de 2014<sup>361</sup>. Além das vagas criadas na Casa de Abrigo Alcipe, também na Casa de Abrigo Sophia foi possível assegurar o acolhimento de emergência de vítimas de

violência doméstica. Por acordo com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, concretizado em outubro de 2013, foi garantido o apoio financeiro para que, no decorrer dos anos de 2013 e 2014, a Associação disponibilizasse 14 vagas destinadas a este tipo de acolhimento<sup>362</sup>. Através do mesmo, é possível disponibilizar a totalidade das 19 vagas criadas na Casa de Abrigo Sophia.



Assinatura de Carta de Compromisso com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais

Devido à experiência acumulada no campo da violência doméstica e ao desenvolvimento de campanhas de divulgação da problemática, a Associação estabeleceu, em 2012, protocolos com os Ministérios Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul e do Estado do Amapá. Desta forma, garantiu-se a cooperação técnica na área assim como a divulgação, no Brasil, das campanhas criadas pela APAV relativas ao mesmo tema<sup>363</sup>.

Também na área das crianças e jovens a Associação manteve a sua intervenção em diversas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Contudo, a cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das 4 comissões do concelho, cessou em 31 de outubro de 2012. A colaboração, mantida desde 2001, visava o recrutamento, formação e supervisão dos técnicos juristas que as integravam em representação do município<sup>364</sup>. Para o trabalho desenvolvido pela APAV nestas comissões contribuiu, entre

outros profissionais, Maria Idalette Soares Al-faiate, falecida em agosto de 2014. Formada em Direito, já anteriormente tinha colaborado com a Associação como técnica de apoio à vítima voluntária. Como reconhecimento do mérito da sua contribuição para a ação da APAV foi-lhe atribuída, a título póstumo, a qualidade de associada honorária<sup>365</sup>.

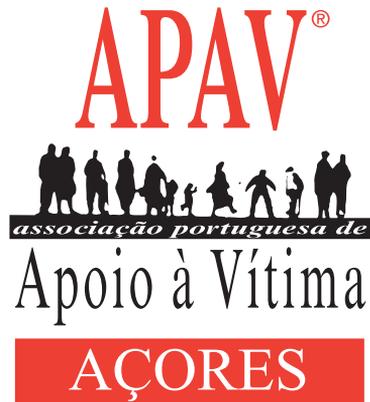
Ainda no campo das crianças e jovens, no dia 1 de junho de 2011, Dia Mundial da Criança, a APAV, juntamente com outras organizações, subscreveu a Carta de Compromisso que resultou na criação do Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens. O seu objetivo é assegurar a defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens<sup>366</sup>.

**Apesar da crise económica e financeira que afetava o País, e que na APAV era igualmente sentida, a Associação foi capaz de assegurar, mais uma vez, o desenvolvimento de novos serviços de forma a garantir a melhoria do apoio que presta.**

Apesar da crise económica e financeira que afetava o País, e que na APAV era igualmente sentida, a Associação foi capaz de assegurar, mais uma vez, o desenvolvimento de novos serviços de forma a garantir a melhoria do apoio que presta. Decorrente deste esforço refira-se a criação dos Serviços de Sede no Porto, em 2007. Estes foram constituídos com a finalidade de representarem uma extensão dos Serviços Centrais de Sede, em Lisboa. À estrutura criada cabe a elaboração e gestão de projetos, a assessoria técnica da Direção e a gestão do pólo de formação do Porto. A sua criação foi possibilitada pelo apoio da Fundação da Juventude, onde inicialmente ficou instalada. Posteriormente, foi realizada a mudança para instalações próprias cedidas pela Câmara Municipal do Porto<sup>367</sup>.

**No ano seguinte foi constituída a primeira estrutura regional da Associação, a APAV Açores, Comissão Regional dos Açores**

No ano seguinte foi constituída a primeira estrutura regional da Associação, a APAV Açores, Comissão Regional dos Açores da APAV. Tem como finalidade garantir a promoção dos objetivos da APAV na Região Autónoma dos Açores, sendo a estrutura autónoma. Foi inaugurada em setembro de 2007, tendo iniciado a atividade em janeiro de 2008<sup>368</sup>. Resultou da colaboração da Associação com o Instituto de Ação Social do Governo Regional dos Açores<sup>369</sup>.



Alargando o apoio que prestava às vítimas imigrantes, a APAV assegurou, a partir de novembro de 2008, a gestão de um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, por sucesso da candidatura que efetuou junto do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., atualmente designado Alto Comissariado para as Migrações, I.P.<sup>370</sup>. Este Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes integrava a rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, criada em 2003, com o objetivo de assegurar, de forma descentralizada, o apoio

e informação a imigrantes. A constituição dos mesmos resultava do estabelecimento de parcerias entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. e autarquias ou organizações da sociedade civil<sup>371</sup>. Assim, por protocolo com o referido organismo, assinado em 19 de novembro de 2008, a APAV assegurou a gestão de um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes que funcionou no gabinete de apoio à vítima de Vila Real, tendo apoio financeiro da entidade mencionada<sup>372</sup>. O centro terminou as suas atividades em novembro de 2013<sup>373</sup>.

Com a mesma finalidade de apoio às vítimas imigrantes, a APAV promoveu, entre dezembro de 2008 e novembro de 2010, o projeto Sul - Unidade de apoio à vítima imigrante no combate ao tráfico de seres humanos. Co-financiado pelo Quadro de Referência Estratégia Nacional, o mesmo foi desenvolvido na região do Algarve, visando em especial as vítimas de tráfico de seres humanos e de violência de género. Para ao seu desenvolvimento foi constituída uma unidade móvel para percorrer os cinco gabinetes de apoio à vítima da APAV existentes na referida região. Como forma de dar continuidade ao trabalho realizado, entre setembro de 2011 e agosto de 2013, foi desenvolvido o projeto Sul 2<sup>374</sup>.

Também destinado ao apoio aos imigrantes e vítimas de discriminação foi criada, em 2009, no âmbito da APAV Açores, a Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação, a funcionar no gabinete de apoio à vítima de Ponta Delgada. O seu objetivo é dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Unidade de Apoio à Vítima Migrante na Região Autónoma dos Açores. Contudo, num âmbito mais alargado, este serviço presta apoio igualmente a emigrantes açorianos<sup>375</sup>.

De forma a coordenar as diversas respostas criadas na APAV com a finalidade de assegurar o apoio a vítimas migrantes, foi estabelecida na Associação a rede Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, hoje rede Unidade de Apoio à Vítima Migrante, dirigida por esta unidade<sup>376</sup>.

Ainda no âmbito do apoio a migrantes, em 2012, a APAV tornou-se membro da Plataforma for International Cooperation on Undocumented Migrants. Trata-se de uma organização não-governamental, constituída em 2001, que reúne diversas organizações que promovem os direitos dos migrantes indocumentados na Europa, fomentando a sua ligação com as instituições europeias<sup>377</sup>.

Refletindo, mais uma vez, o papel essencial dos voluntários nas atividades da Associação, a mesma aderiu à Confederação Portuguesa para o Voluntariado, adesão aprovada pela Assembleia Geral em 2008<sup>378</sup>. A organização tinha sido criada em janeiro de 2007, tendo como objetivo representar os voluntários e as organizações promotoras de trabalho voluntário, contribuindo para a defesa dos seus direitos e interesses<sup>379</sup>. Na mesma ocasião foi ainda confirmada a afiliação ao Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social, sendo a APAV uma das entidades fundadoras do mesmo. A Associação fez ainda parte do seu secretariado executivo. A APAV acolheu temporariamente, na sua Sede, a Sede do Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social e o seu Secretariado Executivo e Técnico. O Fórum, cuja criação tinha sido determinada no contexto do Plano Nacional de Ação para a Inclusão, foi constituído em 2006, como forma de agregar várias organizações não-governamentais para acompanhamento e avaliação dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão<sup>380</sup>.

**Num esforço contínuo de melhoria dos serviços prestados e de aproximação das populações, em 2011, a APAV iniciou o desenvolvimento de sistemas de referenciação de vítimas de crime para a Associação.**

Num esforço contínuo de melhoria dos serviços prestados e de aproximação das populações, em 2011, a APAV iniciou o desenvolvimento de sistemas de referenciação de vítimas de crime

para a Associação. Por referência entende-se o mecanismo através do qual a organização com a qual a APAV estabelece uma parceria transmite-lhe informações sobre as vítimas de que tem conhecimento e os crimes que as mesmas sofreram, sempre com o seu consentimento informado, de forma a assegurar o contacto da APAV com estas para a disponibilização dos seus serviços. A introdução desta nova forma de atuação representa igualmente uma nova oportunidade de promoção de uma colaboração próxima com as forças policiais, área em que a Associação vem apostando desde a sua criação. O primeiro projeto visando a implementação deste sistema foi criado com a colaboração do Comando Regional da PSP dos Açores, iniciando-se em maio de 2011 com a esquadra da PSP de Ponta Delgada. No ano seguinte, o projeto estendeu-se à esquadra de Lagoa. A cooperação com a PSP foi depois alargada ao Comando Distrital de Vila Real e ao Comando Metropolitano de Lisboa. A parceria incluiu ainda os Destacamentos Territoriais de Albufeira e de Loulé do Comando Territorial de Faro da GNR, em 2012 e 2013, respetivamente. Em 2012, o projeto foi alargado à organização Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero (ILGA). Também a PJ se tornou parceira da APAV na implementação deste sistema, referenciando à APAV os familiares e amigos de vítimas de homicídio<sup>381</sup>.

**foi criada a Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio, que iniciou a sua ação em janeiro de 2013**

Esta última parceria representou mais um desenvolvimento numa área específica do apoio à vítima em que a APAV vinha apostando. Desde pelo menos 2006 que se refletia sobre a necessidade de desenvolver um modelo de intervenção específico para apoio aos familiares e amigos das vítimas de homicídio e às vítimas de tentativa

de homicídio<sup>382</sup>. Decorrente desta constatação, foi criada a Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio, que iniciou a sua ação em janeiro de 2013, abrangendo igualmente as vítimas de tentativa de homicídio. Durante o seu primeiro ano de atividade, a APAV registou 85 crimes de homicídio/tentativa de homicídio, 33 dos quais decorrentes da referência realizada pela PJ<sup>383</sup>. Esta estrutura foi criada na sequência do desenvolvimento do projeto Caronte. Promovido entre outubro de 2010 e setembro de 2012, foi cofinanciado pela Comissão Europeia, no âmbito do programa Justiça Criminal da Direção-Geral da Justiça, Liberdade e Segurança<sup>384</sup>. O seu objetivo foi implementar procedimentos específicos destinados a melhorar o apoio prestado a familiares e amigos de vítimas de homicídio. Ainda no âmbito deste tipo de crime, a APAV criou, em 2014, o Observatório de Imprensa de Crimes de Homicídio em Portugal e de Portugueses no Estrangeiro. O mesmo pretende contribuir para uma melhor compreensão deste tipo de crime. No ano da sua criação, o Observatório registou a divulgação na comunicação social de 127 crimes de homicídio ocorridos em Portugal e de 33 portugueses mortos no estrangeiro.



**No âmbito do tráfico de seres humanos, área em que há muito a Associação vinha desenvolvendo atividades, foi possível garantir a gestão do terceiro Centro de Acolhimento e Proteção para vítimas de tráfico de seres humanos existente em Portugal.**



Centro de Acolhimento e Proteção Sul



Centro de Acolhimento e Proteção Sul

criada pelo Decreto-Lei n.º 229/2008, de 27 de novembro, tem como incumbências a produção, recolha, tratamento e difusão de informação e de conhecimento relativos ao tráfico de pessoas e outras formas de violência de género<sup>385</sup>. Em 2011, a APAV foi mesmo a segunda organização não-governamental que mais casos de tráfico de seres humanos sinalizou junto do Observatório, num total de nove. Este número foi ultrapassado apenas pela organização que assegurava a gestão do então único centro de acolhimento para estas vítimas, demonstrando a importância da intervenção da Associação nesta área<sup>386</sup>. De forma a formalizar a colaboração com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos, a APAV foi uma das 11 instituições que, em outubro de 2011, estabeleceram um memorando de entendimento com esta entidade, regulando os procedimentos para a comunicação dos casos de tráfico de seres humanos identificados pelas mesmas<sup>387</sup>.

Além do atendimento a este tipo de vítimas, a Associação vinha desenvolvendo, desde pelo menos 2002, parcerias em diversos projetos internacionais relacionados com a temática, o que permitia a troca de informações e o desenvolvimento dos conhecimentos relativos ao tema. Assim, ao longo dos anos, a APAV colaborou com organizações como o Comité Europeu contra a Escravidão Moderna, o Anti-slavery International<sup>388</sup> e o International Centre of Migration Policy Development<sup>389</sup>. Em 2009, a Associação tornou-se ainda a parceira nacional da campanha internacional desenvolvida pela The Body Shop juntamente com a ECPAT International. Esta última trata-se de uma rede que congrega os esforços de diversas organizações tendo como finalidade a eliminação da prostituição e pornografia infantis e do tráfico de crianças com objetivos sexuais<sup>390</sup>. A iniciativa, designada "Acabe com o Tráfico Sexual de Crianças e Jovens", teve como propósitos a sensibilização pública e a angariação de fundos, tendo sido desenvolvida em cerca de 50 países<sup>391</sup>. No âmbito desta campanha, as receitas originadas pela venda de um dos produtos da marca reverteram para a APAV<sup>392</sup>.

No âmbito do tráfico de seres humanos, área em que há muito a Associação vinha desenvolvendo atividades, foi possível garantir a gestão do terceiro Centro de Acolhimento e Proteção para vítimas de tráfico de seres humanos existente em Portugal. Na APAV, o apoio a este tipo de vítimas é da responsabilidade da Unidade de Apoio à Vítima Migrante, a qual sinaliza os casos identificados ao Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Esta entidade governamental,

**Os esforços desenvolvidos nessa altura culminaram na aprovação, pela Assembleia da República, em 2012, da Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Convenção de Lanzarote), assinada em outubro de 2007.**

Ainda enquadrada nesta ação, a APAV e a The Body Shop promoveram uma petição para acabar com o tráfico sexual de crianças e jovens, tendo conseguido reunir mais de 31 mil assinaturas. A mesma foi, posteriormente, entregue na Assembleia da República, em audiência com o Presidente do órgão, Jaime Gama, em março de 2011<sup>393</sup>. Os esforços desenvolvidos nessa altura culminaram na aprovação, pela Assembleia da República, em 2012, da Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Convenção de Lanzarote), assinada em outubro de 2007<sup>394</sup>.

A APAV foi ainda uma das entidades que, em junho de 2013, assinaram o protocolo pelo qual foi criada a Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico. A sua formalização foi prevista na medida 30 do II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010, de 29 de novembro<sup>395</sup>. A rede foi criada tendo como objetivos a cooperação e a troca de informação entre as organizações signatárias, com o propósito de assegurar a prevenção, a proteção e a reintegração das vítimas de tráfico de seres humanos. A sua coordenação foi atribuída à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género<sup>396</sup>.

Na área do tráfico de seres humanos destaque-se ainda o facto de a APAV ter-se tornado membro, em 2013, da Global Alliance Against Traffic in Women. A organização foi constituída em 1994 como uma rede de organizações não-governamentais com a finalidade de perceber o tráfico de mu-

lheres sob a perspetiva dos direitos humanos, com o fim de melhorar o apoio às mulheres traficadas<sup>397</sup>. Em termos europeus, a APAV está ainda incluída na Plataforma da Sociedade Civil da UE contra o Tráfico de Seres Humanos, criada em 2013.

Culminando todas estas iniciativas, em 17 de dezembro de 2013, a Associação assinou uma Carta de Compromisso com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, visando a criação de um Centro de Acolhimento e Proteção para vítimas de tráfico de seres humanos. O serviço era o terceiro do género e o segundo destinado a mulheres e seus filhos menores. Tendo-se verificado, no decorrer do ano de 2012, que as vagas destinadas às mulheres vítimas de tráfico de seres humanos, que então totalizavam o número de seis, era insuficiente, foi decidido o reforço da oferta existente. Perante a necessidade, a APAV demonstrou disponibilidade para assegurar a gestão de Centro de Acolhimento e Proteção para vítimas de tráfico de seres humanos. Com o apoio financeiro concedido, a Associação deve garantir o funcionamento daquele equipamento nos anos de 2014 e 2015, disponibilizando oito vagas. O montante atribuído é, uma vez mais, proveniente de verbas dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa<sup>398</sup>. A 2 de março seguinte, menos de três meses após a assinatura do referido documento, o Centro de Acolhimento e Proteção Sul iniciou as suas atividades.

Relativamente ao apoio direto a vítimas, em 2007 foram desenvolvidos 8373 processos de apoio, número que aumentou no ano seguinte para 10001, 10132 em 2009 e 11145 processos no decorrer de 2010. Em 2011 foram registados 11784 processos de apoio<sup>399</sup>. O seu número aumentou em 2012 para 12084 processos<sup>400</sup>. Em 2013, a metodologia que vinha sendo implementada para a análise estatística foi alterada, de forma a refletir de uma forma mais próxima a realidade do apoio às vítimas de crime. Assim, passou a ser contabilizado o número de atendimentos realizados ao longo do ano, que correspondeu ao total de 37222, representando o desenvolvimento de 11800 processos<sup>401</sup>. Em 2014 o número de

processos de apoio aumentou para 12379, tendo sido realizados 32770 atendimentos.

De forma a responder ao aumento de solicitações das vítimas de crime, que se reflete no número de processos de apoio, a atividade do Centro de Formação da APAV tem sido continuamente fomentada, formando novos técnicos de apoio à vítima. O Centro continua também a promover a formação de profissionais de outras entidades e a informação e a sensibilização da população em geral. Em 2014, a crescente atividade formativa traduziu-se num total de 738 ações de formação, abrangendo 23792 participantes<sup>402</sup>. Este esforço formativo demonstra igualmente a crescente aposta na prevenção primária, contribuindo para a definição de estratégias de forma a precaver a vitimização. Para tal, além das formações que promove, a APAV tem marcado presença em inúmeros colóquios, seminários, congressos e conferências referentes às suas áreas de intervenção. Mantém igualmente uma colaboração constante com os órgãos de comunicação social<sup>403</sup>.

### Linha de Apoio à Vítima



Como forma de desenvolver o apoio telefónico disponibilizado às vítimas, garantindo a implementação da Linha de Apoio à Vítima 116 006, a APAV iniciou a reorganização do seu número único, 707 20 00 77, com o apoio da Fundação EDP<sup>404</sup>. Pela Decisão 2007/116/CE da Comissão

Europeia, de 15 de fevereiro, foi determinada a reserva da gama de números começados por 116 para números harmonizados destinados a serviços harmonizados de valor social. Desta forma, reconhecia-se a necessidade dos cidadãos poderem aceder a serviços de valor social utilizando os mesmos números, gratuitos e iguais em todos os Estados Membros<sup>405</sup>. Os números já existentes foram atualizados pela Decisão 2009/884/CE, de 30 de novembro, sendo determinada a reserva da numeração 116 006 para a criação da linha harmonizada de apoio a vítimas de crimes<sup>406</sup>.

Com o propósito de cumprir melhor a sua missão de apoiar as vítimas de crime e promover os seus direitos, a Associação implementou, em 2013, o Observatório de Decisões Judiciais, disponibilizado *on line*. Através do mesmo a APAV pretende proceder à recolha de decisões judiciais com o objetivo de proporcionar um melhor conhecimento do sistema judicial português<sup>407</sup>.

Além da criação de todos estes serviços destinados a melhorar o apoio direto às vítimas de crime, a Associação desenvolveu igualmente esforços, que mantém, no sentido de assegurar uma melhor implementação dos direitos das vítimas de crime.

Houve também uma tentativa de focar a intervenção da APAV na perspetiva de uma mudança legislativa naquilo que diz respeito ao estatuto da vítima, no sentido de que esse estatuto possa vir a ser reconhecido no âmbito do processo penal português, um pouco à semelhança daquilo que entretanto foi reconhecido relativamente às vítimas da violência doméstica, com a consagração de determinados direitos que tinham. No fundo, a filosofia da APAV é que (...) esse estatuto devia ser alargado a todas as vítimas de crime.<sup>408</sup>

(Joana Marques Vidal)

A disponibilização de serviços diretos às vítimas é complementada com a preocupação constante em divulgar os direitos das vítimas de crime. Com a finalidade de assegurar o cumprimento deste objectivo, destaque-se o desenvolvimento

dos projetos Infovítimas. A uma primeira iniciativa desenvolvida entre 2011 e 2013, que resultou na criação do website [www.infovítimas.pt](http://www.infovítimas.pt), a APAV encontra-se a implementar, desde abril de 2014, o projeto Infovítimas II - Informação sobre direitos das vítimas e sensibilização da sociedade. No âmbito do mesmo foi desenvolvida uma app para dispositivos móveis, gratuita, que visa possibilitar o acesso a informação sobre o processo crime, os direitos das vítimas de crime e os serviços que lhes podem prestar apoio.



Visando especificamente as vítimas que a ela recorrem, a APAV implementou a Carta dos Direitos e Deveres dos/as Utentes. Através deste instrumento a Associação pretende reforçar a informação e a transparência que mantém na relação com as vítimas que apoia.

Continuando os contactos realizados com instituições europeias congêneres, a APAV manteve a sua presença nos encontros anuais do European Forum for Victim Services, cuja denominação foi alterada, em 2007, para Victim Support Europe. Tal como tinha ocorrido em 1995, o país voltou a ser anfitrião dos encontros anuais da organização, em junho de 2009, em setembro de 2012 e em maio de 2015<sup>409</sup>. Além disso, a intervenção da APAV continuou com a sua presença no Comité Executivo do mesmo, sendo representada pelo Vice-Presidente da Direção, João Lázaro. O convite foi renovado em 2007, para uma participação de dois anos<sup>410</sup>. Cerca de três anos depois, em 2010, no decorrer da Assembleia Geral do Victim Support Europe, que nesse ano se realizou em Berlim, na Alemanha, João Lázaro foi eleito para ocupar a Vice-Presidência do organismo<sup>411</sup>. Na Assembleia Geral que teve lugar em junho de

2013, em Edimburgo, na Escócia, foi reeleito para um mandato de três anos<sup>412</sup>. Além do reconhecimento, assim demonstrado, por ocasião da 25ª conferência e Assembleia Geral, realizadas em maio de 2011, em Moscovo, na Rússia, decorreu uma homenagem a Luís de Miranda Pereira, então Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APAV e seu associado fundador, pelo mérito do seu trabalho em favor das vítimas de crime<sup>413</sup>.

**Na área da informação, destaque-se o início do funcionamento, em 2008, na Sede da APAV, do Centro de Documentação e Informação.**

Na área da informação, destaque-se o início do funcionamento, em 2008, na Sede da APAV, do Centro de Documentação e Informação. Aqui são disponibilizadas numerosas obras relativas a temas como a vitimologia, a criminologia, a justiça restaurativa, o apoio à vítima e a violência<sup>414</sup>.

Refira-se ainda o reinício, em abril de 2011, da edição da publicação periódica da APAV, a *APAV\_notícias*. A publicação é realizada em formato digital, com periodicidade mensal, estando disponível no *website* da Associação<sup>415</sup>.

De forma a delinear a evolução pretendida para a APAV, definindo os objetivos gerais a concretizar a médio prazo, foi desenvolvido o Plano Estratégico 2013-2017. As intenções definidas têm como finalidade garantir a sustentabilidade da Associação, assegurando a continuação da disponibilização dos serviços existentes, a qualidade na prestação do apoio às vítimas assim como a sua manutenção como referência nacional no apoio às vítimas de crimes. Desta forma, determinaram-se como objetivos a alcançar ao longo do período fixado para aplicação do Plano Estratégico a promoção do reconhecimento público dos direitos e necessidades das vítimas e o favorecimento da implementação efetiva da

Diretiva 2012/29/EU do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas de crime. A estas junta-se ainda o desenvolvimento de serviços que permitam estabelecer uma maior proximidade com a população apoiada pela APAV, o aumento da oferta formativa da Associação, a diversificação das fontes de receitas, a promoção da prevenção da violência e dos direitos das vítimas mais vulneráveis, como crianças e jovens, pessoas idosas, entre outras. Destaquem-se ainda o incremento do voluntariado e o reforço do reconhecimento do papel essencial desempenhado pela APAV na sociedade<sup>416</sup>. Com a definição deste Plano Estratégico procura-se responder aos vários desafios que se perspetivam.

(...) há grandes desafios com a nova entrada da Diretiva em 2015 (...). Há grandes desafios no financiamento e na expansão dos serviços e na sustentabilidade e, ligado a isto tudo, claramente, no modelo organizativo que faça com que a qualidade, a eficácia, a independência sejam garantidas. O grande desafio é consolidar a APAV como instituição (...).<sup>417</sup>  
(João Lázaro)

**No início de 2015, a APAV procedeu à segunda alteração aos Estatutos, cerca de nove anos após a primeira revisão.**

No início de 2015, a APAV procedeu à segunda alteração aos Estatutos, cerca de nove anos após a primeira revisão. As alterações realizadas são consequência da cultura de constante análise à sua forma de funcionamento. Como anteriormente, visou-se, sobretudo, introduzir alterações pontuais que permitam definir de forma mais clara e precisa questões já previstas anteriormente. Além disso, no âmbito do novo

quadro legal decorrente do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, que procede a alterações ao estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a revisão efetuada introduziu igualmente modificações que coadunam o conteúdo dos Estatutos da APAV com as normas determinadas no diploma<sup>418</sup>.



“Cansada”

Na área da violência doméstica o ano de 2015 fica marcado por mais uma iniciativa da APAV visando chamar a atenção para este tipo de crime. Aldina Duarte, Ana Bacalhau, Cuca Roseta, Gisela João, Manuela Azevedo, Marta Hugon, Rita Redshoes e Selma Uamusse uniram-se para interpretar a canção "Cansada". A letra e música deste hino da APAV são da autoria de Rodrigo Guedes de Carvalho, sendo os arranjos e a produção musical da responsabilidade de Filipe Melo.

O ano de comemoração do 25º aniversário da Associação foi ainda assinalado pela atribuição de várias distinções, o que representa o reconhecimento da importância da intervenção da APAV na sociedade. Além da Medalha Municipal de Mérito - Grau Prata do Município de Tavira e do Voto de Louvor aprovado pela Câmara Municipal de Portimão, refira-se ainda a atribuição do prémio Beatriz Ângelo 2015, criado pela Câmara Municipal de Odivelas, a Luísa Waldherr, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima que funciona na cidade. João Lázaro, Presidente da Direção da APAV, foi igualmente distinguido, tendo sido escolhido pelo público para receber o prémio Personalidade Masculina Lux 2014, na categoria de Solidariedade.



Ordem da Liberdade

O trabalho desenvolvido pela APAV foi igualmente reconhecido pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. No dia 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, foi-lhe atribuído o grau de Membro Honorário da Ordem da Liberdade, por ocasião das comemorações realizadas em Lamego. A atribuição desta distinção decorreu de uma sugestão subscrita por 100 personalidades: Maria de Jesus Barroso Soares (1925-2015), então Presidente da Fundação Pro Dignitate; o catedrático Marcelo Rebelo de Sousa; e Luís de Miranda Pereira, mentor e primeiro fundador da APAV; atriz Lídia Franco, a pintora Emília Nadal, a escritora Teolinda Gersão, o Padre Gonçalo Portocarrero de Almada, a catedrática Maria João Brilhante, o fotógrafo Jorge Molder, a escritora Rita Ferro, a jornalista Leonor Xavier, a ilustradora Engrácia Cardoso, a investigadora e ativista Aline Gallasch-Hall de Beauvink, o escultor Charters de Almeida, o poeta Alexandre Nave, a pintora Graça Martins, a poetisa Isabel de Sá, o catedrático Boaventura de Sousa Santos; a catedrática Zília Osório de Castro, o escritor António Pedro Vicente, a investigadora e docente universitária Vanda Anastácio, a escritora Patrícia Reis, a jornalista Laurinda Alves, o Padre Anselmo Borges, a ativista Maria João Sande Lemos, o pianista Jorge Moyano, a editora Zita Seabra, a compositora e guitarrista Luísa Amaro, a jornalista Anabela Mota Ribeiro, a investigadora Esther Mucznik, em representação da Comunidade Judaica de Lisboa, o catedrático Duarte Nuno Vieira, a jurista Paula Guimarães, a investigadora e docente universitária Manuela Ivone Cunha, a escritora Dulce Maria Cardoso, os investigadores e docentes universitários Raquel Carvalho Matos, Catarina Ribeiro e Joaquim Azevedo; o poeta Ruy Ventura, a Bastonária da Ordem dos Advogados, Elina Fraga; o investigador e docente universitário Rui Abrunhosa Gonçalves, a atriz Glória de Matos, o compositor Mário Laginha, a jornalista Maria Antónia Palla, o escritor Manuel Pedroso Marques, a escritora Helena Sacadura Cabral, o Bastonário da Ordem dos Enfermeiros, Germano Couto; a investigadora e docente universitária Sara Falcão Casaca, o investigador e docente universitário Paulo Borges, em representação da União Budista Portuguesa; a Presidente da Fundação

Champalimaud, Leonor Belega, o poeta e investigador José Félix Duque, a jurista Teresa Alves Martins, o escritor Jorge Reis-Sá, a investigadora e docente universitária Lúcia Franco, o catedrático Cândido da Agra, a jurista Helena Fazenda; a escritora e editora Maria do Rosário Pedreira, o investigador e docente universitário Paulo Drumond Braga, o Bastonário da Ordem dos Médicos José Manuel Silva, a investigadora e docente universitária Isabel Drumond Braga, o escritor e tradutor Frederico Lourenço, a investigadora e docente universitária Paula Vicente, o poeta José Rui Teixeira, a investigadora e docente universitária Ana Leal de Faria, as investigadoras Maria do Céu Vairinho Borrêcho, Rita Mira, Ana Rosa Mota, Natividade Monteiro e Maria José dos Remédios; o médico Bernardo Villas Boas, a dramaturga Cláudia Lucas Chéu, o ator Albano Jerónimo, a empresária Rosalina Machado, o cientista Alexandre Tiedtke Quintanilha, a catedrática Marlene Braz Rodrigues, o escritor Richard Zimmer, o docente universitário António Bagão Félix, a jornalista Marta Atalaya, o escritor Valter Hugo Mãe e o fotógrafo Valter Vinagre. Foram também signatários alguns dos fundadores da APAV: Maria Raquel Ribeiro, Armando Gomes Leandro, José Manuel Borges Soeiro, José Eduardo Pinto da Costa, Jorge Figueiredo Dias, Augusto Lopes Cardoso, Maria Fernanda Farinha, Maria Rosa Crucho de Almeida, Margarida Blasco e Luís Humberto Jardim Marcos; bem como Dom Fernando de Mascarenhas (1945 - 2014), 12.º Marquês de Fronteira; e a escritora Ana Vicente (1943 - 2015).

Todo o esforço posto no melhoramento dos serviços prestados pela Associação e as atividades desenvolvidas superaram as aspirações dos associados fundadores.

*“É das instituições particulares que eu (...) mais estimo desde a sua existência (...) Tenho tido sempre muito gosto. Tenho seguido todo este percurso de atividade excepcional”.<sup>419</sup>*

*(Maria Raquel Ribeiro)*



Atribuição do grau de Membro Honorário da Ordem da Liberdade à APAV

(Lamego, 10 de junho de 2015)





**FOTOS JOSÉ  
SARMENTO  
MATOS (2014)**







Atendimento  
Telefónico 2

















# NOTAS DE RODAPÉ



<sup>1</sup> Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Serviços Centrais de Sede, *Livro de Registo de Associados*, s/p.

<sup>2</sup> História APAV – Arquivo (HAPAV – A), Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014] e Despacho n.º 1347/2001 (2ª Série). Diário da República (D.R.), II Série, n.º 19 [23 de janeiro de 2001], p. 1359.

<sup>3</sup> Decreto – Lei n.º 319/82 de 11 de Agosto. D.R., I Série, n.º 184 [11 de agosto de 1982], pp. 2360 – 2363.

<sup>4</sup> Decreto – Lei n.º 204/83 de 20 de Maio. D.R., I série, n.º 116, suplemento [20 de maio de 1983], pp. 1872–(1) – 1872–(20).

<sup>5</sup> Despacho n.º 1347/2001 (2ª Série). D.R., II Série, n.º 19 [23 de janeiro de 2001], pp. 1359–1360.

<sup>6</sup> Art.º 2º do Decreto – Lei n.º 204/83 de 20 de Maio. D.R., I série, n.º 116, suplemento [20 de maio de 1983], p. 1872–(2).

<sup>7</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].

<sup>8</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925 – 1989)*, “Memorando – Assunto: Apoio à Vítima” [04 de junho de 1986], p. 1. O documento foi apresentado em reunião realizada em 04 de junho de 1986, com o Ministro da Justiça de então, Mário Ferreira Bastos Raposo.

<sup>9</sup> Odete Maria de Oliveira, *Problemática da Vítima de Crimes. Reflexos no Sistema Jurídico Português*, prefácio de Cunha Rodrigues, Lisboa, Rei dos Livros, 1994, pp. 27–44.

<sup>10</sup> Odete Maria de Oliveira, *Problemática da Vítima de Crimes [...]*, pp. 47–51 e United Nations Office on Drugs and Crime, *United Nations Congresses on Crime Prevention and Criminal Justice 1955–2010 – 55 Years of Achievement*, Viena, United Nations Information Service, 2010, s/p.

<sup>11</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Conférence Permanente Européenne de la Probation (1985–1997)*, “Conférence Permanente Européenne de la Probation, Quatrième Séminaire – Karlsruhe, République Fédérale de l’Allemagne, Rapport du Séminaire” [s/d].

<sup>12</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 22 de Abril de 2014].

<sup>13</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014]; José Félix Duque, “A Coroação da Esperança. Apontamentos para uma História da APAV”, *APAV – 20 Anos, Olha*, Lisboa, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2011, p. 10.

<sup>14</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Estudos, Manuais, Comunicações e Artigos (1990)*, “Relatório sobre Organizações de Apoio à Vítima na Europa” [Odete Maria de Oliveira, relatora, 28 de março de 1990], p. 27.

<sup>15</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Conférence Permanente Européenne de la Probation (1985–1997)*, “Intervenção no 4º seminário da CEP – Karlsruhe” [Luís de Miranda Pereira, autor, setembro de 1985], s/p.

<sup>16</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].

<sup>17</sup> Reunião exploratória de Milene Alves com Luís de Miranda Pereira e Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 15 de outubro de 2014]. O encontro destinou-se a esclarecer questões abordadas anteriormente nas respetivas entrevistas.

<sup>18</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925 – 1989)*, “Memorando – Assunto: Apoio à Vítima” [04 de junho de 1986] e “Serviço de Apoio à Vítima – Projecto de Instalação e Funcionamento” [s/d].

<sup>19</sup> Foi autor de um estudo intitulado *A Vítima e o Problema Criminal*, dissertação para exame do curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Criminais da Faculdade de Direito de Coimbra, separata do *Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XXI, Coimbra, 1980. Em co-autoria com Jorge de Figueiredo Dias foi ainda responsável pela obra *Criminologia: O Homem Delinquent e a Sociedade Criminógena*, Coimbra, Coimbra Editora, 1984. Este estudo teve várias reimpressões, a última das quais no ano de 2013.

<sup>20</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1986–1994)*, “Carta do Presidente do Instituto de Reinserção Social, Luís de Miranda Pereira, dirigida ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça” [10 de outubro de 1986].

<sup>21</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Recebida (1986–1993)*, “Carta do Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Justiça, José Pestana, dirigida ao Diretor do Centro de Estudos Judiciários, ao Presidente do Instituto de Reinserção Social e à Vice-Presidente do Instituto de Reinserção Social” [12 de novembro de 1986].

<sup>22</sup> Reunião exploratória de Milene Alves com Luís de Miranda Pereira e Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 15 de outubro de 2014].

<sup>23</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 22 de Abril de 2014].

<sup>24</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].

<sup>25</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Estudos, Manuais, Comunicações e Artigos (1990)*, “Relatório sobre Organizações de Apoio à Vítima na Europa” [Odete Maria de Oliveira, relatora, 28 de março de 1990], pp. 26–35.

<sup>26</sup> INAVEM, 25 ans d’Aide aux Victimes Professionnelle [Em linha]. [Consultado em 9 de outubro de 2014]. Disponível em [http://bibliotecavirtual.eshte.pt/referencias\\_biblio.pdf](http://bibliotecavirtual.eshte.pt/referencias_biblio.pdf).

<sup>27</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Estudos, Manuais, Comunicações e Artigos (1990)*, “Relatório sobre Organizações de Apoio à Vítima na Europa” [Odete Maria de Oliveira, relatora, 28 de março de 1990], p. 15 e doss. *Relatórios Diversos (1992–1996)*, “Relatório sobre o “European Forum for Victim Services” – Annual General Meeting & Conference, Irlanda 1992, 20 a 23 de Maio” [Teresa Rosmaninho, relatora, 28 de maio de 1992], p. 2.

<sup>28</sup> Reunião exploratória de Milene Alves com Luís de Miranda Pereira e Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 15 de outubro de 2014].

<sup>29</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1989–1991)*, “2ª Reunião dos Associados Fundadores – Acta” [Maria Helena Sá Pereira, autora, s/d], s/p e Victim Support Europe, Events across Europe – European Day for Victims of Crime (22 February) [Em linha]. [Consultado em 9 de julho de 2014]. Disponível em <http://victimsupporteurope.eu/news/events-across-europe-international-day-for-victims-of-crime-22-february/>.

<sup>30</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Estudos, Manuais, Comunicações e Artigos (1990)*, “Relatório sobre Organizações de Apoio à Vítima na Europa” [Odete Maria de Oliveira, relatora, 28 de março de 1990], pp. 14–17 e doss. *Relatórios Diversos (1992–1996)*, “Relatório sobre o “European Forum for Victim Services” – Annual General Meeting & Conference, Irlanda 1992, 20 a 23 de Maio” [Teresa Rosmaninho, relatora, 28 de maio de 1992], pp. 2–3.

<sup>31</sup> Código Penal de 1982.

<sup>32</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Armando Leandro [Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, 16 de setembro de 2014].

- <sup>33</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Projecto de Lei n.º 292/IV” [6 de novembro de 1986]. O referido Projeto-Lei foi publicado em Diário da Assembleia da República (D.A.R.), II Série, n.º 8 [12 de novembro de 1986], pp. 456-460.
- <sup>34</sup> Art.ºs 2º e 9º do Projeto-Lei n.º 292/IV. D.A.R., II Série, n.º 8 [12 de novembro de 1986], pp. 457-458.
- <sup>35</sup> Art.º 1º do Projeto-Lei n.º 292/IV. D.A.R., II Série, n.º 8 [12 de novembro de 1986], p. 457.
- <sup>36</sup> Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, *Inquérito de Vitimação*, [Lisboa], Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1991, p. 3.
- <sup>37</sup> Carla Machado e Rui Abrunhosa Gonçalves, “Vitimologia e Criminologia”, *Violência e Vítimas de Crimes*, coordenação de Rui Abrunhosa Gonçalves e Carla Machado, vol. 1 (*Adultos*), Coimbra, Quarteto Editora, 2002, p. 22.
- <sup>38</sup> Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, *Inquérito de Vitimação [...]*, pp. 3 e 10.
- <sup>39</sup> Maria Rosa Crucho de Almeida, *Inquérito de Vitimação 1992*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1993 e Maria Rosa Crucho de Almeida e Ana Paula Alão, *Inquérito de Vitimação 1994*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1995.
- <sup>40</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Álvaro Laborinho Lúcio [Serviços Centrais de Sede, 23 de setembro de 2014].
- <sup>41</sup> Odete Maria de Oliveira, “Razões de um Encontro”, *Desadaptações Sociais e Criminalidade. O Papel da Comunidade na sua Prevenção*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários – Ministério da Justiça, 1989, pp. V-VIII.
- <sup>42</sup> Odete Maria de Oliveira, “Razões de um Encontro” [...], p. VII.
- <sup>43</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Estudos, Manuais, Comunicações e Artigos (1990)*, “Relatório sobre Organizações de Apoio à Vítima na Europa” [Odete Maria de Oliveira, relatora, 28 de março de 1990], p. 39.
- <sup>44</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Entrevistas a Associados Fundadores e Outros (2014)*, “Entrevista a José Borges Soeiro” [9 de setembro de 2014], s/p.
- <sup>45</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].
- <sup>46</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1986-1994)*, “Carta do Presidente do Instituto de Reinserção Social, Luís de Miranda Pereira, dirigida ao General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana” [13 de outubro de 1989].
- <sup>47</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Maria de Belém Roseira [Serviços Centrais de Sede, 28 de maio de 2014].
- <sup>48</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Armando Leandro [Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, 16 de setembro de 2014].
- <sup>49</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Registo da 1ª reunião” [s/d], p. 1.
- <sup>50</sup> Portugal, Ministério da Justiça, Ministros da Justiça [Em linha]. [Consultado em 8 de julho de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-justica/quero-saber-mais/quero-aprender/ministros-da-justica.aspx>.
- <sup>51</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Entrevistas a Associados Fundadores e Outros (2014)*, “Entrevista a José Borges Soeiro” [9 de setembro de 2014], s/p.
- <sup>52</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Breves Palavras de Introdução à 1ª Reunião dos Associados Fundadores” [Luís de Miranda Pereira, autor, 13 de julho de 1989], p. 1.
- <sup>53</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Breves Palavras de Introdução à 1ª Reunião dos Associados Fundadores” [Luís de Miranda Pereira, autor, 13 de julho de 1989], p. 2.
- <sup>54</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Breves Palavras de Introdução à 1ª Reunião dos Associados Fundadores” [Luís de Miranda Pereira, autor, 13 de julho de 1989], p. 4.
- <sup>55</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Associação Nacional de Informação e Apoio à Vítima de Infracções Penais – Anteprojecto de Estatutos” [s/d].
- <sup>56</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1986-1994)*, “Correspondência enviada a todos os Fundadores para a reunião de 11/12/89” [s/d] e Coleção Audiovisual, 2º Encontro dos Associados Fundadores [Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa, 11 de dezembro de 1989].
- <sup>57</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, 2º Encontro dos Associados Fundadores [Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa, 11 de dezembro de 1989]. Espelhando esta preocupação veja-se o relatório anexo à Lei n.º 100/89, de 29 de dezembro. D.R., I Série, n.º 298, 2º suplemento [29 de dezembro de 1989], pp. 5638-(211) – 5638-(252).
- <sup>58</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1989-1991)*, “2ª Reunião dos Associados Fundadores – Acta” [Maria Helena Sá Pereira, autora, s/d], s/p e doss. *Entrevistas a Associados Fundadores e Outros (2014)*, “Entrevista a Maria Helena Sá Pereira” [28 de agosto de 2014], pp. 1 e 4.
- <sup>59</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Entrevistas a Associados Fundadores e Outros (2014)*, “Entrevista a Maria Helena Sá Pereira” [28 de agosto de 2014], p. 1.
- <sup>60</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 22 de Abril de 2014].
- <sup>61</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Entrevistas a Associados Fundadores e Outros (2014)*, “Entrevista a Maria Helena Sá Pereira” [28 de agosto de 2014], p. 4.
- <sup>62</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 22 de Abril de 2014].
- <sup>63</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, 2º Encontro dos Associados Fundadores [Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa, 11 de dezembro de 1989].
- <sup>64</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, 2º Encontro dos Associados Fundadores [Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa, 11 de dezembro de 1989].
- <sup>65</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Manuel António Ferreira Antunes [Serviços Centrais de Sede, 9 de outubro de 2014].
- <sup>66</sup> Veja-se, a título de exemplo, “Associação Vai Apoiar Vítimas de Crimes – Organização Funcionará a partir de 1990”, *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 1989 e “Núcleos de Apoio Vão Servir Melhor Vítimas de Roubo”, *Correio da Manhã*, 12 de dezembro de 1989.
- <sup>67</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1989-1991)*, “Texto Base para a “Declaração de Adesão” [s/d].
- <sup>68</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1989-1991)*, diversas declarações de adesão relativas às instituições mencionadas e doss. *Correspondência Expedida (1986-1994)*, “Carta do Presidente da Comissão Instaladora da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Luís de Miranda Pereira, dirigida ao Presidente da Comissão Executiva do Banco Totta & Açores, Alípio Pereira Dias” [19 de julho de 1991].

- <sup>69</sup> Decreto do Presidente da República n.º 11/90, de 5 de março. D.R., I Série, n.º 53, suplemento [5 de março de 1990], p. 930-(2).
- <sup>70</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1986-1994)*, “Escritura Pública da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” [22 de junho de 1990].
- <sup>71</sup> Publicados em D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], pp. 8071-8075.
- <sup>72</sup> Art.º 2º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8071.
- <sup>73</sup> Art.ºs 3º e 4º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], pp. 8071-8072.
- <sup>74</sup> f) do art.º 3º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8072.
- <sup>75</sup> Art.º 51º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8075.
- <sup>76</sup> Art.º 53º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8075.
- <sup>77</sup> Art.º 50º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8075.
- <sup>78</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1989-1991)*, “2ª Reunião dos Associados Fundadores – Acta” [Maria Helena Sá Pereira, autora, s/d], s/p.
- <sup>79</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [3ª reunião, 25 de outubro de 1990], p. 14.
- <sup>80</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [1ª reunião, 4 de abril de 1990], p. 3.
- <sup>81</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Entrevistas a Associados Fundadores e Outros (2014)*, “Entrevista a Maria Helena Sá Pereira” [28 de agosto de 2014], p. 8.
- <sup>82</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 22 de Abril de 2014].
- <sup>83</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1986-1994)*, “Carta do Presidente do Instituto de Reinserção Social, Luís de Miranda Pereira, dirigida à Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça” [27 de novembro de 1989].
- <sup>84</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Entrevistas a Associados Fundadores e Outros (2014)*, “Entrevista a Maria Helena Sá Pereira” [28 de agosto de 2014], p. 5.
- <sup>85</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [1ª reunião, 4 de abril de 1990], p. 3.
- <sup>86</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Álvaro Laborinho Lúcio [Serviços Centrais de Sede, 23 de setembro de 2014].
- <sup>87</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 22 de Abril de 2014].
- <sup>88</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Fernanda Farinha [Serviços Centrais de Sede, 22 de Abril de 2014].
- <sup>89</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Comissão Instaladora (1990-1991)*, “Certidão” [25 de julho de 1990] e Decreto-Lei n.º 204/83, de 20 de maio. D.R., I Série, n.º 116, suplemento [20 de maio de 1983], p. 1872-(2).
- <sup>90</sup> Art.º 1º do Decreto-Lei n.º 204/83, de 20 de maio. D.R., I Série, n.º 116, suplemento [20 de maio de 1983], p. 1872-(2).
- <sup>91</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Protocolos – Cópias & Propostas (1992-2005)*, “Protocolo de Cooperação entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e o Instituto de Reinserção Social (I.R.S.)” [s/d]
- <sup>92</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].
- <sup>93</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, *Livro de Registo de Correspondência Expedida [1990-2000]*, f. 4v e *Livro de Registo de Entrada de Correspondência – O [1990-1996]*, fs. 3v-4.
- <sup>94</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Relatório de Atividades de 1993” [30 de novembro de 1993], p. 2 e cad. *A.P.A.V. – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: Dossier Informativo* [março de 1994], s/p.
- <sup>95</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Recebida (1986-1993)*, “Carta do Administrador do Serviço de Saúde e Proteção Social da Fundação Calouste Gulbenkian, Victor de Sá Machado, dirigida ao Presidente da Comissão Instaladora da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Luís de Miranda Pereira” [22 de abril de 1992].
- <sup>96</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *A.P.A.V. – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: Dossier Informativo* [março de 1994], s/p.
- <sup>97</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].
- <sup>98</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [2ª reunião, 5 de julho de 1990], p. 8.
- <sup>99</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Marisa Carvalho Achtmichuck [Vancouver, Canadá, 5 de outubro de 2014].
- <sup>100</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [2ª reunião, 5 de julho de 1990], p. 8.
- <sup>101</sup> N.º 2 do art.º 44º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8074.
- <sup>102</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [4ª reunião, 11 de abril de 1991], p.17.
- <sup>103</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Marisa Carvalho Achtmichuck [Vancouver, Canadá, 5 de outubro de 2014].
- <sup>104</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [5ª reunião, 12 de novembro de 1991], pp. 19-20.
- <sup>105</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Relatórios Diversos (1989-1991)*, “Estágio de Contacto na Association Départementale d’Aide aux Victimes d’Infractions Pénales. Dias 8 e 9 de Novembro de 1990, Nanterre – França” [Luís Nogueira, relator, dezembro de 1990], pp. 1-3 e “Relatório: “Hanauer Hilfe” – Apoio às Vítimas e Testemunhas de Infracções Penais em Hanau” [Rosa Busse, relatora, outubro de 1991], pp. 3-4, 11-12; doss. *Recursos Humanos (1990-1999)*, “Boletim Itinerário relativo ao mês de Setembro de 1991” [Maria de Fátima Alves de Aguiar Lopes, dezembro de 1991].
- <sup>106</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Comissão Instaladora (1992-1994)*, “Plano de Atividades da A.P.A.V. Novembro de 1991 a Junho 1993” [fevereiro de 1992], p. 4
- <sup>107</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [2ª reunião, 5 de julho de 1990], p. 9.
- <sup>108</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [3ª reunião, 25 de outubro de 1990], pp. 11-12.
- <sup>109</sup> Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, *Inquérito de Vitimação [...]*, p. 74.
- <sup>110</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Relatório 1990 – 1996. Colaboração Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Autoridades Policiais* [s/d], p. 2 e Anexo 2: Relatório – Cooperação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima com a Polícia de Segurança Pública de Lisboa [Fátima Lopes, relatora, s/d], s/p. e doss. *Relatórios Diversos (1989-1991)*, “Relatório da Actividade Desenvolvida com a PSP” [s/d], p. 1.

- <sup>111</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Estudos, Manuais, Comunicações e Artigos (1992-1996)*, “Colóquio “Violência – Violação sobre as Mulheres no Quotidiano” organizado pelo grupo Ser Mulher, no ISCTE, em 92/05/03” [Rosa Busse, autora], pp. 2-3.
- <sup>112</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Relatório 1990 – 1996. Colaboração Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Autoridades Policiais* [s/d], p. 3. No entanto, no documento cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Cronologia de Actividades” [dezembro de 1993], p.1 indica-se o espaço iniciou o funcionamento apenas no mês de novembro.
- <sup>113</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Breves Palavras de Introdução à 1ª Reunião dos Associados Fundadores” [Luís de Miranda Pereira, autor, 13 de julho de 1989], p. 2.
- <sup>114</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].
- <sup>115</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Comissão Instaladora (1992-1994)*, “Plano de Actividades da A.P.A.V. Novembro de 1991 a Junho 1993” [fevereiro de 1992], p. 10 e doss. *Estudos, Manuais, Comunicações e Artigos (1990)*, “Relatório sobre Organizações de Apoio à Vítima na Europa” [Odete Maria de Oliveira, relatora, 28 de março de 1990], p. 30.
- <sup>116</sup> José Félix Duque, “A Coroação da Esperança. [...]”, p. 11.
- <sup>117</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Relatório de Actividades de 1993” [30 de novembro de 1993], p. 5.
- <sup>118</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Luís de Miranda Pereira [Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, 6 de junho de 2014].
- <sup>119</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo de Cooperação entre o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) e a APAV [7 de janeiro de 1992]” e “Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Consulta Psicológica Formação e Desenvolvimento da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)” [5 de junho de 1992].
- <sup>120</sup> N.º 1 do art.º 46º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8075.
- <sup>121</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Fundação da APAV (1925-1989)*, “Breves Palavras de Introdução à 1ª Reunião dos Associados Fundadores” [Luís de Miranda Pereira, autor, 13 de julho de 1989], p. 3.
- <sup>122</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Relatório de Actividades de 1993” [30 de novembro de 1993], p. 1.
- <sup>123</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, 2º Encontro dos Associados Fundadores [Salão Nobre do Ministério da Justiça, Lisboa, 11 de dezembro de 1989].
- <sup>124</sup> APAV, Serviços de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo e Acordo de Cedência do Espaço Sítio à Viela do Buraco, n.º 30 – 1º Andar, Parcela 79, à APAV” [20 de janeiro de 1993].
- <sup>125</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Comissão Instaladora (1992-1994)*, “Plano de Actividades da A.P.A.V. Novembro de 1991 a Junho 1993” [fevereiro de 1992], p. 8.
- <sup>126</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo e Acordo de Cedência do Espaço Sítio na R. Antero de Quental n.º 166 Porto” [6 de maio de 1993] e APAV – AH, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Comissão Instaladora (1992-1994)*, “Relatório de Actividades 1º Semestre de 1996” [Manuela Guedes, relatora, s/d], p. 4.
- <sup>127</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Contrato de Comodato (Empréstimo Gratuito)” [1 de fevereiro de 1994].
- <sup>128</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [6ª Reunião, 13 de fevereiro de 1995], p. 34.
- <sup>129</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Relatório de Actividades de 1993” [30 de novembro de 1993], p. 7 e doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Documentação Geral (A-L)*, “Discurso do Sr. Presidente na abertura da APAV em Coimbra no dia 28 de Abril” [Luís de Miranda Pereira, autor, s/d].
- <sup>130</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Relatório de Actividades de 1993” [30 de novembro de 1993], p. 7 e APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo e Acordo de Cedência do Espaço Sítio na Avenida Dr. Dias da Silva” [27 de abril de 1994].
- <sup>131</sup> Contudo, segundo o documento HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Cronologia de Actividades” [dezembro de 1993], p. 1.
- <sup>132</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Comissão Instaladora (1992-1994)*, “Memorando” [Teresa Rosmaninho, autora, 21 de setembro de 1992], p. 2.
- <sup>133</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [6ª reunião, 9 de abril de 1992], p. 21.
- <sup>134</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e a Junta de Freguesia do Bonfim” [12 de abril de 1993] e “Protocolo entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e a Junta de Freguesia de Cedofeita” [12 de abril de 1993].
- <sup>135</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e o Centro Hospitalar do Vale do Sousa” [21 de junho].
- <sup>136</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Circular Interna n.º 1/94*, “Cronologia de Actividades” [dezembro de 1993], p. 4.
- <sup>137</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [24ª Reunião, 10 de dezembro de 1996], p. 90.
- <sup>138</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e o Instituto de Medicina Legal do Porto” [26 de janeiro de 1994].
- <sup>139</sup> Rosário Abreu e Lima, “Ninguém pede apoio. Falta de informação impede recurso ao Instituto de Medicina Legal”, *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1994, p. 45.
- <sup>140</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Relatório 1990 – 1996. Colaboração Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Autoridades Policiais* [s/d], pp. 7-9.
- <sup>141</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência de 2005*, “Relatório de Gestão Relativo ao Ano de 2005”, pp. 3 e 8 e Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Estatísticas APAV 2010 – Súmula (Retificadas) [Em linha]. [Consultado em 14 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Sumula\\_Estatisticas\\_APAV\\_2010\\_.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Sumula_Estatisticas_APAV_2010_.pdf).
- <sup>142</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, “Relatório de Gestão 2011” [13 de fevereiro de 2012], p. 14.
- <sup>143</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [5ª Reunião, 2 de fevereiro de 1995], p.19.
- <sup>144</sup> Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, *Inquérito de Vitimação* [...]. p. 75; Maria Rosa Crucho de Almeida, *Inquérito de Vitimação 1992* [...], p. 31 e Maria Rosa Crucho de Almeida e Ana Paula Alão, *Inquérito de Vitimação 1994* [...], p. 90.
- <sup>145</sup> Maria Rosa Crucho de Almeida, “As Relações entre Vítimas e Sistema de Justiça Criminal em Portugal”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 3, fasc.1, janeiro-março 1993, Lisboa, pp. 106-107.
- <sup>146</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [6ª reunião, 9 de abril de 1992], pp. 22-22v e APAV – AH, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Comissão Instaladora (1992-1994)*, “Carta da coordenadora, Teresa Rosmaninho, dirigida ao Presidente da Comissão Instaladora da APAV” [5 de maio de 1994].

- <sup>147</sup> António Melo, "Associação de Apoio à Vítima – Jorge Molder lança Nova Imagem da APAV", *Público*, 13 de maio de 1993, p. 20. O novo logótipo da APAV foi então apelidado de "grupo de pessoas solidárias".
- <sup>148</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *European Forum for Victim Services/Victim Support Europe (1988-1992)*, "European Forum for Victim Services – Participação da APAV nas conferências e assembleias gerais anuais" [s/d].
- <sup>149</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Relatórios Diversos (1992-1996)*, "Memorando sobre a Actividade Desenvolvida em Macau em Agosto/Setembro 1992" [Teresa Rosmaninho, relatora, 29 de setembro de 1992], s/p, doss. *Comissão Instaladora (1992-1994)*, "Acta" [Vitor Silva, autor, 23 de dezembro de 1993] e "Acta" [Vitor Silva, autor, 4 de janeiro de 1994] e "Apoio à Vítima Cooperar com Moçambique", *Correio da Manhã*, 30 de dezembro de 1993.
- <sup>150</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Comissão Instaladora* [9ª reunião, 9 de dezembro de 1993], p. 29.
- <sup>151</sup> N.º 1 do art.º 16º e n.º 1 do art.º 17º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8072.
- <sup>152</sup> N.ºs 1 e 2 do art.º 26º, art.º 27º e alíneas a) e b) do art.º 28º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8073.
- <sup>153</sup> N.ºs 1 e 2 do art.º 39º e art.º 40º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8074.
- <sup>154</sup> N.º 1 do art.º 34º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8074.
- <sup>155</sup> Art.º 35º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8074.
- <sup>156</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Órgãos Sociais (1994-1997)*, "Direcção" [s/d] e APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [1ª Reunião, 7 de setembro de 1994], p. 2.
- <sup>157</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Órgãos Sociais (1994-1997)*, "Despacho" [Álvaro Laborinho Lúcio, 26 de setembro de 1994].
- <sup>158</sup> HAPAV – A, *Livro de Registo de Correspondência Expedida* [1990-2000], fs. 23, 24v e 31 e *Livro de Registo de Entrada de Correspondência* – O [1990-1996], f. 84.
- <sup>159</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão 1997" [3 de março de 1998], s/p.
- <sup>160</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Sugestões para a Elaboração do Orçamento Ordinário para 1996 e Análise entre as Rubricas do Orçamento de 1995 e os Custos Efectivos" [s/d], s/p.
- <sup>161</sup> HAPAV – A, *Livro de Registo de Correspondência Expedida* [1990-2000], f. 28 e *Livro de Registo de Entrada de Correspondência* – O [1990-1996], f. 86.
- <sup>162</sup> HAPAV – A, *Livro de Registo de Correspondência Expedida* [1990-2000], f. 9v e *Livro de Registo de Entrada de Correspondência* – O [1990-1996], f. 61.
- <sup>163</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Sugestões para a Elaboração do Orçamento Ordinário para 1996 e Análise entre as Rubricas do Orçamento de 1995 e os Custos Efectivos" [s/d], s/p; "Relatório de Gestão do ano de 1996" [1 de maio de 1997], s/p e "Relatório de Gestão 1997" [3 de março de 1998], s/p.
- <sup>164</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Acordo de Cooperação" [s/d].
- <sup>165</sup> Como exemplo veja-se APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão do ano de 1996" [1 de maio de 1997], s/p.
- <sup>166</sup> m) do n.º 1 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 58/95, de 31 de março. D.R., I Série – A, n.º 77 [31 de março de 1995], p. 1800.
- <sup>167</sup> N.º 3 do art.º 23º do Decreto-Lei n.º 58/95, de 31 de março. D.R., I Série – A, n.º 77 [31 de março de 1995], p.1804.
- <sup>168</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo entre o Governo Civil de Coimbra, Polícia de Segurança, Associação de Jovens Advogados de Coimbra e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [27 de setembro de 1995].
- <sup>169</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Documentação Geral (A-L)*, "Projecto do Gabinete de Cascais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [Maria do Rosário Figueiredo, autora, março de 1994].
- <sup>170</sup> HAPAV – A, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Documentação Geral (A-L)*, "Discurso do Sr. Presidente na abertura da APAV em Cascais no dia 23/09/94" [Luís de Miranda Pereira, autor, s/d] e APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo e Acordo de Utilização da Fracção AE" [23 de setembro de 1994].
- <sup>171</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Relatórios e Planos de Atividades (1995-2008)*, "Actividades desenvolvidas no 1º Semestre 1996 – Gabinete de Cascais" [Maria do Rosário Figueiredo, autora, s/d], s/p.
- <sup>172</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Relatório 1990 – 1996. Colaboração Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Autoridades Policiais* [s/d], p. 6.
- <sup>173</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [1ª Reunião, 7 de setembro de 1994], p. 4, [2ª Reunião, 13 de outubro de 1994], p. 6 e [3ª Reunião, 14 de novembro de 1994], p. 9.
- <sup>174</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Atividades da Equipa Técnica (1995-1997)*, "Relatório de Actividades 1º Semestre de 1995" [Rosa Busse, autora, s/d], s/p.
- <sup>175</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Dossier Informativo 1996* [s/d], p. 8.
- <sup>176</sup> APAV – AH, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Relatório 1990 – 1996. Colaboração Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Autoridades Policiais* [s/d], p.12.
- <sup>177</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e a Junta de Freguesia de Vila do Conde" [31 de outubro de 1995].
- <sup>178</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Relatório 1990 – 1996. Colaboração Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Autoridades Policiais* [s/d], p. 12.
- <sup>179</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Relatórios e Planos de Atividades (1995-2008)*, "Relatório de Actividades 1996 (Out.)/1997 (Dez.) – Gabinete de Setúbal" [Conceição Pereira, relatora, s/d], s/p.
- <sup>180</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [26ª Reunião, 3 de março de 1997], p. 94.
- <sup>181</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e o Governo Civil do Distrito de Vila Real" [12 de julho de 1996].
- <sup>182</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Recebida (1994-1997)*, "Carta da Adjunta do Governador Civil do Distrito de Vila Real, Helena Ervedosa Pavão, dirigida ao Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [16 de julho de 1996].
- <sup>183</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Contrato de Como-dato, da Fracção "S", Correspondente à Loja Oito M, do Prédio Urbano, sito na Avenida dos Bombeiros Voluntários, Freguesia da Pontinha, com o Valor de Quatro Milhões Duzentos e Vinte e Dois mil Seiscentos e Oitenta Escudos" [4 de fevereiro de 1997].

- <sup>184</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Dossier Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, “Relatório de Gestão 1997” [3 de março de 1998], s/p.
- <sup>185</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Atividades da Equipa Técnica (1995-1997)*, “Acta – Reunião de Equipa Técnica” [Manuela Guedes, autora, 23 de abril de 1996], p. 2.
- <sup>186</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, “Relatório de Gestão 2011” [13 de fevereiro de 2012], p. 14.
- <sup>187</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Dossier Informativo 1996* [s/d], p. 8 e doss. *Órgãos Sociais (1994-1997)*, “Memorando” [Luís de Miranda Pereira, autor, 6 de março de 1995], s/p.
- <sup>188</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [6ª Reunião, 13 de fevereiro de 1995], pp. 24-34.
- <sup>189</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [14ª Reunião, 24 de novembro de 1995], pp. 59-60.
- <sup>190</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, “Relatório de Gestão 1997” [3 de março de 1998], s/p; APAV – AH, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Conferências Internacionais (1987-1998)*, “Caring for Victims – Official Attendants List” [s/d], s/p e Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a João Lázaro [Serviços Centrais de Sede, 20 de outubro de 2014].
- <sup>191</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, Centro de Documentação e Informação, *Estudo das Condições do Voluntariado da APAV em 1997* [Faye Farr, autora, novembro/dezembro de 1997], p. 39.
- <sup>192</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Atividades da Equipa Técnica (1995-1997)*, “Relatório de Actividades Desenvolvidas na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) [5 de Setembro de 1996 a 31 de Julho de 1997]” [Marlene Braz Rodrigues Lourenço, relatora, 31 de julho de 1997], s/p.
- <sup>193</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [2ª Reunião, 13 de outubro de 1994], p. 6.
- <sup>194</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1995-1999)*, “Carta de Rosa Busse e José Tropa, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, dirigida a Ana Idalete Gourgel, da Associação Angolana de Apoio à Vítima” [22 de abril de 1997].
- <sup>195</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *European Forum for Victim Services/Victim Support Europe (1995-2010)*, “Lista das Organizações Participantes” [06 de junho de 1995] e APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas das Reuniões da Direcção. Tomo I – Setembro 94 a Maio 97* [10ª Reunião, 26 de junho de 1995], p. 45.
- <sup>196</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Recebida (1994-1997)*, “Carta do Presidente do Conselho de Administração da Fundação Bial, Luís Portela, dirigida à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” [13 de março de 1995].
- <sup>197</sup> “Vítimas vão ter Carta de Direitos”, *Correio da Manhã*, 9 de junho de 1995.
- <sup>198</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *European Forum for Victim Services/Victim Support Europe (1995-2010)*, “Discurso de Álvaro Laborinho Lúcio, Ministro da Justiça, na abertura da 9ª Conferência do European Forum for Victim Services” [Álvaro Laborinho Lúcio, autor, s/d], p.12.
- <sup>199</sup> European Forum for Victim Services, *Statement of Victims’ Rights in the Process of Criminal Justice*, Londres, European Forum for Victim Services, 1996, pp. 6-10.
- <sup>200</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [29 de março de 1996], p. 6.
- <sup>201</sup> b) do n.º 1 do art.º 6º dos Estatutos da APAV. D.R., III Série, n.º 159 [12 de julho de 1990], p. 8072.
- <sup>202</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1995-1999)*, “Carta do Presidente da Direcção da APAV, Luís de Miranda Pereira, dirigida ao Presidente da Câmara de Lisboa” [27 de janeiro de 1997].
- <sup>203</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Órgãos Sociais (1998-2006)*, “Direcção – Efectivos”, “Conselho Fiscal – Efectivos” e “Assembleia Geral” [s/d] e APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 10 de dezembro de 1997], pp. 11-12.
- <sup>204</sup> Decreto-Lei n.º 37/78, de 20 de fevereiro. D. R., I Série, n.º 42 [20 de fevereiro de 1978], pp. 384-386 e Louvor n.º 1970/2002, de 18 de outubro. D. R., II Série, n.º 260 [11 de novembro de 2002], p. 18 664.
- <sup>205</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Manuel António Ferreira Antunes [Serviços Centrais de Sede, 9 de outubro de 2014].
- <sup>206</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Protocolos – Cópias & Propostas (1992-2005)*, “Carta do Presidente da APAV, Luís de Miranda Pereira, dirigida ao Ministro da Solidariedade e Segurança Social” [21 de maio de 1996].
- <sup>207</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 14 de outubro de 1996], p. 7.
- <sup>208</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Manuel António Ferreira Antunes [Serviços Centrais de Sede, 9 de outubro de 2014].
- <sup>209</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Órgãos Sociais (1998-2006)*, “Carta de João Lázaro dirigida a Manuel António Ferreira Antunes” [11 de fevereiro de 1998].
- <sup>210</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo entre os Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade, e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” [10 de março de 1998], p. 1.
- <sup>211</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo entre os Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade, e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima”, n.ºs 1 a 3 e 6 a 7, p. 2.
- <sup>212</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Órgãos Sociais (1998-2006)*, “Discurso Proferido por Manuel António Ferreira Antunes no Acto de Assinatura do Protocolo de Colaboração com o Estado” [Manuel António Ferreira Antunes, autor, s/d], p. 3.
- <sup>213</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Órgãos Sociais (1998-2006)*, “Resumo da 2ª Reunião de Direcção – dia 16 de Fevereiro de 1998” [João Lázaro, autor, 5 de março de 1998].
- <sup>214</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, “Relatório de Gestão – 1999” [17 de julho de 2000], s/p e doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão 2001” [28 de fevereiro de 2002], pp. 32-33.
- <sup>215</sup> Despacho conjunto n.º 810/99, de 25 de julho. D. R., II Série, n.º 220 [20 de setembro de 1999], p.14 193.
- <sup>216</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a João Lázaro [Serviços Centrais de Sede, 20 de outubro de 2014].
- <sup>217</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, Centro de Documentação e Informação, cad. *Reestruturação – Relatório e Proposta* [Manuel António Ferreira Antunes, autor, 23 de junho de 1998], pp. 2-20.
- <sup>218</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, “Relatório de Gestão – 1999” [17 de julho de 2000], s/p.
- <sup>219</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2009*, “Relatório de Gestão 2009” [3 de março de 2010], p. 47.

- <sup>220</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão ao ano de 2002" [20 de fevereiro de 2003], pp. 5-6.
- <sup>221</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Órgãos Sociais (1998-2006)*, "Resumo da Reunião da Direcção – 21 de setembro de 1998" [João Lázaro, autor, 8 de outubro de 1998], s/p.
- <sup>222</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2003" [3 de março de 2004], p. 30 e "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004" [3 de março de 2005], p. 31.
- <sup>223</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. Recursos Humanos (1990-1999), "Carta do Secretário-Geral da APAV, João Lázaro, dirigida ao Presidente do Instituto de Reinserção Social, João Figueiredo" [22 de março de 1999].
- <sup>224</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo entre os Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade, e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima", n.º 8, pp. 2-3 e doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão – 1999" [17 de julho de 2000], s/p.
- <sup>225</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão ano de 2002" [20 de fevereiro de 2003], p. 2 e APAV – AH, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Protocolos com os Governos (1998-2012)*, "Ministérios da Administração Interna, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade" [Carlos Palma, Maria Clara Albino e Edmundo Martinho, autores, 9 de julho de 2001].
- <sup>226</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 18 de dezembro de 2000], pp. 23-25 e APAV, Direcção [Em linha]. [Consultado em 6 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/OS-2001-2003.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/OS-2001-2003.pdf).
- <sup>227</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Manuel António Ferreira Antunes [Serviços Centrais de Sede, 9 de outubro de 2014].
- <sup>228</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Contrato de colaboração entre a Promosocial, Lda., a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e a Ajuda de Berço celebrado a 9 de Maio de 2003" [9 de maio de 2003].
- <sup>229</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2003" [3 de março de 2004], p. 3 e "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004" [3 de março de 2005], p. 3.
- <sup>230</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004" [3 de março de 2005], p. 34.
- <sup>231</sup> Tome-se como exemplo os anos de 2000 e 2001. APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão – 2000" [15 de junho de 2001], p. 20 e dossier *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão 2001" [28 de fevereiro de 2002], pp. 32-33.
- <sup>232</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2003" [3 de março de 2004], p. 3.
- <sup>233</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo entre suas Excelências o Ministro da Justiça, a Ministra para a Igualdade e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Relativo ao Serviço de Atendimento Telefónico Permanente às Vítimas de Violência Doméstica" [3 de maio de 2000] e "Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica. Apresentação do Projecto da APAV", *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.ºs 3/4, Lisboa, agosto 2000, s/p.
- <sup>234</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de março. D. R., I Série – B, n.º 70 [24 de março de 1997], p. 1324.
- <sup>235</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de junho. D. R., I Série – B, n.º 137 [15 de junho de 1999], p. 3428.
- <sup>236</sup> e) da Resolução da Assembleia da República n.º 31/99, de 14 de abril. D. R., I Série – A, n.º 87 [14 de abril de 1999], p. 1988.
- <sup>237</sup> b) da Resolução da Assembleia da República n.º 7/2000, de 26 de janeiro. D. R., I Série – A, n.º 21 [26 de janeiro de 2000], p. 324.
- <sup>238</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (2000-2003)*, "Nota (Assunto: Alargamento para 24 horas do Período de Funcionamento da Linha Verde para Atendimento Telefónico Permanente às Vítimas de Violência Doméstica)" [14 de março de 2000], s/p.
- <sup>239</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão – 1999" [17 de julho de 2000], s/p.
- <sup>240</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo entre o Ministro da Presidência e o Ministro da Justiça, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e a Portugal Telecom SGPS, SA relativo ao Serviço de Atendimento Telefónico Permanente às Vítimas de Violência Doméstica" [7 de fevereiro de 2001], cláusulas 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, s/p.
- <sup>241</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima Relativo à Supervisão e Avaliação do Serviço de Atendimento Telefónico Permanente às Vítimas de Violência Doméstica" [3 de maio de 2000, 3 de abril de 2001 e 23 de setembro de 2002].
- <sup>242</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão 2001" [28 de fevereiro de 2002], pp. 1-2 e "Relatório de Gestão ao ano de 2002" [20 de fevereiro de 2003], pp. 2-3.
- <sup>243</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, cad. *Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica – 3º Relatório Intercalar – 3º Trimestre 2001 – Relatório Preliminar*, pp. 35-37.
- <sup>244</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004" [3 de março de 2005], pp. 2-3.
- <sup>245</sup> "APAV recebe Prémio Pantene", *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.º 9, Lisboa, agosto 2002, p. 3.
- <sup>246</sup> N.ºs 1 e 2 da Resolução da Assembleia da República n.º 69/98, de 10 de dezembro. D. R., I Série – A, n.º 294 [22 de dezembro de 1998], p. 7075.
- <sup>247</sup> Discurso de Assunção Esteves, Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Portugal, Assembleia da República, Sessão Solene Comemorativa – Dia Nacional dos Direitos Humanos. 10 de Dezembro de 2002, Lisboa, Assembleia da República, 2003, p. 11.
- <sup>248</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (2000-2012)*, "Carta do Presidente da Direcção da APAV, Manuel António Ferreira Antunes, dirigida à Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Maria José Nogueira Pinto" [27 de janeiro de 2005].
- <sup>249</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência de 2005*, "Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2005" [s/d], p. 1.
- <sup>250</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 15 de dezembro de 2005], p. 56.
- <sup>251</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2001], pp. 27-28.
- <sup>252</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 20 de junho de 2002], p. 32.
- <sup>253</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 2 de novembro de 2006], pp. 63 e 66.

- <sup>254</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2003], pp. 45-46 e APAV, Direcção [Em linha]. [Consultado em 6 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/OS-2004-2006.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/OS-2004-2006.pdf).
- <sup>255</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência de 2005*, "Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2005" [s/d], p. 1.
- <sup>256</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo entre os Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e a APAV" [19 de dezembro de 2005], cláusula vigésima, s/p.
- <sup>257</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo entre os Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e a APAV" [19 de dezembro de 2005], cláusula terceira, s/p.
- <sup>258</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo de Cedência do Edifício nº135 - A da Rua José Estevão, em Lisboa, para Instalação da Sede e Serviços da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [14 de março de 2006].
- <sup>259</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], p. 1.
- <sup>260</sup> Art.º 5º dos Estatutos da APAV [Em linha]. [Consultado em 6 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/estatutos\\_apav.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/estatutos_apav.pdf).
- <sup>261</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], p. 3.
- <sup>262</sup> HAPAV - A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Marlene Rodrigues [Câmara Municipal de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal), 3 de julho de 2014].
- <sup>263</sup> HAPAV - A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a João Lázaro [Serviços Centrais de Sede, 20 de outubro de 2014].
- <sup>264</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo" [junho de 2000], cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª e 8ª, pp. 1-3.
- <sup>265</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo" [25 de junho de 2001].
- <sup>266</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo" [25 de junho de 2001], cláusula 2ª, s/p.
- <sup>267</sup> Elisa Brites, "Especial: Casa de Abrigo SOPHIA", *APAV\_Notícias. Boletim Informativo*, n.º 19, outubro de 2012 [Em linha]. [Consultado em 21 de agosto de 2014]. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v2/images/img/newsletter/apav\\_noticias\\_19/especial\\_ca\\_sophia.html](http://www.apav.pt/apav_v2/images/img/newsletter/apav_noticias_19/especial_ca_sophia.html). O início de funcionamento pleno da Casa de Abrigo Sophia, contudo, apenas decorreu no ano seguinte, 2004. APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004 [3 de março de 2005], p. 3.
- <sup>268</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004" [3 de março de 2005], p. 3.
- <sup>269</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Direcção 2004-2006. Acta de Direcção* [Reunião da Direcção de 30 de outubro de 2006], p. 48 e doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], p. 3.
- <sup>270</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], pp. 2-3.
- <sup>271</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Acordo de Cooperação" [24 de novembro de 2006].
- <sup>272</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão - 1999" [17 de julho de 2000], s/p.
- <sup>273</sup> Despacho n.º 2995/2000 (2ª Série), de 8 de fevereiro. D. R., II Série, n.º 32 [8 de fevereiro de 2000], p. 2620.
- <sup>274</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2004" [3 de março de 2005], p. 13.
- <sup>275</sup> Reunião exploratória de Milene Alves com Manuel António Ferreira Antunes [2 de novembro de 2014].
- <sup>276</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo entre o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [17 de novembro de 2004].
- <sup>277</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão - 1999" [17 de julho de 2000], s/p.
- <sup>278</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], p. 39.
- <sup>279</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão 2001" [28 de fevereiro de 2002], p. 2 e *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 20 de junho de 2002], p. 31.
- <sup>280</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2001], pp. 28-30.
- <sup>281</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão ano de 2002" [20 de fevereiro de 2003], p. 4 e "APAV desenvolve Curso de Formação para Técnicos da Casa Pia de Lisboa", *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.º 10/11, Lisboa, abril 2003, p. 6.
- <sup>282</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão 2001" [28 de fevereiro de 2002], pp. 24-25.
- <sup>283</sup> Lurdes Carlos, "Gabinete em foco. Gabinete de Apoio à Vítima de Faro - Parcerias eficazes", *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.ºs 3/4, Lisboa, agosto de 2000, s/p.
- <sup>284</sup> HAPAV - A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Correspondência Expedida (1995-1999)*, "Carta do Secretário-Geral da APAV, João Lázaro" [18 de fevereiro de 1998].
- <sup>285</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão 2000" [15 de junho de 2001], p.12.
- <sup>286</sup> HAPAV - A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima - Relatórios e Planos de Atividades (1995-2008)*, "Relatório de Atividades de 2005 e Plano de Atividades 2006 - Gabinete de Apoio à Vítima de Portimão", [s/d], p.1. Contudo, segundo informação que consta no artigo Dolores Cabrita, "Especial: Gabinete de Apoio à Vítima de Portimão", *APAV\_Notícias. Boletim Informativo*, n.º 12, março de 2012 [Em linha]. [Consultado em 19 de agosto de 2014]. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v2/images/img/newsletter/apav\\_noticias\\_12/especial\\_gav\\_portimao.html](http://www.apav.pt/apav_v2/images/img/newsletter/apav_noticias_12/especial_gav_portimao.html), o gabinete apenas terá aberto em finais do mês de dezembro.
- <sup>287</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo de Colaboração e de Criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira entre a Câmara Municipal de Tavira, a Polícia de Segurança Pública de Tavira e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [22 de fevereiro de 2000] e "Protocolo de Colaboração e de Criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Portimão, entre a Polícia de Segurança Pública, a Câmara Municipal de Portimão, o Centro Regional de Segurança Social do Algarve e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [6 de dezembro de 2000].

- <sup>288</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Relatórios e Planos de Atividades (1995-2008)*, “Relatório de Actividades 2005 – GAV de Albufeira” [s/d], p.1.
- <sup>289</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo de Colaboração e de Criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Albufeira” [9 de maio de 2000].
- <sup>290</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão ano de 2002” [20 de fevereiro de 2003], p. 43.
- <sup>291</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo de Colaboração e de Criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Loulé, entre a Guarda Nacional Republicana, a Câmara Municipal de Loulé, o Instituto Universitário D. Afonso III e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” [21 de abril de 2001].
- <sup>292</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004” [3 de março de 2005], p. 3.
- <sup>293</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (1990-2003)*, “Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para a Criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada” [20 de outubro de 2003].
- <sup>294</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Relatórios e Planos de Atividades (1995-2008)*, “Relatório de Actividades – 2005: Gabinete de Apoio à Vítima de Odivelas” [Carla Sérgio, relatora, s/d], p.1. A reabertura do gabinete, contudo, apenas ocorreu no mês de setembro seguinte. APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência de 2005*, “Relatório de Gestão relativo ao ano de 2005” [s/d], p. 4.
- <sup>295</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, “Protocolo” [dezembro de 2004] e doss. *Relatório e Conta de Gerência de 2005*, “Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2005” [s/d], p. 4.
- <sup>296</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, “Relatório de Gestão 2011” [13 de fevereiro de 2012], p. 14.
- <sup>297</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2003” [3 de março de 2004], p. 14.
- <sup>298</sup> Vejam-se os vários relatórios de gestão da Associação.
- <sup>299</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004” [3 de março de 2005], p. 30.
- <sup>300</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão ano de 2002” [20 de fevereiro de 2003], p. 36; *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 20 de junho de 2002], pp. 32-33 e World Society of Victimology, About the WSV – Structure [Em linha]. [Consultado em 12 de agosto de 2014]. Disponível em <http://www.worldsocietyofvictimology.org/about.html>.
- <sup>301</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2001], p. 30.
- <sup>302</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, “Relatório de Gestão – 2000” [15 de junho de 2001], pp. 16-17; “Fórum Europeu de Mediação Vítima – Agressor e Justiça Restaurativa”, *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.ºs 5/6, Lisboa, agosto 2001, p. 10.
- <sup>303</sup> Frederico Moyano Marques, “Justiça Restaurativa”, *Temas de Vitimologia: Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais*, coordenação de Ana Isabel Sani, Coimbra, Edições Almedina, 2011, pp. 272-273.
- <sup>304</sup> “Associação Portuguesa de Apoio à Vítima na Direcção do European Forum for Victim – Offender Mediation and Restorative Justice”, *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.ºs 10/11, Lisboa, abril 2003, p. 9.
- <sup>305</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão relativo ao ano de 2003” [3 de março de 2004], p. 3.
- <sup>306</sup> “Conferência Anual do EFVS – European Forum for Victim Services”, *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.ºs 5/6, Lisboa, agosto 2001, p. 9.
- <sup>307</sup> Despacho n.º 1347/2001 (2ª Série), de 23 de janeiro. D. R., II Série, n.º 19 [23 de janeiro de 2001], p. 1359.
- <sup>308</sup> Art.º 8 do preâmbulo da Decisão-Quadro do Conselho de 15 de Março de 2001 Relativa ao Estatuto da Vítima em Processo Penal. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 82 [22 de março de 2001], p. 1.
- <sup>309</sup> *Projecto Vítimas na Europa: Implementação da Decisão-Quadro Relativa ao Estatuto da Vítima em Processo Penal nos Estados Membros da União Europeia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2009, pp. 7-9.
- <sup>310</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2008*, “Relatório de Gestão de 2008” [19 de fevereiro de 2009], p. 3.
- <sup>311</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, “Relatório de Gestão 2012” [1 de março de 2013], p. 6.
- <sup>312</sup> *APAV Notícias. Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*, n.º 0, Lisboa, novembro 1998.
- <sup>313</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2004” [3 de março de 2005], p. 9.
- <sup>314</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, “Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004” [3 de março de 2005], p. 12.
- <sup>315</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, “Relatório de Gestão de 2006” [23 de março de 2007], p. 12.
- <sup>316</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2006], pp. 68-69 e APAV, Direcção [Em linha]. [Consultado 18 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/OS-2007-2009.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/OS-2007-2009.pdf).
- <sup>317</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 10 de janeiro de 2007], p. 5.
- <sup>318</sup> Portugal, Procuradoria-Geral da República, A Procuradora-Geral da República [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2014]. Disponível em [http://www.pgr.pt/grupo\\_historia/procuradores/PGR.html](http://www.pgr.pt/grupo_historia/procuradores/PGR.html).
- <sup>319</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Joana Marques Vidal [Serviços Centrais de Sede, 19 de setembro de 2014].
- <sup>320</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 10 de janeiro de 2007], p. 5.
- <sup>321</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 10 de janeiro de 2007], pp. 5-6.
- <sup>322</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 2 de outubro de 2008], p. 22.
- <sup>323</sup> Joana Marques Vidal, Discurso na Assinatura do Protocolo – 2009 [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2014]. Disponível em <http://apav.pt/intranet16/images/DiscursoJMVProtocolo.pdf>.
- <sup>324</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, “Protocolo de Cooperação entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Ministério da Saúde e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” [24 de julho de 2009].

- <sup>325</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo de Co-Operação entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Ministério da Saúde e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [24 de julho de 2009], cláusula XVII, s/p.
- <sup>326</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo de Co-Operação entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Ministério da Saúde e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [24 de julho de 2009], cláusulas III a VIII, s/p.
- <sup>327</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 31 de agosto de 2009], p. 32.
- <sup>328</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2008*, "Relatório de Gestão de 2008" [19 de fevereiro de 2009], p. 2 e doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2007" [4 de abril de 2008], p. 5.
- <sup>329</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 22 de novembro de 2009], pp. 83-84.
- <sup>330</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2009], pp. 85-86 e APAV, Direcção [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/OS\\_2010\\_2012\\_3.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/OS_2010_2012_3.pdf).
- <sup>331</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 5 de janeiro de 2010], pp. 34 e 37.
- <sup>332</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas – Direcção* [Reunião de 22 de outubro de 2012], p. 2 e APAV, Direcção [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/OS\\_2010\\_2012\\_3.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/OS_2010_2012_3.pdf).
- <sup>333</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 5 de janeiro de 2010], p. 37 e *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 26 de março de 2010], p. 88.
- <sup>334</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Prémio Teresa Sequeira Franco/Voluntariado APAV – Regulamento" [20 de junho de 2011]; doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 57 e doss. *Protocolos (2011/...)*, "Prémio Teresa Sequeira Franco/Voluntariado APAV – Regulamento" [20 de junho de 2011], nº 2, s/p.
- <sup>335</sup> Portugal. Presidente da República (Anibal Cavaco Silva), *Intervenções – Discurso do Presidente da República na Tomada de Posse da Procuradora-Geral da República* [Em linha]. [Consultado em 10 de abril de 2014]. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=69524>.
- <sup>336</sup> N.º 3 do art.º 35.º dos Estatutos da APAV. [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/estatutos\\_apav.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/estatutos_apav.pdf).
- <sup>337</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas – Direcção* [Reunião de 22 de outubro de 2012], p. 2.
- <sup>338</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas Informatizado. Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2012], pp. 9-10 e APAV, Direcção [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/OS\\_2013\\_2015.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/OS_2013_2015.pdf).
- <sup>339</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas – Direcção* [Reunião de 14 de janeiro de 2013], p. 6.
- <sup>340</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas – Direcção* [Reunião de 14 de janeiro de 2013], p. 7.
- <sup>341</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], p. 5.
- <sup>342</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Protocolo de Cooperação entre Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [27 de novembro de 2012], cláusula XVI, p. 13.
- <sup>343</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Protocolo de Cooperação entre Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [27 de novembro de 2012], preâmbulo, p. 2.
- <sup>344</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Protocolo de Cooperação entre Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [27 de novembro de 2012], cláusulas III a VIII, X, XI, XVI, pp. 4-11 e 13.
- <sup>345</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reuniões de 13 de fevereiro de 2012 e 7 de setembro de 2012], pp. 56-57.
- <sup>346</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas – Direcção* [Reunião de 22 de outubro de 2012], p. 3.
- <sup>347</sup> Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro. D. R., 1ª Série, n.º 230 [30 de novembro de 2011], pp.5130-5140.
- <sup>348</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Protocolo de Cedência de Uso entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [5 de novembro de 2013].
- <sup>349</sup> HAPAV – A, Coleção de Documentação Escrita, doss. *Gabinetes de Apoio à Vítima – Relatórios e Planos de Actividades (1995-2008)*, "Relatório de Actividades 2007 e Plano Anual de Actividades 2008" [Carmen Videira, relatora, s/d], p.1. A abertura oficial do gabinete, porém, ocorreu apenas no mês de março seguinte. Veja-se APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 23 de março de 2007], p. 9.
- <sup>350</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Santarém e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para a Criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém" [1 de julho de 2006].
- <sup>351</sup> APAV, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 8.
- <sup>352</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 1992 a 2000*, "Relatório de Gestão – 1999" [17 de julho de 2000], s/p.
- <sup>353</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], pp. 3 e 41.
- <sup>354</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 2 de novembro de 2006], pp. 64-65 e doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], p. 44.
- <sup>355</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2008*, "Relatório de Gestão de 2008" [19 de fevereiro de 2009], p. 13 e doss. *Relatório e Conta de Gerência 2009*, "Relatório de Gestão 2009" [3 de março de 2010], p. 16.
- <sup>356</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 20.
- <sup>357</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], p. 20.

- <sup>358</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Carta de Compromisso – Apoio Financeiro à Autonomização das Vítimas de Violência Doméstica Acolhidas em Casas de Abrigo" [15 de dezembro de 2012], pp. 3-4.
- <sup>359</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 18 e doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], p. 20.
- <sup>360</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Carta de Compromisso – Apoio ao Acolhimento de Emergência" [11 de janeiro de 2013], p. 3.
- <sup>361</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Carta de Compromisso – Apoio ao Acolhimento de Emergência" [14 de dezembro de 2013], p. 3.
- <sup>362</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Carta de Compromisso – Apoio ao acolhimento de Emergência" [17 de outubro de 2013], pp. 3-4.
- <sup>363</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul do Brasil e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)" [1 de fevereiro de 2012], cláusula Primeira, s/p e "Termo de Cooperação Técnica nº 004/2012 – Termo de Cooperação que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Amapá e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)" [23 de novembro de 2012], cláusula primeira, s/p.
- <sup>364</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], pp. 52-53 e doss. *Protocolos (1990-2003)*, "Protocolo de Colaboração entre o Município de Lisboa e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [10 de maio de 2001], cláusula 2ª, s/p.
- <sup>365</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas Informatizado. Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 14 de novembro de 2014], pp. 24-25.
- <sup>366</sup> "Carta de Compromisso para Criação do Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens", *APAV\_Notícias. Boletim Informativo*, n.º 4, julho de 2011 [Em linha]. [Consultado em 21 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/imagens/img/newsletter/apav\\_noticias\\_4/apav\\_noticias\\_4.html](http://apav.pt/apav_v2/imagens/img/newsletter/apav_noticias_4/apav_noticias_4.html).
- <sup>367</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2007" [4 de abril de 2008], p. 63 e doss. *Relatório e Conta de Gerência 2009*, "Relatório de Gestão 2009" [3 de março de 2010], pp. 48-49.
- <sup>368</sup> "Especial: APAV Açores", *APAV\_Notícias. Boletim Informativo*, n.º 24, março de 2013 [Em linha]. [Consultado em 20 de agosto de 2014]. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v2/imagens/img/newsletter/apav\\_noticias\\_24/especial\\_apav\\_acores.html](http://www.apav.pt/apav_v2/imagens/img/newsletter/apav_noticias_24/especial_apav_acores.html) e APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2008*, "Relatório de Gestão de 2008" [19 de fevereiro de 2009], p. 13.
- <sup>369</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo de Cooperação entre a Segurança Social e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [1 de julho de 2007].
- <sup>370</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 2 de outubro de 2008], pp. 23-24.
- <sup>371</sup> Jorge Macaísta Malheiros, *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Manual para Técnicas/os*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2011, pp. 15-16.
- <sup>372</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2004/2010)*, "Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. e Associação Portuguesa de Apoio à Vítima" [19 de novembro de 2008], cláusula primeira, s/p.
- <sup>373</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 25.
- <sup>374</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 9 e "Especial: Projecto SUL 2 – Unidade de Apoio à Vítima Migrante", *APAV\_Notícias. Boletim Informativo*, n.º 25, abril 2013 [Em linha]. [Consultado em 27 de agosto de 2014]. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v2/imagens/img/newsletter/apav\\_noticias\\_18/especial\\_projecto\\_sul2.html](http://www.apav.pt/apav_v2/imagens/img/newsletter/apav_noticias_18/especial_projecto_sul2.html).
- <sup>375</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2009*, "Relatório de Gestão 2009" [3 de março de 2010], pp. 17 e 45 e Sílvia Branco, "Especial: UAVMD Açores", *APAV\_Notícias. Boletim Informativo*, n.º 27, junho de 2013 [Em linha]. [Consultado em 20 de agosto de 2014]. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v2/imagens/img/newsletter/apav\\_noticias\\_27/especial\\_uavmd.html](http://www.apav.pt/apav_v2/imagens/img/newsletter/apav_noticias_27/especial_uavmd.html). Segundo este último documento a unidade foi criada apenas em 2010.
- <sup>376</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2009*, "Relatório de Gestão 2009" [3 de março de 2010], p. 17.
- <sup>377</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], pp. 63-64.
- <sup>378</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 18 de dezembro de 2008], p. 80.
- <sup>379</sup> Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) [Em linha]. [Consultado em 20 de agosto de 2014]. Disponível em [http://www.convolutariado.pt/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=blog&id=1&Itemid=2](http://www.convolutariado.pt/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=1&Itemid=2).
- <sup>380</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [Assembleia Geral de 18 de dezembro de 2008], p. 80; doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2007" [4 de abril de 2008], p. 21 e doss. *Relatório e Conta de Gerência 2008*, "Relatório de Gestão de 2008" [19 de fevereiro de 2009], p. 22.
- <sup>381</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], pp. 24-26 e doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 30.
- <sup>382</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2006" [23 de março de 2007], p. 7.
- <sup>383</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], pp. 13-14.
- <sup>384</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2010*, "Relatório de Gestão 2010" [25 de fevereiro de 2011], pp. 40-41.
- <sup>385</sup> Art.º 2º do Decreto-Lei n.º 229/2008, de 27 de novembro. D. R., 1ª Série, n.º 231 [27 de novembro de 2008], p. 8539.
- <sup>386</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], pp. 22-23.
- <sup>387</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Memorando de Entendimento para a Adopção e Utilização da Aplicação Dinâmica: Sistema de Monitorização de Tráfego de Seres Humanos" [18 de outubro de 2011], cláusula 1, p.1.
- <sup>388</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2001 a 2004*, "Relatório de Gestão ano de 2002" [20 de fevereiro de 2003], p. 38 e "Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2004" [3 de março de 2005], p. 29.
- <sup>389</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência de 2005*, "Relatório de Gestão Relativo ao ano de 2005" [s/d], p. 43.

<sup>390</sup> ECPAT, What we do [Em linha]. [Consulta em 21 de agosto de 2014]. Disponível em <http://www.ecpat.net/what-we-do>.

<sup>391</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2009*, "Relatório de Gestão 2009" [3 de março de 2010], p. 8 e doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 9.

<sup>392</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2010*, "Relatório de Gestão 2010" [25 de fevereiro de 2011], p. 7-8.

<sup>393</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 9.

<sup>394</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], p. 10.

<sup>395</sup> D. R., 1ª série, n.º 231 [29 de novembro de 2010], p. 5377.

<sup>396</sup> APAV, Serviços de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Protocolo referente à criação da Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico (RAPVT)" [21 de junho de 2013], cláusulas 2ª e 4ª, pp. 5-6.

<sup>397</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 80 e Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Parcerias Internacionais [Em linha]. [Consultado em 21 de agosto de 2014] Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/index.php/pt/parcerias/parcerias-internacionais](http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/parcerias/parcerias-internacionais).

<sup>398</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Protocolos (2011/...)*, "Carta de Compromisso" [17 de dezembro de 2013], pp. 1-2.

<sup>399</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 14.

<sup>400</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], p. 15.

<sup>401</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 15.

<sup>402</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2014*, "Relatório de Gestão 2014" [23 de fevereiro de 2015], p. 34.

<sup>403</sup> Vejam-se os relatórios de gestão da Associação.

<sup>404</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], p. 18 e doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 19.

<sup>405</sup> Decisão da Comissão de 15 de Fevereiro de 2007 sobre a reserva da gama nacional de números começados por «116» para os números harmonizados destinados a serviços harmonizados de valor social (2007/116/CE). Jornal Oficial da União Europeia, L 49 [17 de fevereiro de 2007], p. 30-33.

<sup>406</sup> Decisão da Comissão de 30 de Novembro de 2009 que altera a decisão 2007/116/CE com vista à introdução de novos números reservados começados por 116 (2009/884/CE). Jornal Oficial da União Europeia, L 317 [3 de dezembro de 2009], p. 46-47.

<sup>407</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 54.

<sup>408</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Joana Marques Vidal [Serviços Centrais de Sede, 19 de setembro de 2014].

<sup>409</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Relatório e Conta de Gerência 2009*, "Relatório de Gestão 2009" [3 de março de 2010], pp. 5-6 e doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2012*, "Relatório de Gestão 2012" [1 de março de 2013], p. 60.

<sup>410</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 24 de setembro de 2007], p. 12 e doss. *Orçamento + Contas de Gerência 2005 a 2008*, "Relatório de Gestão de 2007" [4 de abril de 2008], p. 57.

<sup>411</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2010*, "Relatório de Gestão 2010" [25 de fevereiro de 2011], p. 47.

<sup>412</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 8.

<sup>413</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 47.

<sup>414</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2013*, "Relatório de Gestão 2013" [27 de fevereiro de 2014], p. 47 e APAV, Serviços Centrais de Sede, liv. *Acta de Direcção. 10 de Janeiro de 2007 – 07 de Setembro de 2012* [Reunião de 2 de outubro de 2008], p. 24.

<sup>415</sup> APAV, Serviços Centrais de Sede, doss. *Plano de Actividades, Orçamento, Relatório e Conta de Gerência 2011*, "Relatório de Gestão 2011" [13 de fevereiro de 2012], p. 31.

<sup>416</sup> Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Plano Estratégico 2013-2017 [Em linha]. [Consultado em 22 de agosto de 2014]. Disponível em [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Plano\\_Estrategico\\_2013-2017.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Plano_Estrategico_2013-2017.pdf).

<sup>417</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a João Lázaro [Serviços Centrais de Sede, 20 de outubro de 2014].

<sup>418</sup> Decreto – Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. D.R., 1ª série, n.º 221, suplemento [14 de novembro de 2014].

<sup>419</sup> HAPAV – A, Coleção Audiovisual, Entrevistas a Associados Fundadores e Outros, Entrevista a Maria Raquel Ribeiro [Serviços Centrais de Sede, 16 de setembro de 2014].







apoio:

